

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**GESTÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA SOB
A ÓTICA DO TURISMO RESPONSÁVEL**

Pamela Moura da Rocha Almeida

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2017**

GESTÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA SOB A ÓTICA DO TURISMO RESPONSÁVEL

Pamela Moura da Rocha Almeida

Graduada em Gestão Pública
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado-Mendez

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

A447g

Almeida, Pamela Moura da Rocha.

Gestão turística do Município de Cachoeira sob a ótica do turismo responsável / Pamela Moura da Rocha Almeida. – Cruz das Almas, BA, 2017.
125f.; il.

Orientador: Jesus Manuel Delgado-Mendez.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1.Turismo – Administração. 2.Turismo – Desenvolvimento regional. 3.Cachoeira (BA) – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 338.48

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL - PPGGPPSS
MESTRADO PROFISSIONAL**

**GESTÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA SOB
A ÓTICA DO TURISMO RESPONSÁVEL**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado
PAMELA MOURA DA ROCHA ALMEIDA

Aprovada em: 08 de junho de 2017.

Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado-Mendez
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientador

Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador Interno

Prof. Dr. José Alexandre de Souza Menezes
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, meus avôs, meus irmãos...
À Fernando Almeida, meu amado esposo...
À Jesus Delgado, meu querido orientador.

AGRADECIMENTOS

Ter sido a primeira pessoa de uma família a graduar em uma Universidade Federal já foi uma responsabilidade muito grande, conseguir chegar ao mestrado é algo que ainda não sei mensurar. Apesar do pouco estudo, mas cheios de conhecimentos que a vida os ensinou, meus avós, assim como meus pais, são fonte de inspiração constante para que eu nunca desista de lutar por novos sonhos.

Gratidão é a palavra que traduz o sentimento desse momento. Agradeço a todos que seguiram comigo até aqui. A atenção, o carinho e a colaboração de cada uma dessas pessoas foi muito importante para o resultado desse processo:

Ao meu Nando pelo companheirismo e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu desacredito.

Ao meu orientador, Jesus Delgado, pela parceria, paciência e por sempre ter me recebido com sorriso aberto.

A minha família Moura pelos momentos de alegria.

A minha família Rocha, em especial as minhas tias Ioná e Sandra, pelo incentivo e ajuda no momento que mais precisei.

A Dona Conça e Claudia, pelo apoio e incentivo.

A minha amiga Elaine, por compreender todas as vezes que estive ausente.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pelo conhecimento e conquistas compartilhadas.

Ao Deputado Federal, Sr. Nelson Pelegriño e Sr. André Reis, pela colaboração prestada.

A Diretoria do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, pelo incentivo.

Aos companheiros de trabalho na UFRB (Mari, Carine, Joice, Tati, Lilian, Bartolomeu, Josevando, Uellington e todos os demais).

À Jobson pela presteza no atendimento.

Ao Professor Dr. José Alexandre de Souza Menezes pelo apoio, compartilhando conhecimentos.

Aos Doutores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social e do curso de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, por ter me recebido como aluna na graduação, na pós-graduação e agora como servidora. Chegou o momento de retribuir todas as coisas boas que essa Universidade me proporcionou até aqui.

Graças à Deus.

EPÍGRAFE

“A gente fica esperando que a alegria haverá de chegar depois da formatura, do casamento, do nascimento, da viagem, da promoção, da loteria, da eleição, da casa nova, da separação, da aposentadoria....E ela não chega, porque a alegria não mora no futuro, mas só no agora.”

Rubens Alves

GESTÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA SOB A ÓTICA DO TURISMO RESPONSÁVEL

RESUMO

O turismo é uma atividade de interfaces que impõe o que nesta dissertação se denomina de “responsabilidade”, pois ela é interssetorial, multidisciplinar e sistêmica, no que tange aos aspectos econômicos, sociais ou sociológicos, ambientais e políticos. Por isso, a necessidade de verificar qual a distância entre os princípios do Turismo Responsável relacionados aos fatores sociais, culturais e ambientais e a realidade da gestão do turismo no município de Cachoeira. Com o objetivo de analisar a gestão do turismo no mencionado município sob a ótica do turismo responsável, foi feita a leitura entrelaçada das percepções dos diferentes agentes intervenientes naquele espaço turístico, considerando as concepções dos gestores públicos do turismo, da comunidade e dos empresários, artesãos, guias e turistas. A metodologia da pesquisa se caracterizou como de natureza qualitativa, na modalidade descritiva/exploratória, que apresentou uma abordagem teórica, sempre comparando com os dados qualitativos e descritivos obtidos em campo. Os procedimentos metodológicos incluíram levantamento e exames bibliográficos, análise documental, e a aplicação de entrevistas a representantes da gestão pública, além da aplicação de questionários para turistas e membros da comunidade, especialmente para os atores locais envolvidos em atividades turísticas. Entre os resultados aparece a falta de controle dos turistas que visitam a cidade, limitando assim as estatísticas tão necessárias para seu planejamento. Além, do baixo número de pernoites que acontecem na área de estudo, que paralelamente ao fato dos atrativos naturais não serem maiormente explorados por questões ambientais e de infraestrutura, afastam o turista da possibilidade de permanecer mais tempo no local. Por último, é possível observar que entre os gestores existe a sensação de que a atividade turística não ocupa posição de destaque dentro das passadas e atuais circunstâncias de gestão. Entre as conclusões, é possível considerar que uma parte significativa da atividade turística é realizada, ainda, de forma desconexa, desordenada e exploratória, para não dizer imediatista, e sem muito aprofundamento na responsabilidade com a saúde sociocultural, econômica e o equilíbrio ambiental que circunda o município. Destarte, Cachoeira é mais um município que faz parte do preocupante cenário, comum a outros destinos turísticos similares, levando a crer que o Turismo Responsável poderá auxiliar na gestão do turismo regional e orientar assim o viés econômico da atividade, elevar os esforços para o resgate da identidade local e regional e fortalecer o sentimento de pertencimento, pelo menos em Cachoeira, um município com tanto peso histórico-cultural.

Palavras Chave: Turismo; Turismo Responsável; Cachoeira-BA.

TOURISM MANAGEMENT OF THE MUNICIPALITY OF CACHOEIRA UNDER THE OPTICS OF RESPONSIBLE TOURISM

ABSTRACT

Tourism is an interface activity that imposes what in this dissertation is called "responsibility", because it is intersectoral, multidisciplinary and systemic, with regard to economic, social or sociological, environmental and political aspects. Therefore, we sought to determine the distance between the principles of Responsible Tourism related to social, cultural and environmental factors and the reality of tourism management in the municipality of Cachoeira. With the objective of analyzing the management of tourism in the aforementioned municipality from the viewpoint of responsible tourism, an attempt was made to interweave the perceptions of the different agents involved in that tourist space, considering the conceptions of public managers of tourism, community and entrepreneurs, Craftsmen, guides and tourists. The methodology of the research was characterized as qualitative in the descriptive / exploratory modality, which presented a theoretical approach, always comparing with the qualitative and descriptive data obtained in the field. Methodological procedures included surveying and bibliographical examinations, documentary analysis, and the application of interviews to representatives of public management, as well as the application of questionnaires for tourists and community members, especially for local actors involved in tourism activities. Among the results appears the lack of control of tourists who visit the city, thus limiting the statistics so necessary for their planning. Also, the low number of overnight stays in the study area was observed, which, in parallel with the fact that the natural attractions are not exploited mainly due to environmental and infrastructure issues, distract the tourist from the possibility of staying longer in the area. Finally, it is noticed that among the managers there is a feeling that the tourism activity does not occupy a prominent position within the past and current management circumstances. Among the conclusions, it was verified that a considerable part of the tourist activity is carried out, in a disjointed, disordered and exploratory way, not to say immediatist, and without much deepening in the responsibility with the socio-cultural, economic health and the surrounding environmental balance the municipality. Thus, Cachoeira is another municipality that is part of the worrying scenario, common to other similar tourist destinations, leading to believe that Responsible Tourism can help in the management of regional tourism and thus guide the economic bias of the activity, raise efforts for the rescue of local and regional identity and strengthen the sense of belonging, at least in Cachoeira, a municipality with so much historical-cultural weight.

Key words: Tourism; Responsible Tourism; Cachoeira-BA.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADASTUR	Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas
CBTUR	Conselho Baiano de Turismo
Embratur Turismo	Empresa Brasileira de Turismo/ Instituto Brasileiro de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLICA	Festa Literária Internacional de Cachoeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPGPPSS	Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
PDITS	Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável
PDSRT	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PPA	Plano Plurianual

PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRT/	Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado
SIMTUR	Sistema Municipal de Turismo
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS	Universidade Salvador
WEF	<i>World Economic Forum</i>
WWF	<i>World Wild Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	1
1.1-Tema.....	1
1.2-Contextualização do Problema	2
1.3-Problema.....	3
1.4-Objetivos	4
1.4.1- Geral.....	4
1.4.2- Específicos.....	4
1.5-Justificativa.....	4
1.6- Hipótese de trabalho.....	5
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1- TURISMO	7
2.1.1 - TURISTIFICAÇÃO	10
2.1.2 - Turismo reduzido às questões econômicas	12
2.1.3 – Sistema de Turismo: Contribuições de Beni.....	17
2.2- Gestão Pública do Turismo.....	20
2.2.1 – Legislação Nacional sobre Turismo	23
2.2.2 - Legislação Estadual e a Gestão do Turismo na Bahia.....	26
2.3- TURISMO RESPONSÁVEL	28
2.3.1 - O DESPERTAR PARA O TURISMO RESPONSÁVEL.....	28
2.3.2 - TURISMO RESPONSÁVEL: O CONCEITO.....	30
2.3.3 - TURISMO RESPONSÁVEL: PRINCÍPIOS.....	33
2.3.4 - Implicações sociais, ecológicas, políticas e econômicas.	37
3- O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O TURISMO NA CIDADE DE CACHOEIRA-BA	45
3.1 - Sobre a região do Recôncavo da Bahia	45
3.2 - Sobre Cachoeira – A origem.....	46
3.2.1- Especificidades da área de estudo.....	48
3.2.2 - Aspectos demográficos, econômicos e políticos.....	49
3.2.3- Aspectos da infraestrutura do município.....	51
3.3- Legislação municipal de Cachoeira para o turismo.....	52
3.4 - Ofertas turísticas de Cachoeira	54
4- METODOLOGIA	60
4.1 - Natureza da pesquisa	60
4.2- Método: Estudo de Caso baseado na construção de consenso.....	60
4.3-Sujeitos.....	63
4.4-Procedimento.....	64

5- RESULTADOS E DISCUSSÕES	66
5.1- Resultados das entrevistas.....	66
5.1.1- Entrevista com o Ex-Secretário Estadual de Turismo da Bahia.....	67
5.1.2- Entrevista com o Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira.	70
5.2- Resultados e Discussão dos questionários.....	74
5.2.1- O perfil dos entrevistados	74
5.2.2- Resultados dos questionários do Grupo T	77
5.3- Resultados dos questionários do Grupo M.....	82
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	94
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A.....	103
APÊNDICE B.....	104
APÊNDICE C.....	105
APÊNDICE D.....	107
ANEXO 1	110

1- INTRODUÇÃO

1.1-Tema

O turismo relaciona em seu conceito aspectos diferentes, sobretudo o econômico, o sociológico, o ambiental e os aspectos políticos. É uma peça fundamental na gestão pública e nas comunidades que fazem parte dos destinos turísticos, tornando-se uma atividade que atua como ferramenta catalisadora para a economia local, podendo gerar empregos e proporcionar melhorias à infraestrutura dos municípios.

Três considerações são aqui entendidas:

1-Por Turismo Responsável aqui se conceitua como o turismo realizado segundo os princípios da justiça social e econômica, com pleno respeito ao ambiente e às culturas. O turismo responsável reconhece o papel central da comunidade local receptora e o seu direito de ser protagonista no desenvolvimento do turismo sustentável e socialmente responsável de seu próprio território. Opera favorecendo a positiva interação entre a indústria do turismo, as comunidades locais e os turistas.

2-O Turismo Responsável se constitui na base para o desenvolvimento sustentável, comportando seis aspectos fundamentais: i)) sustentabilidade social; ii) sustentabilidade econômica; iii) sustentabilidade ecológica ou ambiental; iv)sustentabilidade geográfica; v) sustentabilidade cultural; e vi) sustentabilidade política.

3-O Turismo Responsável, como se pode perceber, tem uma fundamentação diferente do turismo sustentável, pois preconiza a participação efetiva da comunidade em todos os estágios do desenvolvimento turístico, proporcionando, assim, condições mais favoráveis para que este desenvolvimento tenha como sustentáculo a própria comunidade, agregando seus valores e suas experiências, além de suas próprias expectativas de desenvolvimento.

Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o desenvolvimento do turismo impõe uma permanente articulação entre os diversos setores público e privado, relacionados à atividade, no sentido de proporcionar compartilhamento, cooperação e integração das atividades da produção turística nas diferentes esferas de planejamento e gestão do turismo no País. Porém, apesar de ser uma importante

ferramenta para economia, é preocupante a redução do viés econômico da atividade turística e do termo desenvolvimento turístico a uma dimensão apenas econômica, sendo importante ressaltar que o desenvolvimento turístico deve ser compreendido dentro de uma visão integrada que abarque o econômico, o social, o cultural e o ambiental.

Neste sentido, faz-se cada vez mais necessária a compreensão da atividade turística como alternativa para o desenvolvimento local. Compete ao gestor o dever de conhecer os instrumentos de gestão da atividade turística, sendo capaz de fazer uma análise crítica da realidade existente em seu município de atuação, bem como sugerir alternativas para disseminar a prática da atividade turística de modo responsável, como ferramenta de conservação da identidade sociocultural e ambiental dos destinos turísticos.

Devido à necessidade de discutir novos formatos para o turismo que priorize as relações humanas e o cuidado com o meio-ambiente, a presente dissertação visa verificar qual a distância entre os princípios do Turismo Responsável (TR) relacionados aos fatores sociais, culturais e ambientais e a realidade da Gestão do turismo no município de Cachoeira.

1.2-Contextualização do Problema

O Recôncavo da Bahia está inserido na Zona Turística da Baía de Todos-os-Santos, hospeda e carrega um patrimônio histórico-cultural muito rico, as raízes da história e da cultura baiana se perpetuam nos seus antigos engenhos, fábricas de charutos, velhos casarões, na diversidade das igrejas, nas atividades religiosas e nos festejos populares. Porém, o turismo desenvolvido nessa região se configura como uma atividade de elevada sazonalidade.

Cachoeira é considerada uma das principais cidades turísticas que compõe a região do Recôncavo, pois além do amplo potencial histórico-cultural e arquitetônico e ambiental, apresenta festejos religiosos e populares, como a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e o São João, que atraem nesses períodos um grande número de turistas. Entretanto, Cachoeira também faz parte do preocupante cenário comum a outros destinos turísticos, o qual a atividade turística é realizada de forma desconexa, causando grande impacto na saúde sociocultural, econômica e no equilíbrio de ecossistemas. Podendo ter como consequências, por exemplo,

mudanças de valores, crenças, comportamentos e costumes, além do aumento populacional, do tráfego de veículos, da exploração sexual infantil e da prostituição e o acréscimo da criminalidade.

Entretanto o fenômeno atual do rápido crescimento do turismo no mundo vem trazendo algumas importantes reflexões para governos, mercados, pesquisadores, ambientalistas e comunidades. Sabe-se que o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões e, ao mesmo tempo, em poucos anos, pode degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança histórico-cultural dos povos.

Percebe-se no Brasil, uma lacuna de enquadramento compreensivo por parte dos gestores públicos em entender o papel central no desenvolvimento sustentado do turismo; em iniciativas de estabelecimento de políticas públicas locais e regionais buscando contribuir para um turismo mais responsável, negligenciando o consenso entre especialistas de que o desenvolvimento do turismo que almeja ser sustentável em nível local (ou de destinos) necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais do turismo. Atento a esta realidade esta dissertação pretende conhecer a atividade turística em Cachoeira, como forma de contribuir para o desenvolvimento responsável da atividade, em consonância com os princípios de responsabilidade de políticas públicas de segurança social envolvendo paisagens, biodiversidade, cultura e história que compõe o cenário turístico de Cachoeira sob o paradigma de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

1.3-Problema

Qual a percepção sobre a gestão do turismo responsável em Cachoeira, sob dos gestores públicos do turismo, empresários, artesãos, guias e turistas dos diferentes agentes intervenientes no espaço turístico da gestão pública municipal e estadual.

Por percepção aqui é entendido como proveniente do latim da palavra *perceptio*, que significa receber, recolher ou tomar posse de algo, a percepção é entendida pela psicologia como o primeiro momento de um processamento cognitivo, isto é, o primeiro caso em que a informação recebida se transforma em um elemento conhecido e compreensível. Sempre com base nos dados fornecidos pelos cinco sentidos (visão, olfato, tato, paladar e audição), se diz que a pessoa percebe a

informação quando faz um processo de assimilação e compreensão da mesma, que é obviamente, de imediato, mas que implica em sua própria elaboração.

1.4-Objetivos

1.4.1- Geral

Apresentar a gestão do turismo em Cachoeira, sob a ótica do turismo responsável, a partir da leitura entrelaçada das percepções dos diferentes agentes intervenientes no espaço turístico, considerando as concepções dos gestores públicos do turismo, da comunidade, empresários, artesãos, guias e turistas.

1.4.2- Específicos

Tem como objetivos específicos:

- a) Descrever as especificidades do espaço turístico de Cachoeira;
- b) Atualizar o inventário turístico do patrimônio histórico-cultural de Cachoeira, incluindo o ambiente natural de relevante valor ecológico;
- c) Apresentar a percepção da comunidade, turistas e gestores públicos em relação ao turismo convencional e o turismo responsável;
- d) Auxiliar a gestão pública municipal de Cachoeira, sugerindo as ações de curto, médio e longo prazo para que, obedecendo os princípios do turismo responsável, possam valorizar o seu potencial turístico.

1.5-Justificativa

Esta dissertação é relevante e importante por se constituir em importante reflexão para governos , *trade* turístico , pesquisadores, ambientalistas e comunidades e a herança histórico-cultural dos povos.

Trata-se de pesquisa original porque se observa uma grande lacuna por parte dos gestores públicos em entender que os governos, em todos os níveis, possuem papel central no desenvolvimento sustentado do turismo.

Ademais, existe um consenso entre especialistas de que o desenvolvimento do turismo que almeja ser sustentável em nível local (ou de destinos) necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais do turismo.

Particularmente esta autora está atenta aos princípios de turismo responsável no que tange a sustentabilidade econômica, cultural, institucional social e ambiental.

1.6- Hipótese de trabalho

i) Pressuposto: A Gestão turística do Município de Cachoeira sob a ótica do turismo responsável requer uma abordagem complexa e sistêmica em razão das externalidades associadas às dinâmicas da natureza dos ecossistemas e a ausência de conhecimento total ou compreensão da maneira que funcionam e como são afetadas pelas externalidades no espaço turístico que muitas vezes indica atrasos, e os consequentes níveis de incerteza aumenta devido à interação com esquemas sociais.

ii) Hipótese de trabalho -A Gestão turística do Município de Cachoeira sob a ótica do turismo responsável deve ser compreensiva a fim de conseguir capturar tais externalidades negativas e; assim deve envolver um processo de conhecimento que ajuda a adaptar as metodologias e práticas aos meios pelos quais este sistema turístico está sendo gerenciado e monitorados. Portanto:

- Os proponentes de projetos de turismo, inclusive órgãos do governo, devem envolver autoridades competentes e a todos os participantes que possam ser afetados, inclusive sociedade.
- As considerações sobre o espaço turístico devem assentamentos humanos e comunidades, e leis e regulamentos.
- As considerações econômicas podem abranger uma análise do mercado para o desenvolvimento e atividades de turismo, descrição das condições socioeconômicas atuais e as mudanças esperadas.
- Aspectos ecológicos do local e seus arredores poderiam incluir uma análise da flora, fauna e ecossistemas que podem ser afetados, e o impacto sobre comunidades locais, bem como possíveis efeitos e impactos.
- As atividades de formação de competências, desde a UFRB até ensino fundamental devem focar o desenvolvimento das habilidades dos governos e de todos os participantes

- As atividades de formação de competência abrangem o fortalecimento de recursos humanos e capacidades institucionais; a transferência de "*know-how*"; o desenvolvimento de instalações adequadas; o treinamento em assuntos de diversidade biológica e turismo sustentado, e técnicas de avaliação de impacto e gerenciamento de impacto.
- As comunidades locais devem, também, contar com as capacidades necessárias às tomadas de decisão, habilidades e identificação antecipada de fluxos futuros de turistas, bem como a competência adequada e treinamento em serviços de turismo e proteção ambiental.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- TURISMO

Viajar, desbravar e conhecer novos lugares sempre fez parte de contextos históricos, representando elementos da vida social e econômica das pessoas no decorrer das civilizações. Embora os objetivos dessas viagens - que originaram novos continentes, países e povos - apresentem objetivos diferentes das viagens feitas atualmente, pode-se dizer que esse processo de construção contribuiu para o formato de deslocamento, no qual, pessoas vão a outros países, por exemplo, na busca de novas experiências, para conhecer outras culturas, usufruir das paisagens e sentir climas/temperaturas que divergem do seu lugar de origem (LAGE e MILONE, 1996). Essas pessoas são instigadas por atrativos (características e/ou serviços) pelos mais diversos interesses. São essas particularidades que remetem à ideia do que se conhece como turismo.

Outra semelhança - relacionada ao turismo - entre o passado e a atualidade é a busca pelo lazer. Atividades realizadas pelos povos desde a Grécia Antiga demonstram como as atividades culturais e artísticas, além das competições esportivas, comuns naquela época, atraíam muitas pessoas. Assim como em Roma, ainda no Império Romano, com a construção do Coliseu e o uso do litoral Mediterrâneo como locais de lazer.

Dentre as grandes atrações, as competições esportivas gregas – os jogos olímpicos, em honra a Zeus, representavam um ponto de importância e interesse de convergências no movimento de pessoas dessa época. [...] Os romanos foram os primeiros a criarem próximo ao Mediterrâneo locais de lazer, nas proximidades das praias, visando fins terapêuticos ou práticas esportivas. O Circo Romano e, principalmente, as famosas Termas são igualmente atrações que motivaram muitas pessoas a viajar para usufruir de seus divertimentos e benefícios físicos. (LAGE e MILONE, 1996, p. 15 e 16)

Depois disso, alguns nomes como Thomas Cook, Cesar Ritz, Henry Wells e Thomas Bennet ficaram conhecidos como personagens importantes na história do turismo através de iniciativas que hoje poderíamos classificar como turísticas. Thomas Cook foi o responsável pela primeira viagem considerada como viagem em grupo da história, num trem fretado de Leicester até Loughborough transportou cerca de 500 pessoas para um congresso sobre o alcoolismo (LAGE e MILONE, 1996). Com o sucesso alcançado, ele continuou organizando outras viagens e, logo

depois, criou um livreto com os detalhes da viagem para os passageiros, e fundou uma agência de viagens (BARRETTO, 1997). Com tamanha percepção e empreendedorismo é considerado por muitos autores o precursor do turismo.

Mesmo com as primeiras iniciativas e experiências turísticas após o ano de 1840, a primeira definição de turismo de acordo com Barretto (1997), atribui-se ao economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen, em 1911, descrevendo o turismo como: “o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

No Brasil, em 1922, surgiram os primeiros hotéis no Rio de Janeiro, posteriormente sendo criada a Sociedade Brasileira de Turismo. Em seguida São Paulo e Rio Grande do Sul começaram a desenvolver atividades turísticas.

No Brasil, o turismo como fenômeno social começou depois de 1920. Pode-se traçar um marco com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923, que depois se tornaria o Touring Clube. O turismo surgiu vinculado ao lazer; nunca teve cunho de aventura ou educativo, como na Europa [...] As classes altas consomem turismo particular e as classes médias, turismo de massas [...] O meio de locomoção mais usado é o avião, seguido do carro particular para distâncias curtas dentro do país. O Brasil praticamente desconhece o turismo ferroviário e uma elite reduzida faz turismo aquático. (BARRETTO, 1997, p. 56)

Em 1924, houve a criação da União Internacional de Organizações Oficiais para a Propaganda Turística. Cinquenta anos mais tarde, essa instituição deu origem à Organização Mundial de Turismo (OMT). A OMT é uma organização internacional não governamental que reúne associações privadas e governamentais de turismo. Em 2003 passou a ser considerada uma agência especializada das Nações Unidas (LAGE e MILONE, 1996). De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, o conceito estabelecido pela OMT adotado oficialmente pelo Brasil, compreende o turismo como “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2015). Outra definição de turismo, considerada a mais completa por alguns autores, é a de Oscar de La Torre:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de

residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (LA TORRE,1992 apud BARRETTO,1997, p. 13)

Desde então, o turismo veio sendo moldado e até hoje passa por modificações. A globalização e os avanços tecnológicos, principalmente através das melhorias nos meios de transporte e na comunicação, contribuíram para o avanço e fortalecimento do turismo. O turismo se caracteriza como tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade moderna, que integra “a vida de todas as nações e contribui de maneira significativa em todos os setores, tornando-se imprescindível às atividades econômicas do Séc. XX” (LAGE e MILONE, 1996, p.12), principalmente por ser considerado como uma das principais ferramentas para a economia dos países.

Durante muitos anos, afirmou-se que o turismo estava assentado no tripé agências, hotéis e transportadoras, mas essa concepção ficou ultrapassada (BARRETTO, 1997). As ferramentas para realizar o turismo começaram a sofrer modificações. A internet, por exemplo, tem contribuído para o aumento das atividades turísticas realizadas sem a intermediação das agências. O turista pode escolher o roteiro do destino que quer conhecer e ainda ficar sabendo os detalhes do local que pretende se hospedar, o que fazer e conhecer na comunidade receptora, o que comer e como chegar. Os meios de hospedagem não se resumem apenas a hotéis, criaram-se outras alternativas como acampamentos, albergues, hostels e os modelos mais recentes são os em formato de rede social - que hospedam turistas em casas de particulares- através do contato via internet. Entre os mais conhecidos estão o *Bed and Breakfast* e o *Couchsurfing*¹, traduzidos como Cama e Café e Surfista de Sofá. A casa de parentes e amigos continua sendo uma opção ainda muito utilizada.

As pesquisas referentes ao assunto têm comprovado essa mudança de comportamento dos turistas. No Brasil, por exemplo, o carro próprio passou a ser mais utilizado, seguido de linha de ônibus e avião. As agências que antes vendiam pacotes de viagem completos, têm mudado o perfil vendendo também de forma separada o transporte ou a hospedagem.

Em termos de meios de transporte, carro próprio, ônibus de linha e avião são predominantes. Como principal meio de hospedagem, mantém-se na

¹ Rede mundial de hospedagem solidária, presente em mais de 200 países. Mais informações: <https://www.couchsurfing.com/>

primeira posição Casa de Amigos ou Parentes. Mais de 90% dos turistas não utilizaram agência para organizar a principal viagem doméstica. Os itens mais adquiridos foram: hospedagem, transporte aéreo e transporte rodoviário. (FIPE, 2012, p. 3)

Barreto, no livro *Planejamento e Organização em Turismo* (2003), com base em Arrillaga (1975), apresenta alguns critérios e classificações do turismo. Mas outros nomes, classificações e modalidades de turismo foram surgindo, de acordo com as novas tendências. Entre esses novos formatos se encontram o turismo de aventura, o ecoturismo e o turismo rural, envolvendo novos lugares e um novo público. O turismo tornou-se uma indústria, e à medida em que foi crescendo, os problemas vinculados a ele também foram aumentando, assim como a preocupação e as consequências ambientais e sociais nas comunidades receptoras.

2.1.1 - TURISTIFICAÇÃO

O processo de turistificação trata do conjunto de aspectos que se relacionam ao turismo, estando incluídos nesse processo estruturas administrativas capacitadas, planejamentos, políticas públicas de turismo, ações de marketing, investimentos, capacitação dos recursos humanos, infraestrutura e definição ou criação de atrativos.

No relatório de 2015 divulgado pelo *World Economic Forum* (WEF) - em 2015 - o Brasil apresentou avanços passando da 51ª para a 28ª posição no ranking das economias mais competitivas do mundo na área de turismo. Os investimentos realizados para a Copa do Mundo, entre junho e julho de 2014, e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro tiveram um papel importante nesse novo posicionamento do Brasil (WEF, 2015).

Os aspectos avaliados para elaboração desse relatório se dividem em quatro grupos: Ambiente Propício; Políticas de Viagem de Turismo e Condições Favoráveis; Infraestrutura; e Recursos Culturais e Naturais. O desempenho do Brasil, em relação aos aspectos avaliados, pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1- Índice de competitividade de viagens e turismo – aspectos avaliados (Brasil)- 2015.

ASPECTO AVALIADO	RANKING	ESCORE (1 – 7)
AMBIENTE PROPÍCIO	79º	4,5
Ambiente de negócio	126º	3,6
Proteção e Segurança	104º	4,7
Saúde e Higiene	66º	5,3
Recursos Humanos e Mercado de trabalho	66º	4,5
Prontidão TCI	57º	4,4
POLÍTICAS DE VIAGEM DE TURISMO E CONDIÇÕES FAVORÁVEIS	107º	3,8
Priorização das viagens de turismo	101º	4,1
Abertura Internacional	91º	2,6
Competitividade dos preços	81º	4,5
Sustentabilidade ambiental	86º	3,9
INFRAESTRUTURA	70º	3,6
Estrutura de transporte aéreo	41º	3,6
Infraestrutura terrestre e portuária	130º	2,4
Infraestrutura de serviços turísticos	51º	4,7
RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS	3º	5,7
Recursos naturais	1º	6,0
Recursos culturais e viagens de negócio	8º	5,3

Fonte: WEF (2015)

Conforme os dados da tabela, é importante observar como o turismo demanda outros aspectos para que seja considerado mais completo ou melhor. Não adianta ter recursos naturais em potencial se não tiver as demais estruturas para atender as necessidades humanas, de infraestrutura e política do destino, como é o caso do Brasil, que teve a melhor colocação apenas nos aspectos recursos naturais e culturais, ficando muito abaixo da média, principalmente nos itens de infraestrutura.

Nesse mesmo ranking, apesar do baixo desempenho, o Brasil lidera entre os países da América Latina, conforme pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1- Top das 10 melhores economias mais competitivas da América Latina na área de turismo (WEF, 2015).

RANKING	PAÍS
28º	Brasil
30º	México
34º	Panamá
42º	Costa Rica
46º	Barbados
51º	Chile
55º	Porto Rico
57º	Argentina
58º	Peru
68º	Colômbia

Fonte: WEF (2015).

2.1.2 - Turismo reduzido às questões econômicas

É comum se reduzir o turismo a um viés apenas econômico, e com essa concepção, muitos destinos investem em propagandas e atrativos. O turismo que antes se voltava para as classes mais altas da sociedade, passou a ser mais acessível para outras classes, movimentando bilhões de dólares em todo o mundo.

As tabelas 2,3 e 4 retiradas da publicação Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil - Ano Base 2015, publicada pelo MTur demonstram a receita cambial gerada pelo turismo mundial (BRASIL, 2015). Mesmo com as principais crises econômicas que aconteceram no mundo, a exemplo da recessão que os EUA enfrentou em 2008 e 2009 e da crise da dívida europeia, em 2010, que desequilibraram financeiramente muitos países, elevando os índices de desemprego, falindo empresas, prejudicando e desestabilizando as relações internacionais.

Ao analisar os dados abaixo, percebe-se o contraste entre o quadro de recessões e crises econômicas em comparação com o turismo. Conforme a Tabela 2, é notório o crescimento da receita cambial ao longo dos anos de 2000 a 2014.

Tabela 2- Receita cambial turística: Mundo, América do Sul e Brasil 2000-2015.

Ano	Receita Cambial (bilhões de US\$)					
	Mundo		América do Sul		Brasil	
	Total	Varição anual (%)	Total	Varição anual (%)	Total	Varição anual (%)
2000	475,0	-	9,2	-	1,8	-
2001	472,0	(0,63)	11,3	22,61	1,7	(4,38)
2002	474,0	0,42	9,2	(18,58)	2,0	15,45
2003	525,0	10,76	8,6	(6,52)	2,5	24,06
2004	633,0	20,57	10,9	26,74	3,2	29,99
2005	680,0	7,42	12,4	13,76	3,9	19,84
2006	745,0	9,56	14,4	16,13	4,3	11,77
2007	860,0	15,44	16,9	17,36	5,0	14,76
2008	944,0	9,77	19,2	13,61	5,8	16,80
2009	855,0	(9,43)	18,5	(3,78)	5,3	(8,31)
2010	960,0	12,28	20,5	11,00	5,3	(0,82)
2011	1.042,2	8,56	23,1	12,50	6,1	15,85
2012	1.116,4	7,12	24,4	5,56	6,4	4,65
2013	1.239,7	11,05	24,7	1,45	6,5	1,50
2014	1.310,2	5,68	36,1	46,21	6,8	5,69
2015	1.260,1	(3,82)	25,6	(29,26)	5,8	(14,59)

Extraído de: Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil -Ano Base 2015, BRASIL- 2016.

Apesar do potencial que o Brasil possui em relação aos atrativos naturais e culturais, a receita cambial no ano de 2015 representou apenas 22,87% da receita cambial da América do Sul e 0,46% da receita cambial turística mundial. Uma diferença grande, se comparada a outros países, como o México, por exemplo, que em 2015 teve a receita cambial na casa dos US\$ 17,7 bilhões, enquanto a do Brasil situou-se em US\$ 5,8 bilhões.

Tabela 3- Comparativo da receita cambial turística: Mundo, América do Sul e Brasil – 2000-2015.

Ano	Receita cambial (bilhões de US\$)			Participação (%)		
	Mundo	América do Sul	Brasil	América do Sul no Mundo	Brasil na América do Sul	Brasil no Mundo
2000	475,0	9,2	1,8	1,9	19,64	0,38
2001	472,0	11,3	1,7	2,4	15,31	0,37
2002	474,0	9,2	2,0	1,9	21,72	0,42
2003	525,0	8,6	2,5	1,6	28,82	0,47
2004	633,0	10,9	3,2	1,7	29,56	0,51
2005	680,0	12,4	3,9	1,8	31,14	0,57
2006	745,0	14,4	4,3	1,9	29,97	0,58
2007	860,0	16,9	5,0	2,0	29,31	0,58
2008	944,0	19,2	5,8	2,0	30,13	0,61
2009	855,0	18,5	5,3	2,2	28,71	0,62
2010	960,0	20,5	5,3	2,1	25,65	0,55
2011	1.042,2	23,1	6,1	2,2	26,42	0,58
2012	1.116,4	24,4	6,4	2,2	26,19	0,57
2013	1.239,7	24,7	6,5	2,0	26,20	0,52
2014	1.310,2	36,1	6,8	2,8	18,94	0,52
2015	1.260,1	25,6	5,8	2,0	22,87	0,46

Extraído de: Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil -Ano Base 2015, BRASIL- 2016.

Na Tabela 4, relaciona-se as receitas cambiais dos principais países receptores de turistas no mundo. EUA, China e Espanha foram os países com as maiores receitas cambiais no ano de 2015. Um fato curioso, é que a Espanha mesmo sendo o terceiro país com maior receita cambial do turismo, foi considerada pelo Índice de Competitividade de Viagens e Turismo do ano de 2015- realizado pelo Fórum Econômico Mundial e divulgado pela OMT- o primeiro lugar no ranking mundial, deixando para trás EUA e China.

Tabela 4- Receita cambial turística dos principais países receptores de turistas do mundo 2011-2015.

Países de residência permanente	Receita cambial (bilhões de US\$)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	1.042,2	1.116,4	1.239,7	1.310,2	1.260,1
Estados Unidos	150,9	161,6	177,5	191,3	204,5
China	48,5	50,0	51,7	105,4	114,1
Espanha	62,2	58,2	62,6	65,1	56,5
França	54,8	53,6	56,6	58,1	45,9
Reino Unido	35,6	37,2	41,6	46,5	45,5
Tailândia	27,2	33,9	41,8	38,4	44,6
Itália	43,0	41,2	43,9	45,5	39,4
Alemanha	38,9	38,1	41,3	43,3	36,9
Hong Kong (China)	28,5	33,1	38,9	38,4	36,2
Macao (China)	30,5	35,9	43,0	42,6	31,3
Austrália	31,8	31,9	31,3	31,9	29,4
Turquia	25,1	25,3	28,0	29,6	26,6
Japão	11,0	14,0	15,1	10,9	25,0
Índia	17,7	18,0	18,4	19,7	21,0
Áustria	19,9	18,9	20,2	20,8	18,3
México	11,9	12,7	13,9	16,2	17,7
Malásia	19,7	20,2	21,5	22,6	17,6
Singapura	17,9	18,8	19,2	19,1	16,7
Canadá	16,8	17,4	17,7	17,4	16,2
Suíça	17,1	16,1	16,8	17,4	16,2
:					
Brasil	6,1	6,4	6,5	6,8	5,8
Outros	327,1	373,3	432,2	415,2	394,7

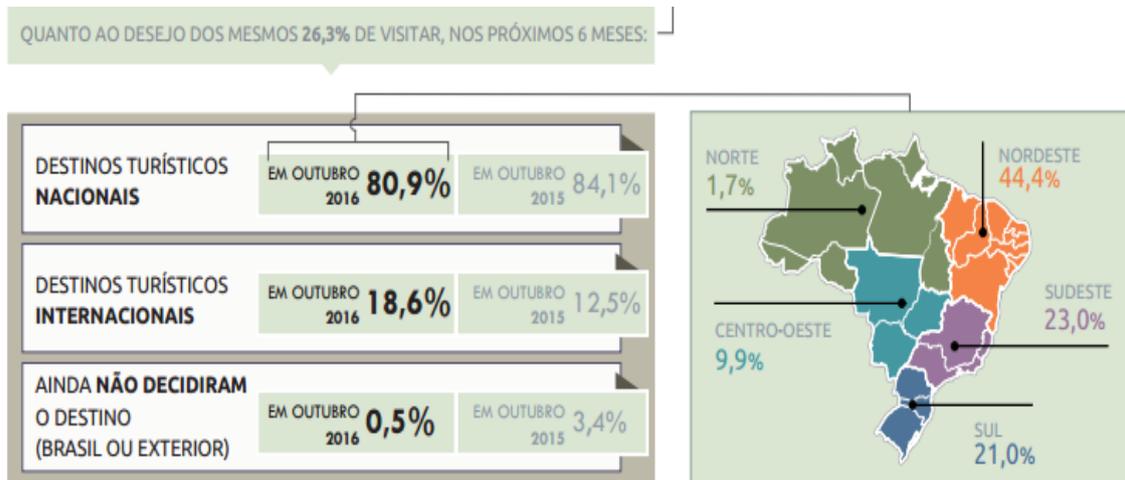
Extraído de: Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil -Ano Base 2015, BRASIL- 2016.

Os dados vistos nas tabelas 2, 3 e 4 demonstram a grande representatividade do turismo na economia mundial, movimentando bilhões de dólares por ano. Essa relação amistosa entre economia e turismo tem feito com que vários destinos, principalmente os brasileiros, “abram as portas”, atraindo mais turistas. No caso do Brasil, o setor turístico tem investido nas demandas internas que, apesar da crise, apresentam números favoráveis.

A última pesquisa de intenção de viagem divulgada pelo Ministério do Turismo e Fundação Getúlio Vargas (FGV), em outubro de 2016, aponta que 26,3% dos

entrevistados pretendiam viajar dentro de seis meses, um número 3,9% maior do que o registrado no mesmo período do ano anterior. Os destinos turísticos nacionais estão entre a maioria das escolhas dos entrevistados, principalmente a região nordeste, conforme pode ser observado na Figura 1:

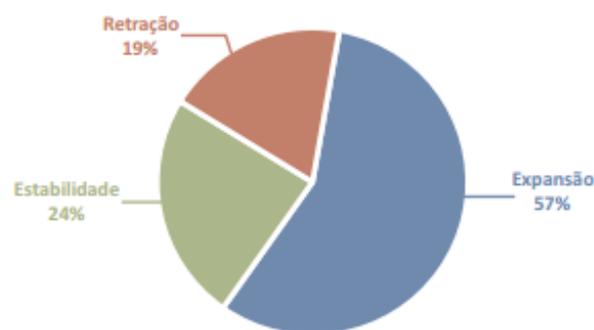
Figura 1 - Destinos turísticos mais desejados dos brasileiros.



Fonte: Sondagem do Consumidor- Intenção de viagem, FGV /Mtur, outubro de 2016.

Em relação aos negócios, o MTur aponta uma expansão de 57%, no mês de outubro de 2016 (Figura 2). Essa expansão pode ter como um dos fatores o aumento do número de empreendedores, que em meio à crise e ao desemprego possivelmente buscaram novas alternativas.

Figura 2- Situação dos Negócios. Outubro-2016.



Fonte: FGV e MTur,2016.

Para Queiroz (2007, p. 64), perceber a importância do território enquanto espaço de consumo e de produção do fenômeno turístico significa enfatizar, dentre outros aspectos, a elevação das condições socioeconômicas da população local. Nesse

sentido, o turismo pode atuar como uma ferramenta catalisadora para a economia local, gerando empregos e propiciando melhorias à infraestrutura dos municípios.

Através desse cenário crescente, o turismo tem representado para muitas pessoas uma oportunidade para abrir novos negócios ou expandi-los. Entretanto, o viés econômico facultado às atividades turísticas deve ser moderado, para que os destinos não sejam ainda mais prejudicados pela ganancia.

A busca por lucros excessivos através do turismo pode prejudicar não só a comunidade receptora, como também pode colocar em risco o futuro da atividade turística do destino. A exemplo dos possíveis problemas, cita-se o aumento do custo de vida para os moradores (nativos) e o caráter desordenado e imediatista de ações locais que provocam a massificação do turismo, através da equivocada concepção de quanto mais turistas melhor. Esse excesso de carga nos destinos pode afetar o equilíbrio no uso dos recursos naturais e causar interferências socioculturais.

O caminho para o turismo atrair turistas e investidores, sem causar colapso no espaço da comunidade local, está no entendimento e implementação de políticas públicas de desenvolvimento turístico que vão além do reducionismo econômico, abrindo novas perspectivas de integração e fortalecimento da atividade turística, respeitando o meio ambiente, a cultura e a comunidade receptora.

2.1.3 – Sistema de Turismo: Contribuições de Beni

As contribuições de Mário Carlos Beni², autor do livro “Análise Estrutural do Turismo”, que no Brasil se consagrou como obra de referência nos cursos formativos em turismo, influenciou sobremaneira a práxis turística, bem como os estudos em turismo á luz do paradigma sistêmico e em relevante perspectiva holística e interdisciplinar.

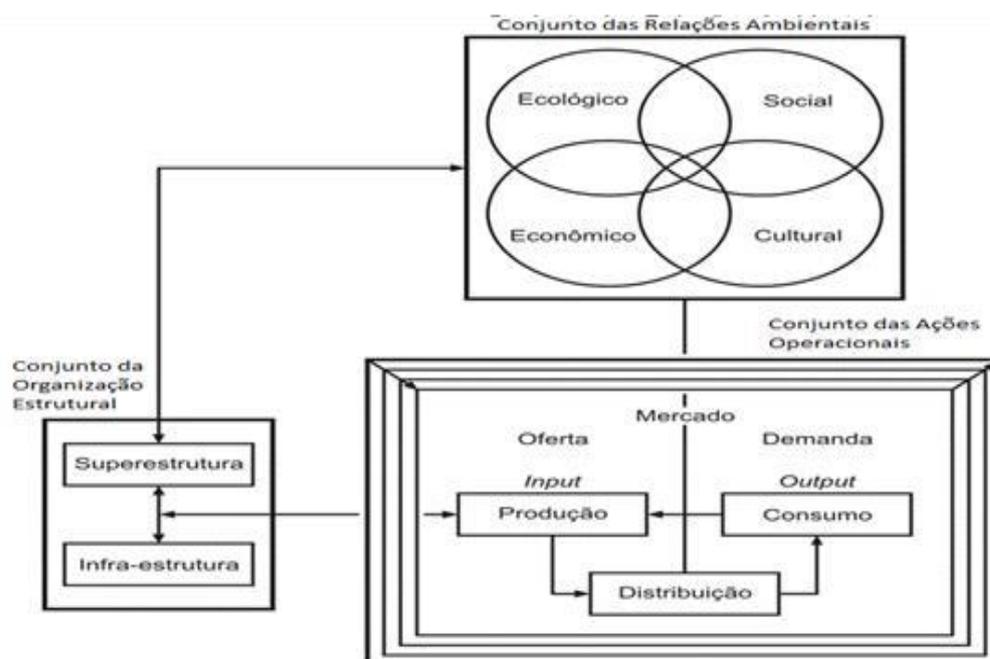
²Mario Carlos Beni é Mestre em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP) doutor em Ciências da Comunicação e livre-docente em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) professor titular aposentado da ECA/USP professor convidado de diversos programas de pós-graduação stricto sensu em Turismo e Hospitalidade no país e no exterior. Pertence ao Conselho Superior da International Association of Cientific Experts in Tourism e da International Academy of Tourism. Foi membro do Comitê de Ética da Orgaização Mundial do Turismo, representando as Américas. É membro da Associação Mundial de Formação em Hotelaria e Turismo. Autor de vários livros em Turismo e pertencente à Academia Brasileira de Eventos e Turismo. Membro do Conselho Nacional de Turismo do Ministério do Turismo. Reitor da Universidade Corporativa e presidente do Conselho Nacional da Confederação Nacional de Turismo.

O Sistema de Turismo (Sistur) é considerado um sistema aberto que realiza trocas com o meio onde está inserido, e que por essa razão é interdependente (Beni, 1998). Nesse sentido, Beni (1998, p. 23) define sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

Nessa perspectiva, o autor revela que o sistema pode ser entendido como um conjunto de partes que interagem para atingir determinado objetivo, destacando ainda que a elaboração do sistema possibilita uma visão do todo, ao invés de somente as partes.

A atividade turística segundo a ótica de Beni se constitui em partes que interagem impactando umas as outras e que se bem planejadas e geridas podem levar ao seu desenvolvimento sustentável. Desse modo, a Figura 3 apresenta o Sistur proposto por Beni:

Figura 3- Sistema de Turismo -Sistur



Fonte: Beni, 1998.

O SISTUR é composto por três conjuntos: i) Conjunto das Relações Ambientais (CRA); ii) Conjunto da Organização Estrutural (COE); e iii) Conjunto das Ações Operacionais (CAO), onde cada um desses possuem seus subsistemas, como pode ser observado na figura 3.

Conceitualmente no sistema os diferentes aspectos (ambientais, políticos e mercadológicos) do turismo são considerados e apresentados de forma relacionada. Isso significa que as dimensões que constituem o setor não devem ser analisadas isoladamente, haja vista sua complementaridade para um desenvolvimento sustentável da atividade em um destino.

Em síntese, Beni enaltece que o turismo deve ser estudado e planejado holisticamente, ou seja, devem-se visualizar todos os elementos que compõe o sistema e não somente as partes dele. Desse modo, entende-se que o desenvolvimento do Sistur facilitou às relações e inter-relações do turismo com o ambiente, as políticas, o mercado e outros, contribuindo para os estudos que se tem atualmente, que buscam trabalhar e entender o turismo como um sistema composto por partes que se integram para um determinado fim, ou seja, o desenvolvimento turístico.

Na Figura 4 (anexo 1), percebe-se a concepção da cadeia de valor regional de turismo contempla os encadeamentos produtivos, horizontais e verticais, dentro da região de destino, bem como os inter-relacionamentos e complementariedades com regiões exteriores, que vão, em conjunto, refletir o nível atual e o potencial de crescimento da atividade do turismo, permitindo identificar-se elementos motores e pontos de estrangulamento que irão moldar o patamar de promoção e dinamismo do desenvolvimento turístico de uma determinada região, influenciando a formulação de políticas públicas, gerais e específicas. Vale destacar que dessas inter-relações regionais resultarão transações recíprocas de bens, serviços, recursos humanos e financeiros, implicando em exportações e importações, cujos resultados líquidos refletirão na competitividade regional, restando, implícito no processo, a ocorrência de fugas ou vazamentos, os quais deverão situar-se em um determinado nível de eficiência que não comprometa o caráter competitivo do desenvolvimento do turismo na região ou país de referência.

Outro aspecto importante discorre sobre a importância de se desenvolver um planejamento estratégico de marketing para o destino, a partir da identificação dos pontos favoráveis que o destino possui; criar um entorno competitivo com base na elaboração de uma política sólida; e ainda buscar por uma gestão estratégica do turismo, levando em consideração a abordagem política, o planejamento e a administração como bases para as respostas de mal uso dos recursos naturais e humanos no turismo.

Uma das responsabilidades para os agentes públicos encarregados de elaborar e implementar políticas de desenvolvimento para as atividades turísticas é promover um modelo de desenvolvimento com competitividade, sustentabilidade e justiça social, principalmente, quanto à importância de entender as dimensões que constituem o setor turístico e a necessidade de ter a visão do todo, em virtude da complementaridade para um desenvolvimento responsável e sustentável do turismo.

2.2- Gestão Pública do Turismo

Com o aumento da visibilidade do turismo – principalmente em função das questões econômicas em detrimento das demais perspectivas sociais– a gestão das políticas públicas do turismo tem assumido cada vez mais um papel relevante para gestão pública nacional. As instituições ou órgãos das diferentes esferas governamentais, devem cumprir o papel de articular os atores sociais que compõem sua região, cabendo a eles a elaboração de programas, projetos e atividades de âmbito internacional, nacional, regional e local, reunidos em um plano de turismo, que visem o respeito às culturas locais, a minimização de poluição e desperdícios, o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo para a comunidade local oportunidades e bem-estar social.

No ano de 2002, se criou o órgão superior de turismo, o Ministério do Turismo (MTur), que atua como órgão responsável pela orientação e coordenação das atividades turísticas no país. De acordo com a Lei nº 11.771/2008, no art. 3º, caberá ao MTur estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. Mas, antes mesmo da criação do MTur, ainda no final dos anos 1990 criou-se o Plano Nacional

do Turismo (PNT), que preconizava, de modo embrionário, o desenvolvimento integrado e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) - parte integrante do Plano Nacional de Turismo (PNT) – que fomentava a descentralização através do fortalecimento das instituições municipais.

O desafio proposto pelo PNT era reconhecer o turismo como atividade efetivamente capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, a distribuição da renda e o fomento à preservação de heranças naturais e culturais (BRASIL, 2007) e garantir a continuidade do processo democrático, participativo e descentralizado de gestão, numa ação articulada com a iniciativa privada e o terceiro setor. Esse modelo de gestão descentralizado pode ser observado pelo Sistema Nacional de Turismo, conforme mostra a Figura 5:

Figura 5- Modelo de Gestão descentralizada do Turismo



Fonte: Turismo no Brasil 2011 – 2014 (Ministério do Turismo).

Após o PNT 2003/ 2007, elaborou-se o Plano Nacional de Turismo – PNT 2007 / 2010 e o Plano Nacional de Turismo – PNT 2013 / 2016, ambos com o objetivo de apresentar as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. O PNT 2013 / 2016, o mais atual, tem como insumo básico o Documento Referencial - Turismo no Brasil 2011/2014, e destaca as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, que são: a

participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (BRASIL, 2013). Outras ações desenvolvidas no âmbito federal foram:

- I. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT/RB), lançado em 2003 pelo Ministério do Turismo (MTur), que visava “estimular em todo o país a adoção de um novo modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação Inter setorial e interinstitucional, e na sinergia de decisões. ” (BRASIL, 2003).
- II. O CADASTUR- Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, cujo objetivo é promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil. Além disso, permite a participação em eventos, feiras e ações realizados pelo Ministério do Turismo e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). (BRASIL, 2015)
- III. PRONATEC TURISMO - O programa visa a qualificação de quem já trabalha com turismo e também quem pretende se profissionalizar no setor. Foi desenvolvido principalmente para atender as necessidades da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos realizados no Brasil.
- IV. PRODETUR NACIONAL- O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo tem como objetivo o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, através da geração de empregos. Vale ressaltar, que o PRODETUR existe em níveis estaduais e regionais.

Sobre a política turística, para Dias (2003), esta tem dentre as suas funções: o papel de definir as regras do jogo, ou seja, fornecer a direção comum e uma orientação para todos os interessados no turismo em uma destinação; facilitar o consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação; oferecer estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e as

contribuições do setor turístico para a economia e para a sociedade como um todo; e permitir que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia de forma mais eficaz. Seguindo a mesma perspectiva, a política de turismo é vista por Ferreira (2007) como o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país.

Apesar da gestão do turismo no Brasil apresentar alguns avanços, em nível nacional, as gestões públicas municipais, na sua maioria, promovem ações negativas relacionadas à forma de gestão da atividade turística. A redução do turismo a uma atividade imediatista, que pode ser feita de forma aleatória, sem priorizar aspectos importantes – relacionados a infraestrutura e bem-estar social - contribuem para o enfraquecimento do desenvolvimento turístico, podendo acarretar outros problemas.

Ao invés dos problemas do espaço turístico serem gerenciados de forma global, as administrações públicas normalmente os enfrentam de forma setorial, sem articulação com os organismos gestores direcionados às áreas que mantêm interface com o turismo, a exemplo dos organismos que regem transporte públicos, o meio ambiente, o sistema de saneamento, a infraestrutura urbana, o sistema educacional, entre outros. Em decorrência, há riscos de o turismo expandir-se desordenadamente em muitas localidades, objetivando apenas a expansão quantitativa dos equipamentos, em geral de hospedagem, com problemas relativos à acessibilidade, prejuízos ambientais, sem (ou com restrita) incorporação da comunidade local no processo, e, assim, conflitos das mais distintas ordens. (REBOLLO, 1997, p. 305, apud QUEIROZ, 2007, p 69)

Esses problemas apontados por Queiroz (2007) são visivelmente perceptíveis em cidades do Recôncavo Baiano, assim como em Cachoeira, dificuldades que se demonstrará no decorrer dessa dissertação.

2.2.1 – Legislação Nacional sobre Turismo

Esse tópico apresenta uma breve retrospectiva da legislação turística no Brasil a partir do ano de 1938, quando Getúlio Vargas sancionou o Decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938 - que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional- determinando que o funcionamento e a comercialização de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias pelas empresas de transportes só poderiam ocorrer mediante autorização do governo. Em 1966, surgiu a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), autarquia especial, criada nos termos do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que também definiu a política

nacional de turismo e a criação do Conselho Nacional de Turismo. No Decreto nº 75.102, de 20 de dezembro de 1974, o então Presidente Ernesto Geisel, promulgou os estatutos da Organização Mundial de Turismo adotados no México, em 27 de setembro de 1970. Para demonstrar as principais leis e decretos relacionados ao turismo no Brasil, durante o período de 1938 até 2015, elaborou-se o seguinte Quadro 2:

Quadro 1- Decretos e Leis relacionados ao turismo no Brasil 1938-2015. (Continua)

DECRETO/LEIS	O QUE DISPÕE
DECRETO-LEI Nº 406, DE 04 DE MAIO DE 1938	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
DECRETO-LEI Nº 55, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.
DECRETO Nº 63.067, DE 31 DE JULHO DE 1968	Dispõe sobre os requisitos exigidos para aprovação dos projetos específicos relacionados com a concessão de estímulos do turismo e dá outras providências
LEI Nº 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977	Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.
LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.
DECRETO Nº 86.176, DE 6 DE JULHO DE 1981	Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e dá outras providências.
LEI Nº 8.181, DE 28 DE MARÇO DE 1991	Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. - Passa a ser denominada como Instituto Brasileiro de Turismo.
LEI Nº 8.623, DE 28 DE JANEIRO DE 1993	Dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências.
LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. – Ministério do Turismo.

DECRETO/LEIS	O QUE DISPÕE
LEI Nº 11.637, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.
LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.
DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 2008	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT do Meio-Norte).
DECRETO Nº 7.381, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010	Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.
LEI Nº 12.591, DE 18 DE JANEIRO DE 2012	Reconhece a profissão de turismólogo e disciplina o seu exercício.
LEI Nº 12.625, DE 9 DE MAIO DE 2012	Institui o dia 8 de maio como o Dia Nacional do Turismo.
DECRETO Nº 7.994, DE 24 DE ABRIL DE 2013	Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016.
LEI Nº 12.974, DE 15 DE MAIO DE 2014	Dispõe sobre as atividades das agências de turismo.

Fonte: Câmara dos Deputados. – Brasília – Edições Câmara, 2015. SÉRIE Legislação n. 198.

Através da leitura da LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, pode-se constatar, apenas no Art. 3º, Parágrafo Único e no Art. 5º- Incisos VI, VIII e IX, aspectos relacionados ao que se denomina nesta dissertação de Turismo Responsável. Porém, vale ressaltar, que em nenhum momento a lei trata diretamente sobre a nomenclatura do Turismo Responsável, apenas os aspectos abordados nos artigos apontados remetem a conjuntura dessa forma de turismo.

2.2.2 - Legislação Estadual e a Gestão do Turismo na Bahia

Na Bahia, a Lei Estadual 10.549 de 2006, criou a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR), o órgão responsável pelo gerenciamento da atividade turística na Bahia, que anteriormente era vinculada à Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. No entanto, em 1968, já existia a Empresa de Turismo da Bahia S.A., conhecida como Bahiatursa, que em 1995 passou a ser vinculada à Secretaria da Cultura e Turismo, e em 2015 passou a incorporar a estrutura direta da SETUR, sendo transformada em Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (BAHIA, 2015).

Apesar da importância que o turismo tem para a Bahia, apenas em 2007 o DECRETO Nº 10.497 DE 19 DE OUTUBRO DE 2007, que aprova o Regimento da Secretaria de Turismo, foi publicado. Em 2014, criou-se a LEI Nº 12.933 DE 09 DE JANEIRO DE 2014, que Institui a Política Estadual de Turismo e o Sistema Estadual de Turismo. Além dessas publicações, a SETUR apresenta Estratégias Turísticas e Planejamentos, que a priori, relacionam-se ao fomento da atividade turística no estado. Entre as principais estratégias e planejamentos sita-se:

- I. O Eixo de Inovação- tem o objetivo de oferecer novas opções de atrações e de roteiros turísticos, além de ampliar a interiorização das ações de turismo.
- II. O Eixo da qualificação dos serviços e destinos – visa a capacitação profissional e empresarial dos serviços turísticos e a qualificação dos destinos.
- III. O Eixo da integração econômica – objetiva a dinamização da cadeia produtiva e a geração de emprego e renda para a população.
- IV. O Planejamento Estratégico – propõe ações governamentais para o setor de turismo.
- V. Os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - visa o planejamento do turismo de maneira sustentável, a curto, médio e longo prazo.
- VI. Os Planos de fortalecimento e gestão do turismo – tem como objetivo o fortalecimento da gestão municipal, através dos recursos

do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur Nordeste II).

- VII. Plano estratégico do Turismo Náutico na Baía de Todos- os -Santos – O local foi escolhido pelo MTur para ser o plano piloto de turismo náutico no país. O objeto é transformar a região da Baía em uma porta de entrada para o turismo náutico internacional e fomentar a cadeia produtiva da indústria náutica, qualificando a mão-de-obra necessária para trabalhar no setor (BAHIA, 2015).

O chamado *trade turístico*, que une empresas do ramo do turismo (hotelaria, alimentação, agências de turismo, etc), é uma forma que essas empresas encontraram para fortalecer a atividade turística e interagir com o setor público, para alcançar maior competitividade turística. Na Bahia, o *trade turístico* é representado pelo Conselho Baiano de Turismo (CBTUR), associação que reúne entidades representativas do setor do turismo no estado. O formato da instância de governança pode variar o formato de *trade*, alguns destinos turísticos possuem o *trade* local, como em Itacaré, por exemplo.

Entre as políticas públicas desenvolvidas pela SETUR, o PDTIS pode ser considerado como a que mais se aproxima do Turismo Responsável. Embora seu enfoque real esteja relacionado às questões de sustentabilidade, existe a preocupação com a manutenção das culturas e comunidades receptoras.

Como pode se observar, apesar das políticas de turismo mais recentes envolverem questões relacionadas a sustentabilidade da atividade turística, a redução de desigualdades regionais, a inclusão social e a geração de emprego e renda, o que esta dissertação pretende apresentar para Cachoeira é que o Turismo Responsável vai além dessas concepções de sustentabilidade e renda, e que não pode ser tratado como uma opção (segundo plano). A preocupação com o bem-estar social das comunidades receptoras deve ser considerada, visto que, em sua maioria, os destinos turísticos na Bahia são de pequeno a médio porte, o que os torna ainda mais sensíveis a transformações. Por essa razão, é importante demonstrar para gestores públicos, pesquisadores, empresários, comunidades e demais leitores que políticas públicas de turismo responsável são de fundamental importância para manutenção dessa atividade.

2.3- TURISMO RESPONSÁVEL

2.3.1 - O DESPERTAR PARA O TURISMO RESPONSÁVEL

A preocupação global relacionada às questões ambientais é um assunto mundialmente debatido entre líderes de governos, cientistas, pesquisadores, Organizações não Governamentais e demais estudiosos, que buscam soluções para os problemas ligados à relação homem x meio ambiente, através de alternativas que gerem a ideia de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Em 1972, na cidade de Estocolmo, realizou-se a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Um evento de alta repercussão, que evidenciou os riscos da utilização predatória dos recursos naturais, que colocavam em perigo a sobrevivência humana. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, é considerada um dos principais momentos no debate socioambiental entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Apresentou como resultado documental um Plano de Ação que convocava todos os países, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais.

Vinte anos depois, em 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Cúpula da Terra”, que teve como objetivo avaliar como os países haviam promovido os cuidados com o meio ambiente desde a Conferência de Estocolmo. A “Cúpula da Terra” foi um marco na luta pela preservação ambiental, contou com a presença de 172 países, resultando na criação de cinco documentos importantes para o trato com as questões ambientais, sendo eles: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; Convenção da Biodiversidade; e a Convenção sobre Mudança do Clima.

Em meio a esses documentos, a Agenda 21 pode ser considerada como uma pauta de ações a longo prazo, estabelecendo os temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para os diferentes temas da Conferência da “Cúpula da Terra”, levando em conta as distintas situações e condições dos países e regiões. Constituindo, na verdade, um abrangente plano de ação a ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade humana afeta o meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA) define a Agenda 21 como “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.” (BRASIL, 2015). Seguindo essa diretriz, o Brasil, construiu a Agenda 21 Brasileira, definido pelo MMA como um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de consultas à população brasileira, construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global. Como ramificação desse plano, foi criada a Agenda 21 Local, descrita pelo MMA como:

Processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações. (BRASIL,2015).

Nos relatórios dos encontros regionais e demais documentos resultantes dos Fóruns realizados durante o processo de construção da Agenda 21 Brasileira, é possível encontrar discussões relacionadas a preocupação do modo como a gestão da atividade turística é conduzida, propondo alternativas de repensar o turismo, por se tratar de atividade humana que compromete o equilíbrio ambiental. Entretanto, quando as atividades turísticas, são realizadas de forma desordenada e irresponsável, os problemas vão além das questões ambientais, pois, também, atingem as estruturas socioculturais e socioeconômicas das comunidades inseridas nos destinos turísticos.

2.3.2 - TURISMO RESPONSÁVEL: O CONCEITO

Todos os anos milhões de turistas transitam de suas casas para os mais diversos destinos turísticos, explorando ambientes e culturas, impulsionando as transformações sociais e físicas dos lugares visitados. Levando em consideração esse fato, o propósito de manter o equilíbrio socioambiental cresce, como também a necessidade de diferenciar o turismo convencional, predominante no mundo, de um novo estilo de turismo que tente educar o ser humano sobre os valores intangíveis de uma paisagem intacta, mais focado nas relações humanas.

A partir dessas necessidades, surgiram outras propostas de turismo denominadas como ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e, entre os mais comuns, estão o turismo sustentável e o turismo responsável. Esses dois últimos, compartilham aparente semelhança com a preocupação entre a forma de exploração da atividade turística e a conservação socioambiental. Apesar da afinidade entre esses dois tipos de turismo, é importante evidenciar que existem diferenças entre eles, embora alguns autores ignorem essas diferenças, conforme se poderá observar nos conceitos apresentados a seguir.

O Turismo Sustentável, de acordo com a OMT, deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações. Considerando, portanto, que o turismo sustentável tem como objetivo a gestão do meio ambiente, atendendo as necessidades da comunidade local e preservando seus recursos naturais. Esta definição é apoiada por Pires (2000), que define o turismo sustentável como o atendimento das necessidades de lazer dos turistas e o desenvolvimento de núcleos receptores, preservando o meio ambiente local. No entanto, Ruschamann (2000) conceitua o turismo sustentável de forma diferente, observando o desenvolvimento da atividade turística de modo controlado e em harmonia com os aspectos naturais e socioculturais, considerando-o como:

A gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (GLOBE'90,1990 apud RUSCHAMANN, 2000,p 30)

O conceito de Turismo Sustentável acima, se aproxima daquele do Turismo Responsável (TR), que surge como uma alternativa para unificar ideais relacionados à sustentabilidade, porém, possuindo seu pilar central as relações humanas. Partindo para as definições apresentadas pelo Turismo Responsável, no Manual para Políticas Públicas WWF (SALVATI, 2004), o Turismo Responsável pode ser compreendido como uma nova concepção estratégica, de um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento economicamente equilibrado e socialmente justo, evidenciando que manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo.

O Turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários. (SALVATI,2004, p.16)

A *Associazione Italiana de Turismo Responsabile* (Associação Italiana de Turismo Responsável), entidade sem fins lucrativos que promove pesquisas e conhecimento, além de coordenação e sinergia entre os membros que vivenciam e promovem atividades turísticas na Itália, define o Turismo Responsável como:

Turismo responsável é o turismo realizado de acordo com os princípios de justiça social e econômica e no pleno respeito do meio ambiente e culturas. Turismo responsável reconhece a centralidade da comunidade local e do seu direito a ser um líder no desenvolvimento do turismo sustentável e socialmente responsável pelo seu próprio território. Opera promover a interação positiva entre a indústria do turismo, as comunidades locais e viajantes. [tradução nossa]. (Associação Italiana de Turismo Responsável,2005).

No Encontro Nacional de Turismo, realizado em 2000 na cidade de Joinville-SC, Delgado-Mendez propõe o fim da dualidade entre o turismo convencional e o turismo ambiental, unificando-os através do termo Turismo Responsável, descrevendo-o como:

Atividade espontânea ou previamente planejada, que implica na visita, apreciação e uso de um espaço natural ou cultural, onde as partes envolvidas se respeitam, beneficiando-se mutuamente e mantendo de forma sustentável as condições que a propiciaram. (DELGADO-MENDEZ, 1997 apud DELGADO-MENDEZ, 2000)

Delgado-Mendez acredita na importância da união dos distintos tipos de turismo sob a mesma ótica de responsabilidade, visto que este não seria o privilégio apenas de quem deseja se aproximar da natureza, mas que deveria ser estendido a todos os projetos turísticos a serem desenvolvidos no país, independentemente do seu produto, com os mesmos objetivos: trazer benefícios democraticamente, ser permanente, equilibrado e respeitoso.

Partindo da premissa de que a responsabilidade é um conceito humano, e a sustentabilidade um conceito ecológico, compreende-se que o turismo sustentável e turismo responsável não são equivalentes, mas podem ser considerados como complementares.

Reforçando ainda mais o viés de turismo responsável, o pesquisador e professor de Gestão na *Leeds Metropolitan University*, Harold Goodwin - fundador do Centro Internacional de Turismo Responsável o define como:

Turismo Responsável é tratar de assumir a responsabilidade, respondendo, tomando medidas para abordar as questões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade que surgem nos destinos. Trata-se de fazer algo sobre isso. Trata-se, de fazer à diferença. É nos destinos que os turistas e as comunidades locais interagem na natureza local e no ambiente sócio-cultural. É nos destinos que o turismo precisa ser gerido de forma a minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. A gestão do turismo em destinos não pode ser reduzida à agenda ambiental, é tão importante considerar o econômico e o social nos problemas que surgem nos próprios destinos [tradução nossa]. (GOODWIN; 2012, p. 399).

Para Goodwin os destinos turísticos espalhados pelo mundo são muito diversificados, os problemas e as questões mudam de local para local. Por esse motivo, faz-se necessário compreender que as decisões precisam ser tomadas localmente. Para ele, as soluções que abordam as particularidades são suscetíveis de obterem mais sucesso.

Organismos internacionais como o *World Wild Found for Nature - WWF*, *International Ecctourism Society*, a *Associazione Italiana de Turismo Responsabile*, a *Benin Ecotourism Concern*, *Responsible Travel* e a própria Organização Mundial do Turismo fomentam campanhas e atividades em prol do turismo sob a mesma ótica da responsabilidade, na tentativa de sensibilizar não apenas os turistas, mas também governos, empresários, organizações não-governamentais e a sociedade, em nível local e global.

No Brasil, o turismo responsável já apresenta algumas ações de mobilização. Em 2012, sediou a 6ª Conferência Internacional sobre Turismo

Responsável (RTD6) - contando com a participação de Harold Goodwin. O país também está entre os 100 países que possuem um escritório da WWF, além de outros segmentos sociais e ONGs que defendem o turismo responsável como alternativa para os distintos destinos turísticos, principalmente aqueles que já sofrem intervenções socioambientais em função da prática da atividade turística convencional.

Os jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 chamaram a atenção mundial através do apelo para questões relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade. Entretanto, o Governo Federal por meio do Ministério do Turismo, ainda tem exercido timidamente medidas de apoio ao movimento do turismo responsável, mesmo com o potencial turístico que o país oferece.

Nesta dissertação, compreende-se o Turismo Responsável como aquele que tem as pessoas como pilar central, voltado para manutenção das necessidades básicas dos moradores, respeitando a cultura e o meio ambiente, através de atividades sustentáveis, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras.

Dessa forma, a cidade não pode ser boa apenas para receber o turista, “maquiando” os problemas sociais, empurrando os moradores para as periferias, excluindo-os do processo de mudança, enquanto as grandes empresas de hotelaria e gastronomia tomam conta dos centros. O turismo deve ser considerado para todos que sobrevivem dessa atividade, respeitando os costumes e o meio ambiente, priorizando o bem-estar social das comunidades receptoras, para posteriormente atender às necessidades dos turistas.

2.3.3 - TURISMO RESPONSÁVEL: PRINCÍPIOS

O Turismo Responsável pode contribuir com os gestores e comunidade, através de atividades turísticas que desenvolvam benefícios para todos, seguindo movimento contrário ao turismo tradicional/convencional, que beneficia apenas uma minoria. Na prática, seu equilíbrio está na relação entre turistas, instituições turísticas (públicas ou privadas) e comunidades locais, e destes com o meio ambiente natural, urbano, econômico, cultural e social.

Baseados nos princípios propostos por SALVATI (2004), a adaptação e elaboração dos sete princípios de Turismo Responsável, apresentados a seguir, atendem às características do conceito proposto nesta dissertação.

I. O turismo deve ser educacional e informativo.

O Turismo Responsável deve usar a educação e informação como forma de dialogar e envolver comunidade e turistas em um mesmo propósito, o da conscientização. Governos, empresas, associações, comunidades, consumidores e demais integrantes do processo turístico devem entender os riscos do turismo realizado de forma irracional, focado nos resultados imediatos e sem preocupação com a conservação histórico-cultural e ambiental. A educação é um instrumento catalisador, que pode capacitar todos os envolvidos e corroborar para o entendimento acerca da importância do Turismo Responsável, encorajando-os a serem mais responsáveis.

Os turistas também devem receber informações sobre assuntos sociais, culturais e ambientais que possam auxiliá-los durante a viagem. A utilização de cartilhas, sites e demais ferramentas informativas podem contribuir como manuais de convivência, demonstrando aos turistas a melhor maneira de compartilhar das culturas, ambientes e tradições locais sem causar interferências conflituosas e negativas, tornando mais próxima e segura a relação entre visitantes e comunidade receptora.

II. A atividade turística deve respeitar as culturas locais.

A preservação das manifestações culturais, garantindo que sejam realizadas de acordo com as heranças locais é um dever dos agentes provedores do Turismo Responsável. Apenas o tombamento como método de preservação não é o suficiente. Limitar a interferência dos visitantes durante os ritos religiosos, como na Festa da Boa Morte realizada em Cachoeira- BA, por exemplo, onde *flashes* e celulares ofuscam o brilho das velas durante o cortejo e a disputa pelo melhor lugar atrapalham a concentração e as demonstrações de fé das Irmãs da Boa Morte³.

³ Grupo de mulheres negras, acima dos sessenta anos de idade, que saem em cortejo pela cidade de Cachoeira, na Bahia. As irmãs saem da sede da Irmandade em procissão noturna, carregando velas, entoando cânticos proferidos durante o percurso fazendo menção à “dormição” de Nossa Senhora. A devoção surgiu vinculada a um pedido pelo fim da escravidão feito pelas africanas a Nossa

É preciso levar em consideração o formato arquitetônico das comunidades, respeitar os modelos de moradias e, sobretudo, seus moradores, devendo o governo controlar especulações imobiliárias e intervenções de empresas que coloquem em risco a harmonia entre o ambiente e a paisagem, desrespeitando os que ali habitam.

III. O turismo deve prover benefícios e oportunidades para as comunidades receptoras.

O turismo não deve ser bom apenas para o turista. Os moradores e a comunidade receptora, também devem ser beneficiados por meio dessa atividade, seja através de melhorias na infraestrutura do município ou por meio de cursos profissionalizantes que insiram as pessoas no mercado de trabalho local. As associações de moradores, artesãos, guias de turismo, entre outras precisam ser fortalecidas, gerando mais oportunidades de negócio no mercado local e regional.

IV. A gestão do turismo deve ser participativa.

A gestão da atividade turística deve ser realizada de forma articulada entre governo, comunidade e empresários, assim como o planejamento do turismo deve ser feito de forma global, abrangendo demais setores da administração pública, como saúde, educação, segurança e social. A comunidade tem o direito de manter e controlar a sua herança cultural, assegurando que o turismo não tenha efeito negativo sobre ela. De acordo com o (SALVATI, 2004), o turismo deve respeitar os direitos e desejos dos moradores e assegurar que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e a administração do turismo.

A criação de Secretarias de Turismo e Conselhos Municipais de Turismo são ferramentas que podem auxiliar a gestão, ao mesmo tempo em que se envolve os demais atores sociais no papel fiscalizador e colaborador da gestão do turismo.

V. O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável e evitar o desperdício.

Tão importante quanto impedir a extração de vegetação e a pesca predatória, é a regulamentação sobre o uso dos recursos naturais nas comunidades receptoras,

limitando o que, quando e como aproveitar as atividades que demandam a utilização de recursos naturais. Outro ponto importante é evitar a elevada concentração de turistas no mesmo intervalo de tempo e espaço, respeitando a capacidade estrutural da comunidade, principalmente pelo aumento do uso dos recursos naturais, como a água. Deve-se criar alternativas no manejo turístico que contribuam para atrair os turistas ao longo do ano, sendo importante investir em novas estratégias e tecnologias para o uso mais sustentável dos recursos naturais.

VI. O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição.

Trata-se de evitar o máximo possível o uso de materiais poluentes que prejudicam e trazem danos ao meio ambiente, como o consumo excessivo de combustíveis fósseis e o transporte motorizado dentro dos destinos. A concentração de turistas contribui não só para o aumento do consumo insustentável, como também é responsável pela produção de lixo em excesso, acumulando problemas ao longo dos anos. A falta de saneamento básico em muitas comunidades receptoras, principalmente as cidades mais antigas, também trazem prejuízos socioambientais. Torna-se necessário a busca por fontes de energia mais limpas e o uso eficiente dos recursos, além da criação de estratégias de reutilização e reciclagem.

VII. O turismo deve contribuir para o desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação.

Segundo a WWF (SALVATI, 2004), o turismo deve ser planejado, administrado e empreendido de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. O desenvolvimento deve estar contido nos limites aceitáveis de mudança, observando os impactos socioambientais de forma contínua. O governo deve incentivar, economicamente, as empresas a trabalharem dentro dos princípios do turismo responsável. Além disso, a atividade turística deve obedecer às leis e regulamentos, que apoiem o desenvolvimento sustentável e a conservação de recursos. É importante considerar que o turismo deve ser sempre compatível com a realidade local.

2.3.4 - Implicações sociais, ecológicas, políticas e econômicas.

Constituindo-se como instrumento substancial para a gestão pública das comunidades inseridas nos destinos turísticos, o turismo é uma atividade intersetorial, multidisciplinar e sinérgica. Por essa razão, faz-se cada vez mais necessária a compreensão do Turismo Responsável no que tange aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos.

Entre as suas interfaces, o turismo atua como ferramenta catalisadora para a economia local, regional e nacional, através da geração de empregos, do aumento na circulação de dinheiro, proporcionando melhorias à infraestrutura dos municípios. Porém, apesar de seu importante papel para a economia, é preocupante a redução do produto turístico a uma dimensão apenas econômica, característica comum no turismo convencional.

Transformou-se em tendência a potencialização de festejos, que tradicionalmente se direcionavam para um público considerado de pequeno e médio porte, a exemplo das festas de São João nos municípios do interior como Ibicuí, Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas, com população entre 15 a 60 mil⁴ habitantes. Devido à comercialização do São João, essas cidades passaram a receber milhares de turistas, chegando a dobrar o número de habitantes durante o período junino. Apesar do aumento na circulação de dinheiro e das oportunidades de empregos temporários, as consequências dessa “superlotação” devem ser levadas em consideração:

- I) O caráter exploratório e insustentável desse tipo de produto turístico – o turismo em massa ultrapassa a capacidade de carga⁵ dos municípios, comprometendo a saúde ambiental e física dos lugares. Torna-se uma atividade insustentável pelo fato de usar mecanismos que interferem no equilíbrio ambiental como o uso de veículos (emissão de gases poluentes), aumento da produção de lixo e o consumo em excesso dos recursos naturais. Muda a aparência dos municípios, que passam a ter um

⁴ Fonte: IBGE Cidades, 2010.

⁵ Segundo Elizabeth Boo: "Capacidade de Carga Turística é o número máximo de visitas num determinado período de tempo (dia ou mês ou ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e social". BOO, Elizabeth, Ecotourism The Potentials and Pitfalls, 1990. Retirado do site wikipedia, acesso em 15/06/2017.

amontoado de pessoas se conglomerando nos centros, durante o dia, e nos shows pela parte da noite. É um produto exploratório, principalmente por não trazer nenhum benefício posterior para a comunidade.

- II) O uso abusivo dos recursos naturais – a exemplo, o excesso de uso da água, nos ambientes que não têm capacidade de atender a demanda dobrada, causando implicações ambientais e sociais, que afetam o abastecimento nas residências.
- III) Problemas de fluxo no trânsito – os municípios não possuem estrutura para suportar o grande número de veículos que passam a circular pelas ruas das cidades. As ruas, em sua maioria, são estreitas e não apresentam estacionamentos suficientes para atender a demanda, causando congestionamentos e demais problemas de trânsito.
- IV) A elevação no custo de mantimentos, serviços e imóveis – é costumeiro o aumento de preços durante o período dos festejos que atraem muitos turistas. O primeiro aumento é no valor do aluguel dos imóveis, os restaurantes também elevam os preços dos cardápios, atingindo todos que irão usufruir do serviço - inclusive os moradores.
- V) A subordinação das manifestações populares simbólicas e identitárias a um novo formato de caráter mercantil e pasteurizado – As festas tradicionais passaram a ser projetadas com a finalidade de atrair o máximo de pessoas, os municípios disputam um espaço no circuito nacional de grandes eventos, mesmo que para isso utilizem atrações destoantes da cultura regional, o que compromete o caráter de autenticidade dos festejos.

Contudo, vale ressaltar, que não há objeção em potencializar um produto turístico ou criar novos. O problema está no direcionamento, exclusivamente econômico e político, que a gestão da atividade turística utiliza sem planejamento e preocupação quanto aos outros aspectos, como as consequências anteriormente citados. Para o Turismo Responsável, os produtos turísticos devem ser compreendidos dentro de uma visão integrada que abarque o econômico, o social, o cultural e o meio ambiente. Os benefícios econômicos devem ser consequência,

primeiro, da construção de uma forte identidade cultural e, depois, da integração do planejamento responsável dos equipamentos turísticos.

Os principais fatores que influenciam a demanda turística estão relacionados às questões econômicas. Entre eles, pode-se citar:

I) os preços dos produtos turísticos – quanto mais alto for o preço dos produtos, menor será a quantidade demandada e vice-versa. **II) preços dos outros bens e serviços**- se o preço do produto turístico for relativamente menor do que os preços dos outros bens e serviços concorrentes, o consumidor racional demandará mais aquele. **III) nível de renda dos turistas**- quanto mais alto o poder aquisitivo dos turistas, maior será o montante de produtos turísticos demandados. **IV) gostos dos turistas**- uma mudança nos gostos dos consumidores de produtos turísticos afeta a procura dos mesmos, e por isso consideramos que os gostos permanecem constantes em determinado período de tempo. (LAGE e MILONE, 1996, p. 41)

Entre esses fatores, os dois primeiros são agravados quando os destinos turísticos fazem parte de um cartel político e empresarial, no qual os principais produtos e serviços são oferecidos por apenas um grupo, beneficiando uma minoria.

Essa situação pode ser observada no turismo convencional, principalmente pelo manejo da gestão do turismo acontecer sem a participação dos principais interessados - a comunidade. Existe um “jogo” de interesses que transforma a atividade turística em uma “moeda de troca” para beneficiar apenas um grupo seletivo de empresários, que compactuam das ações do governo. A continuidade desse modelo de gestão tem como consequência o desordenamento das localidades, e a promoção apenas da expansão quantitativa dos equipamentos, em geral de hospedagem e alimentação, com sérios problemas relativos à qualidade dos serviços prestados, acessibilidade e prejuízos ambientais.

A forma como o turismo é gerenciado, beneficiando pequenos grupos, evidencia a falta de articulação entre a gestão pública e os atores sociais. De acordo com Queiroz (2007, p. 69),

Ao invés dos problemas do espaço turístico serem gerenciados de forma global, as administrações públicas normalmente os enfrentam de forma setorial, sem articulação com os organismos gestores direcionados às áreas que mantêm interface com o turismo [...] sem (ou com restrita) incorporação da comunidade local no processo, e, assim, com conflito das mais distintas ordens.

A integração da gestão do turismo com outras áreas da administração pública e a participação constante e ativa da comunidade é um diferencial para o manejo das

atividades relacionadas ao Turismo Responsável. Outro ponto importante é a manutenção do bom relacionamento com outras esferas de governo, pois podem resultar em convênios e liberação de recursos que beneficiem a gestão do turismo. Além disso, a condução do turismo requer planejamento que vai de curto a longo prazo. Porém, ainda é comum encontrar destinos onde a exploração da atividade turística se realiza com expectativa de retornos financeiros imediatos, sem preocupação com o futuro sociocultural e ambiental.

A carência de políticas de turismo e de uma política nacional que direcione a forma como a atividade turística deve ser conduzida no país é um fator que dificulta a gestão do turismo nas localidades. Nos destinos turísticos, especialmente nas cidades interioranas, é comum que a pasta do turismo esteja inserida na Secretaria Municipal de Educação ou Cultura. Conseqüentemente, contam também com a falta de políticas públicas, que atendam as características e necessidades locais. Outra dificuldade é a formação de conselhos municipais de turismo, mecanismo significativo para o fortalecimento do gerenciamento das atividades turísticas. No entanto, existem alguns órgãos que contribuem para a gestão do turismo - no que tange a preservação - como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela preservação e fiscalização dos bens culturais brasileiros, que tenta conservar, através do tombamento, monumentos, cidades e manifestações culturais impedindo, de certa forma, maiores intervenções na essência histórico-cultural do lugar.

O crescimento da oferta turística e as facilidades para viajar tornaram, de certo modo, o mundo inteiro mais acessível aos viajantes insaciáveis por novas experiências em regiões com recursos naturais atrativos. Entretanto, muitos desses destinos, tão atraentes por possuírem belezas naturais, vêm sendo “invadidos” por turistas que se comportam de forma alienada, querendo a todo custo usufruir do tempo livre da forma mais intensa possível, sem considerar os riscos que a presença (em massa) pode trazer para o ambiente (RUSCHMANN, 2001).

Diante do aumento dessa demanda, muitos destinos turísticos nos últimos anos vêm seguindo tendências que valorizam o lado sustentável e ecológico dos produtos turísticos. Porém, esse mecanismo de conscientização turística ficou restrito àqueles

que procuram destinos e atividades que remetam apenas à natureza, mantendo-se nos demais destinos, as características do turismo convencional como:

- I. A produção excessiva de lixo e a falta de coleta seletiva.
- II. Poluição do ar, como também dos rios e mar, principalmente nas cidades que ainda não possuem saneamento básico ou a rede de esgoto é muito antiga, desembocando nas águas resíduos.
- III. Poluição sonora e visual.
- IV. A vulnerabilidade das estruturas naturais, seja através da degradação do meio ambiente, pela caça e pela construção de empreendimentos imobiliários.
- V. Pelo uso indevido de recursos naturais.

De acordo com Doris Ruschmann (2001), nos meados dos anos 2000, no Brasil, discutia-se a viabilidade do turismo ecológico, muito mais como opção econômica, para atrair turistas de países desenvolvidos e divisas em moeda estrangeira, do que como alternativa para preservação ambiental do potencial turístico natural do país.

Apesar de a sustentabilidade ser uma “boa intenção”, ela fala do futuro, enquanto a responsabilidade trata do agora. Veja-se o seguinte exemplo: uma peça de artesanato pode ser considerada sustentável pelo material que é utilizado para confeccioná-la, mas essa mesma peça não será responsável se for um trabalho feito por crianças ou até mesmo por um grupo de pessoas, exploradas por atravessadores, recebendo um valor muito inferior do que realmente mereciam pelas peças.

O mesmo exemplo se adequa para um destino turístico que pode ser projetado dentro dos moldes da sustentabilidade, mas isso não irá significar que ele seja responsável, pois não adianta montar uma estrutura dita sustentável, com por exemplo, coleta seletiva do lixo, reciclagem, reutilização de água das chuvas e sistemas de captação de energia solar, e não cuidar das pessoas que vivem no local, principalmente pela falta de acesso à saúde, educação, segurança e demais necessidades básicas.

Outra situação é atrair empresas e turistas, por ser considerado um destino “modelo de sustentabilidade”, ao mesmo tempo em que as comunidades são empurradas para áreas periféricas, dando lugar aos empreendimentos instalados nos centros, desvalorizando o trabalhador local, sem nenhum preparo para atender as demandas, principalmente quando se trata de turistas estrangeiros, pela necessidade de falar em outra língua, só para poder pagar um valor inferior ao que é exigido por lei.

São por causa de situações como as exemplificadas acima, que o Turismo Responsável defende ações planejadas que conduzam a gestão da atividade turística, de forma mais participativa, envolvendo mais a comunidade receptora.

[...] O empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico. Esses e outros fatores têm levado ao desenvolvimento de obras sem prioridade e sem utilidade, relegando as mais urgentes, que disciplinariam a evolução da atividade e evitariam situações caóticas nas épocas de alta estação, para segundo plano. [...] Apenas um planejamento de longo prazo determinará medidas quantitativas que conduzirão à qualidade ideal do produto turístico, que interessa tanto à população residente como aos turistas. Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que os turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela sua adequação aos interesses comerciais da atividade. Os maiores problemas da falta de planejamento se apresentam em núcleos turísticos saturados, isto é, onde o excesso de demanda criou uma oferta desordenada e imediatista, causando danos praticamente irreversíveis à natureza e ao traçado urbano. (RUSCHMANN, 2001, p. 163)

Outro ponto que desperta atenção, agora relacionado às implicações sociais - principalmente na atividade turística com base em produtos culturais - é a integração entre turistas e a comunidade receptora, no que tange ao interesse real dos turistas na integração sociocultural com os moradores dos locais visitados. Pode-se afirmar que o contato dos turistas com as pessoas e com seus costumes é superficial, na maioria dos casos resume-se à compra de objetos típicos como artesanatos, alimentos e à participação nos festejos populares.

Muitas vezes, a comunidade receptora contribui para o detrimento da cultura local, como por exemplo, através da transformação de lugares religiosos em atrativos turísticos - como terreiros de candomblé, templos e santuários - que acabam perdendo sua função originalmente espiritual.

O turismo convencional tem colocado em perigo os aspectos socioculturais e ambientais das comunidades receptoras, entretanto, se o turismo for realizado de modo responsável pode trazer benefícios como:

- I. Valorização, respeito e preservação da herança cultural e do meio ambiente;
- II. Fortalecimento da identidade e pertencimento local, por parte dos moradores;
- III. Incremento da renda da população receptora;
- IV. Elevação do nível profissional da população local e regional;
- V. Oportunidades de novos negócios, com geração de emprego;
- VI. Modificações positivas da estrutura econômica e social;
- VII. Melhorias na infraestrutura dos destinos turísticos;
- VIII. Harmonia entre turistas e comunidade receptora;
- IX. Utilização racional dos recursos naturais.

Mesmo com o entusiasmo das comunidades com o fortalecimento do turismo local, seja pela criação de empregos, pelas oportunidades de negócios ou, até mesmo, pelas possíveis melhorias na infraestrutura do município - através da recuperação das estradas, reformas nas praças, iluminação pública - esse sentimento de entusiasmo pode ser alterado, de acordo com os estágios de concepção da comunidade. Ruschmann (2000), baseada na obra de Doxey, apud Mathieson e Wall (1988), evidencia cinco estágios da desilusão de uma comunidade receptora com a atividade turística realizada da forma convencional, desordenada e sem planejamento.

- I. É natural que no início as pessoas estejam motivadas a fazer do turismo a “máquina de fazer dinheiro” ou a “galinha dos ovos de ouro”, as oportunidades aumentam, assim como o dinheiro começa a circular em maior quantidade – quanto mais turistas maior será o volume de dinheiro deixado - existe um sentimento de satisfação mútua ao

receberem os turistas. Todos acreditam fielmente no desenvolvimento do turismo.

- II. Após o entusiasmo inicial, vem a fase da apatia. Com o aumento da atividade os produtos turísticos tendem a se consolidar, acomodando a comunidade receptora que acredita na rentabilidade como algo garantido e o turista passa a ser considerado apenas um “meio” para a obtenção de lucro rápido e fácil. Esse novo estágio torna as relações humanas mais formais.
- III. O terceiro estágio é caracterizado pela irritação. Conforme a demanda aumenta e atinge níveis de saturação, sobrecarrega a capacidade de carga do destino e esse já não consegue atender às exigências que crescem na mesma proporção da demanda.
- IV. O turismo passa a ser responsabilizado por todos os problemas da comunidade, como o aumento de preços, da violência, da prostituição e da falta de espaço para a própria população. A simpatia diminui, dando lugar ao antagonismo e os turistas passam a ser mal vistos pela comunidade receptora.
- V. No último estágio, além das possíveis mudanças sociais, os impactos negativos surgem refletidos na cultura e no meio ambiente. A população se conscientiza de que, na ânsia de obter vantagens da atividade turística não se levou em consideração as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensaram em impedi-las, sobretudo com o risco de o turismo em massa continuar a crescer, com ou sem a aprovação da população local.

Vale ressaltar, que não são todas as intervenções turísticas que agridem e causam danos à sociedade e ao meio ambiente, já que quaisquer modificações econômicas ou sociais estão suscetíveis a provocar mudanças na relação do homem com seu espaço (RUSCHMANN, 2001). Apesar de alguns pontos serem subjetivos e difíceis de mensurar, as implicações econômicas, políticas, ecológicas e sociais demonstradas nesse capítulo, só tendem a comprovar a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o respeito e proteção da identidade das comunidades receptoras.

3- O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O TURISMO NA CIDADE DE CACHOEIRA-BA

3.1 - Sobre a região do Recôncavo da Bahia

Escolheu-se o município de Cachoeira como área de estudo por ser um município que apresenta diferentes atrativos - arquitetura, cultura e natureza - com visível potencial turístico, por integrar a região do Recôncavo da Bahia, além de formar parte importante na vida da autora desta dissertação.

Não se pode falar sobre Cachoeira sem abordar o Recôncavo Baiano, região geográfica composta por 24 municípios, que está inserida na zona turística da Baía de Todos os Santos e no polo turístico Salvador e Entorno. Historicamente, o Recôncavo nunca foi uma área homogênea, seja quanto ao substrato ambiental, seja quanto à ocupação econômica, ou seja, pela diversidade cultural.

Mapa 2- Mapa da localização do Município de Cachoeira- BA.



Fonte: IBGE Cidades,2010.

A região ganhou evidência econômica com o cultivo da cana de açúcar e depois com a cultura do fumo, que possibilitou a instalação de fábricas importantes, como a Dannemann, fundada em 1873. Outro fator que colaborou para o fortalecimento econômico foi a localização privilegiada que permitia o transporte

desses produtos via navegação pelo rio Paraguaçu, facilitando o processo de exportação. Porém, com a decadência das produções de açúcar e fumo e a construção do sistema rodoviário, ocorreu o enfraquecimento da região. As mercadorias antes enviadas pelas embarcações do porto da cidade de Cachoeira até a capital Salvador passaram a ser entregues por caminhões através das novas rodovias. (QUEIROZ e SOUZA, 2009).

Já em relação ao turismo no Recôncavo, ele se configura como uma atividade de elevada sazonalidade, que se caracteriza pela exploração das festas populares, pelas atividades de veraneio, pelas atividades do turismo rural em um pequeno número de propriedades, pelas visitas a prédios históricos e pela navegação de lazer. “A maior procura pelos municípios do Recôncavo é de origem regional/estadual e ocorre durante o período dos festejos/celebrações locais, a exemplo do São João”. (QUEIROZ e SOUZA, 2009, p. 23).

O patrimônio histórico-cultural do Recôncavo é muito forte, as raízes da história e da cultura baiana se perpetuam nos seus antigos engenhos, fábricas de charutos, velhos casarões, na diversidade das suas igrejas, nas atividades religiosas e nos festejos populares (BAHIA, 2015). É nesse contexto regional que se insere o Município de Cachoeira.

3.2 - Sobre Cachoeira – A origem.

Através da expansão da economia açucareira durante o período colonial, em 1693 fundou-se a Vila de Cachoeira. A vila tinha excelente localização para fins comerciais, principalmente pela ligação náutica com Salvador.

A vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira data de 1693. Originou-se do povoado à margem esquerda do Paraguaçu, em terras de Gaspar Rodrigues Adorno. Ganhou enorme importância no século XVIII, por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco (TAVARES apud UZÉDA, 2005, p. 76 apud QUEIROZ e SOUZA, 2009, P.35).

Em 1698, ordenado pelo 32º Governador, o Capitão Geral do Brasil D. João de Lancastro, a vila de Cachoeira passa a ser chamada de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (QUEIROZ e SOUZA, 2009). A introdução da cultura fumageira tem registros a partir de 1769, transformando-se no principal centro de manufatura de exportação da Bahia. A economia da vila era tão forte, que

cerca de trinta outros povoados, que atualmente são municípios da Bahia, pertenciam à vila. O potencial econômico era favorecido através do deslocamento das mercadorias pelo porto da cidade, conforme ilustrado na Figura 6:

Figura 6: Porto da cidade e o “Vapor de Cachoeira”, 1820.



Foto: Acervo IPHAN.

Além da importância econômica, Cachoeira, no século XIX, assumiu respeitável papel na vida política do país. Sua participação na luta pela Independência do Brasil foi reconhecida por D. Pedro I que, em retribuição visitou a vila em 1826. Só em 13 de março de 1837, foi que o então presidente da Província da Bahia, Francisco de Souza Paraíso, sancionou a Lei de Nº 43 elevando a vila à categoria de cidade, passando a ser denominada de Heroica Cidade da Cachoeira (SOUZA e QUEIROZ, 2009, p.37).

No início do século XX, Cachoeira ainda mostrava estabilidade econômica. Nessa época, com as fábricas de charutos Dannemann e Suerdieck, a cidade ainda era considerada como centro de referência na produção fumageira. Porém, após alguns anos, foi perdendo status por conta da estagnação econômica ocorrida em função da decadência do açúcar e do fumo. Além disso, com a construção do sistema de transporte rodoviário muitas mercadorias deixaram de passar pelo porto da cidade. As cargas, antes enviadas pelo porto ou por rotas ferroviárias, passaram a ser enviadas diretamente por caminhões para Salvador.

A herança deixada por esses tempos de “glória” é que compõe o patrimônio histórico-cultural, intergrado pelos antigos engenhos, fábricas, galpões, velhos casarões, igrejas, atividades religiosas e festejos populares. Depois de Salvador, Cachoeira é a cidade baiana que reúne o mais importante acervo arquitetônico no estilo barroco (IPHAN, 2013). Em 1971, Cachoeira foi tombada pelo IPHAN, e passou a ser considerada Monumento Nacional.

3.2.1- Especificidades da área de estudo.

O município de Cachoeira, geograficamente, está situado à margem esquerda do rio Paraguaçu, possui área total de 395,211 Km² e está localizado a 109 km da capital Salvador. Tem 32.026 habitantes, segundo o censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), e limita-se ao norte com o município de Conceição da Feira, ao sul com Maragogipe, a leste com Santo Amaro e a oeste com São Félix. Constitui-se da sede, Cachoeira, e dos distritos de Belém, Capoeiruçu, Murutuba e Santiago do Iguape.

É uma cidade reconhecida como patrimônio nacional, através da lei de 13 de janeiro de 1971. Foi uma das cidades do Recôncavo baiano que mais manteve a preservação do seu patrimônio histórico, o que favoreceu a atividade turística no município. Além disso, Cachoeira também é conhecida como Cidade Heroica, por ter feito parte da luta pela Independência do Brasil, sendo pioneira no movimento de emancipação do país. Desde o ano de 2007, a cidade ganhou evidência política estadual, através da Lei 10.695 de 2007, que transfere a sede do governo do estado para Cachoeira na data de 25 de junho, como forma de reconhecimento pelo importante papel na luta pela independência da Bahia.

Entre os principais segmentos turísticos encontra-se o cultural, o pedagógico, o religioso e os festejos. O município tem um número grande de terreiros de candomblé, inclusive, situa-se em Cachoeira o terreiro Roça do Ventura, considerado o mais antigo do país. A arquitetura colonial relacionada com o patrimônio histórico, o acesso pela via náutica através do rio Paraguaçu, as manifestações culturais, os festivais de música e literatura, as festas da Boa Morte e do São João são alguns dos atrativos de Cachoeira, impulsionando a cidade como um dos destinos mais procurados na região do Recôncavo. Em 2015 foi escolhida

como cenário para uma novela da Rede Globo, *Velho Chico* que a projetou nacionalmente.

Apesar da riqueza das características encontradas nos casarões, praças e estruturas arquitetônicas, o crescimento da área urbana já tem modificado o visual da cidade, pois são perceptíveis as construções de residências entre as partes mais altas da cidade. Conforme pode ser observado na Figura 7:

Figura 7 - Mapa da cidade de Cachoeira-Ba.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cachoeira, acesso em 03.2017.

3.2.2 - Aspectos demográficos, econômicos e políticos.

Segundo o censo demográfico realizado em 2010, pelo IBGE, o município de Cachoeira tinha 32.026 habitantes, sendo que a estimativa do número de habitantes para 2016 foi de 35.013. A distribuição da população entre área urbana e rural tem uma diferença muito pequena, conforme mostra a Tabela 5:

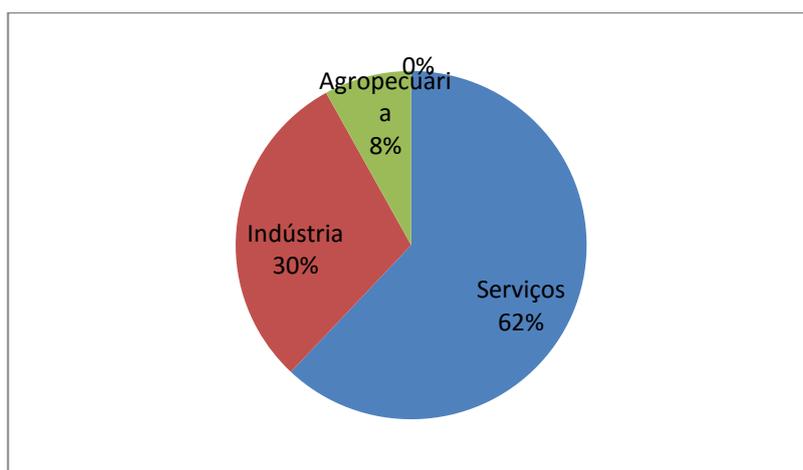
Tabela 5 - Aspectos demográficos, ano 2010.

INDICADOR	NÚMERO DE HABITANTES
População total	32.026
População residente urbana	16.387
População residente rural	15.639
Área	395,211 km
Densidade demográfica	81,04 hab por km

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mesmo com a representatividade do número de habitantes da zona rural (48,8%), não é a agricultura que predomina na economia do município. De acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Cachoeira, o que predomina são os serviços, enquanto a agropecuária ocupa a 3ª posição, ficando atrás da indústria e dos serviços, conforme mostra a Figura 8:

Figura 8- Produto Interno Bruto do Município- Cachoeira, 2009.



Fonte: PIB dos Municípios 2009, IBGE.

O setor de serviços é também o que mais emprega no município. Já a agricultura é o que menos tem pessoas ocupadas, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6- Pessoas ocupadas por setor – Cachoeira, 2010-2013.

SETOR	ANO			
	2010	2011	2012	2013
AGRICULTURA	101	94	107	120
COMÉRCIO	635	675	672	661
INDÚSTRIA	771	865	889	832
SERVIÇOS	1604	1988	2065	2213

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

A Prefeitura localiza-se no centro da cidade de Cachoeira, no Largo D' Ajuda, nº 2, com atendimento ao público das 8 às 14 horas. No período da realização da pesquisa de campo para esta dissertação o Prefeito Municipal era o Senhor Carlos Menezes Pereira. O seu sucessor, eleito em 02 de outubro de 2016 é Fernando Antônio da Silva Pereira, (seu tio). A gestão municipal, referente ao período da pesquisa 2015-2016, se estrutura nas seguintes secretarias e respectivos secretários:

- a) Secretaria Municipal de Administração – Secretário Roberto Barreto.
- b) Secretaria Municipal de Agricultura – Secretário Carlos Lobo
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social – Secretário Mário Gonzaga Jorge Júnior
- d) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Secretário André Reis
- e) Secretaria Municipal de Educação – Secretário Alexsandro Rocha
- f) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - Secretário Alex Kaorner
- g) Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - Secretário Valdo Aleluia
- h) Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente – Secretário Roberto Conceição
- i) Secretaria Municipal de Saúde – Secretária Andréa Rocha
- j) Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte – Secretário Beto Barreto

3.2.3- Aspectos da infraestrutura do município

A parte urbana da cidade dispõe dos serviços básicos de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, sinal de telecomunicações e sistema viário de transportes (intermunicipal). Chama atenção a forma precária do sistema de esgotamento sanitário, que cobre apenas a área mais antiga da cidade, enquanto na área mais recente o esgotamento é feito através de fossas individuais e todo resíduo líquido é despejado no rio Paraguaçu (SOUZA e QUEIROZ, 2009, p.40).

A respeito da segurança pública a cidade conta com uma Delegacia de Polícia, um módulo policial e patrulhamento motorizado (fazendo rondas). A área urbana de Cachoeira conta com uma rodoviária e o transporte intermunicipal está a

cargo da Empresa de Transporte Santana e da Empresa Jauá, além do transporte alternativo feito por vans. A via férrea ainda é utilizada por trens de carga. O sistema de transporte hidroviário não é regular, mas há possibilidade de alugar barcos. Em relação à saúde, o município conta no total com vinte e seis estabelecimentos, sendo vinte e dois públicos e quatro particulares. A cidade possui três agências bancárias: Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Cachoeira sedia o Campus de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com os cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em História, Museologia, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública, e na Pós-Graduação com o curso de História da África, e o de Ciências Sociais. O distrito de Capoeiruçu abriga a Faculdade Adventista. A educação fundamental e média é oferecida através de escolas e colégios públicos, a cidade também conta com colégios particulares.

3.3- Legislação municipal de Cachoeira para o turismo

Em 11 de janeiro de 2016, o então Prefeito de Cachoeira, Sr. Carlos Pereira, sancionou a Lei Nº 1.150/2016 que instituiu a Política Municipal de Turismo Responsável. De acordo com o Art. 2º da referida Lei:

A Política Municipal de Turismo Responsável, em consonância com Lei Estadual nº 12.933 de 09 de janeiro de 2014 e a Lei Federal nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, tem por objetivo geral o de implantar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento, fiscalização e estímulo ao setor turístico, bem como disciplinar a prestação de serviços turísticos. (CACHOEIRA, 2016)

A Lei nº 1.150/2016, considera algumas denominações turísticas da seguinte maneira:

- I. **TURISMO:** atividade econômica decorrente de viagens e respectivas permanências das pessoas em lugares distintos do que vivem, por período de tempo inferior a um ano consecutivo e superior a 24 horas, com finalidade de lazer, religião, negócios, cultura, entretenimento e outros.
- II. **ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO:** atividades ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção

turística, eventos, recreação e entretenimento, além de outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos.

- III. PRODUTOS TURÍSTICOS: atrativos, infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, ofertados no mercado de forma organizada, mediante gestão integrada.
- IV. DESTINO TURÍSTICO OU NÚCLEO RECEPTOR: espaço geográfico onde são oferecidos os produtos turísticos.
- V. SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA: forma de organização do turismo baseada nos elementos de identidade da oferta, nas características e variáveis da demanda, para fins de planejamento, gestão e mercado.

Para gerir a Política Municipal de Turismo Responsável criou-se o Sistema Municipal de Turismo (SIMTUR), composto pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, atuando como Órgão Superior e Executivo; o Conselho Municipal de Turismo, atuando como Órgão Normativo, Consultivo e Deliberativo; e os Órgãos Auxiliadores compostos por demais setores da administração pública, comunidade local e científica.

Ao ler a Lei nº 1.150/2016 é possível se perceber alguns elementos coerentes com os princípios do Turismo Responsável defendidos nesta dissertação. Porém, o turismo para ser verdadeiramente responsável, precisa ter ações que vão além da escrita. O município não terá avanços turísticos significativos se não for posto em prática o que a Lei e demais outras fontes teóricas apontam. Entre os pontos relacionados ao turismo responsável tratados na referida Lei que merecem destaque, lista-se seguintes princípios:

- a) O princípio nº IV- Sustentabilidade: inclusão social, eficiência econômica, conservação e valorização da diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente, visando conferir melhor qualidade de vida às populações dos destinos turísticos.
- b) O princípio nº VII- Democratização: condições para que a atividade turística contemple maior número de pessoas no acesso à economia do turismo e as atividades turísticas.
- c) O princípio nº VIII- Inclusão Produtiva e Social: acesso de maior número de pessoas aos benefícios da atividade econômica do turismo,

reduzindo as desigualdades sociais e combatendo a pobreza através da geração de negócios, emprego e renda.

- d) O princípio nº IX- Conhecimento: incentivo à produção de estudos científicos relacionados ao turismo e fomento à profissionalização dos recursos humanos envolvidos na atividade turística.

Entre os vinte objetivos transcritos na Lei nº 1.150/2016, os que merecem destaque pelo elo com o Turismo Responsável são:

- I. Promover a inclusão social pelo crescimento da oferta e oportunidade de trabalho, bem como a distribuição de renda à população do município.
- II. Promover a formação, aperfeiçoamento, qualificação e capacitação de recursos humanos para área do Turismo Responsável e suas segmentações no município.
- III. Garantir a efetiva e informada participação da comunidade local nas instâncias decisórias em matéria de política para o turismo do município.
- IV. Propiciar a prática de turismo sustentável, promovendo e incentivando a adoção de modelos de baixo impacto ambiental.
- V. Estimular a preservação da identidade cultural, material e imaterial das comunidades envolvidas com a atividade turística, apoiando o resgate de suas manifestações culturais locais e dos principais elementos da sua história.

3.4- Ofertas turísticas de Cachoeira

A seguir, se apresenta dados referentes à oferta turística de Cachoeira, os principais atrativos culturais, as manifestações artísticas, religiosas e socioculturais. Essas informações foram levantadas no inventário turístico, realizado no município de Cachoeira, através de cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Universidade Salvador (UNIFACS), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o Programa Monumenta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sob a coordenação das professoras Lúcia Maria Aquino Queiroz (UFRB) e Regina Celeste de Almeida

Souza (UNIFACS). Como trata-se de um inventário feito no ano de 2009, em 2012 a autora desta dissertação utilizou parte dele na construção da sua monografia, se tornou necessário refazer uma nova pesquisa de campo para atualizar as informações.

Quadro 3 - Dados da oferta turística técnica – Equipamentos e serviços de acomodação. Cachoeira, 2016.

TIPO DE ACOMODAÇÃO	QUANTIDADE
Pousadas	10
Hotéis	03
Hostel	02
Pensão	02
Clubes/ Hotel Fazenda	03
Condomínio	01

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 43 a 47.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 2- Dados da oferta turística técnica – Equipamentos e serviços de A&B. Cachoeira, 2016.

TIPO DE ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE
Restaurantes	14
Lanchonetes	07
Bar / kiosque	11
Padaria / Delicatessen	06
Pizzarias	04
Galerias/ cafés	02

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 48 a 57.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 3- Dados da Oferta Turística Técnica – Equipamentos e Serviços para Eventos, Lazer e Entretenimento. Cachoeira, 2016.

TIPOS	QUANTIDADE
Eventos- Auditórios	05
Eventos – Palcos/ coretos	03
Lazer – Praças	10
Lazer – Quadras Poliesportivas (públicas)	02

Lazer- Estádios	01
Entretenimento – aluguel de barcos	02
Cine Teatro	01

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 58 a 59.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 4- Dados da Oferta Turística Técnica – Agências de Turismo. Cachoeira, 2016.

ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE
Agência de turismo (emissivo)	01

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 59.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 5- Dados da Oferta Turística Diferencial – Atrativos Naturais. Cachoeira, 2016.

ATRATIVOS	LOCALIZAÇÃO	ACESSO/ QUALIDADE
Bacia do Iguape	Distrito do Iguape	Terrestre e fluvial-regular
Bica de Belém	Distrito de Belém	Terrestre – bom
Banho do Japonês	Barragem de Pedra do Cavalo-BR 101	Terrestre – bom
Rio Paraguaçu	Orla da cidade	Terrestre - bom
Rio Acutinga	Distrito do Iguape – Opalma	Terrestre- regular
Riachos: Saco, Caquende e Acutiguinha	Cadende – na sede da cidade	Terrestre- bom
Resort Vale das Cachoeiras	Rua Doutor Vacareza, 09 – na cidade	Terrestre- bom

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 61 a 62.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 6- Dados da Oferta Turística Diferencial – Atrativos Culturais – Arquitetura Civil. Cachoeira, 2016.

PRINCIPAIS ATRATIVOS	LOCALIZAÇÃO		PERÍODO DA CONSTRUÇÃO
	SEDE	ZONA RURAL	
Sobrado do Engenho da Vitória		X	Século XVI
Casa da Câmara e Cadeia	X		Séculos XVII
Sede do Iphan, instalado o Museu Regional	X		Século XVII
Museu da Ordem Terceira do Carmo	X		Século XVII

Casa de Ana Nery	X		Século XVII
Chafariz Imperial	X		Ano de 1827
Ponte Dom Pedro II	X		Ano de 1885
Fundação Hansen Bahia	X		Século XIX
Fórum Augusto Teixeira	X		Século XX
Mercado Municipal de Cachoeira	X		Século XX
Estação Ferroviária	X		
Solar dos Adornos	X		

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 62 a 66.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 7- Dados da Oferta Turística Diferencial – Atrativos Culturais – Arquitetura Religiosa. Cachoeira, 2016.

PRINCIPAIS IGREJAS	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO DE CONSTRUÇÃO
Igreja Nossa Senhora da Ajuda	Sede da Cidade	Século XVI
Igreja de Santiago do Iguape	Distrito do Iguape	Ano de 1608
Igreja N. S. de Belém	Distrito de Belém	Ano de 1623
Convento de Santo Antonio do Paraguaçu	Distrito do Iguape	Ano de 1658
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Sede da Cidade	Século XVII e XVIII (1693-1754)
Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Sede da Cidade	Século XVII
Santa Casa de Misericórdia	Sede da Cidade	Século XVIII, 1734
Igreja Nossa Senhora da Conceição do Monte	Sede da Cidade	Século XVIII, 1795
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosarinho e Cemitério dos Negros	Sede da Cidade	Ano de 1842
Casa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte	Sede da Cidade	

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 66 a 69.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 8- Dados da Oferta Turística Diferencial – Atrativos Culturais – Calendário de Eventos. Cachoeira, 2016.

PRINCIPAIS FESTAS	PERÍODO DO ANO
Festa de Iemanjá	Fevereiro
Festa da Bandeira – Aniversário de Cachoeira	Março
Festa do Divino	Maio
Festa Elevado dos Paus das Bandeiras	Junho
Festa de São João e Feira do Porto	Junho
Festa da Independência da Bahia	Junho
Festa de Nossa Senhora da Boa Morte	Agosto
Festival de Cinema – Cachoeira DOC	Setembro
Festa Literária Internacional de Cachoeira – FLICA	Outubro
Festa de Nossa Senhora D’Ajuda	Novembro

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 70 a 72.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Quadro 9- Manifestações Artísticas, Religiosas e Socioculturais. Cachoeira, 2016.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES	QUANTIDADE
Terreiros de Candomblé	49
Grupos de dança: Samba de Roda/ capoeira/outras	08
Ateliers de Artesanato	05
Grupos de teatro	06

Fonte: UNESCO, UNIFACS, UFRB, 2009, p. 75 a 81.

Elaboração: ROCHA, Pamela Moura da, 2012. Revisado em 2016.

Esses são alguns dos principais dados da estrutura turística local e das manifestações culturais do município em análise. Cachoeira conta ainda com outros atrativos, como a gastronomia, que tem como um dos pratos principais a maniçoba. Em relação à música, além do samba de raiz, a cidade tem como referência as filarmônicas centenárias Lira Siciliana e a Minerva Cachoeirana, e a mais nova a 25 de Junho. Mais recentemente foi criada a Orquestra do Reggae Cachoeira. O município também sedia outros eventos como Panorama de Cinema, Festival Gastronômico, Encontro de Carros Antigos, Festival da Ostra na comunidade do Caonge (zona rural do município), Festival de Jazz, etc.

A reabertura do Cine Teatro Cachoeirano, em 2014, após cerca de vinte anos fechado, impulsionou a realização de eventos culturais e, especialmente, mais uma opção de lazer e entretenimento para a comunidade local. No local são exibidos

filmes, peças de teatro, palestras e demais atividades que atingem comunidade e visitantes. Também relacionada à sétima arte, a cidade possui o Instituto e Memorial do Cinema Roque Araújo, primeiro memorial de Cinema e Audiovisual da Bahia.

A gestão do turismo em Cachoeira é representada pelo secretário de Cultura e Turismo, que conta com o apoio de funcionários distribuídos em postos de trabalho na sede da secretaria, no posto de informações aos turistas, na biblioteca municipal e no arquivo público. As principais tarefas relacionadas ao turismo desenvolvidas pela secretaria, de acordo com informações expostas no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira, são:

- I. Promover o turismo local através de eventos no município;
- II. Fazer articulações, através de convênios, com as secretarias estaduais e nacionais de turismo;
- III. Buscar parcerias com a Secretaria Estadual de Turismo para realização de oficinas e cursos para o Trade Turístico;
- IV. Fazer a intermediação entre a Gestão Pública Municipal e o Conselho Municipal de Turismo;
- V. Promover cursos para qualificação profissional; e
- VI. Realização de Conferências Municipais.

O Posto de Informações aos turistas fica situado na Rua Ana Nery, no centro da cidade. A instalação desse posto foi uma iniciativa municipal, dois funcionários trabalham em regime de turno, entretanto o posto não abre aos finais de semana.

Segundo o ex-secretário municipal de cultura e turismo, da gestão correspondente a 2010-2012, o município de Cachoeira recebeu, no período, anualmente cerca de 100 a 110 mil⁶ turistas/visitantes por ano, divididos entre as categorias de turismo pedagógico, cultural e festejos. Ainda de acordo com o ex-secretário, na festa de São João do ano de 2012 aproximadamente 70 mil pessoas visitaram o município. No entanto, não existe nenhuma comprovação a cerca desses números. Porém, para a atual gestão, os números dos anos subsequentes ainda não são precisos, visto que a maioria dos turistas não pernoitam na cidade e não fazem nenhum tipo de cadastro ou registro de entrada no município.

⁶ Esses números não foram comprovados, trata-se apenas de uma estimativa feita pelo entrevistado.

4- METODOLOGIA

4.1 - Natureza da pesquisa

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, ela pode ser classificada como qualitativa, na modalidade descritiva e exploratória. A pesquisa qualitativa favorece a aproximação entre o pesquisador e a realidade estudada, permitindo interações espontâneas com os sujeitos da pesquisa (SAMPIERI, 2013 apud SILVEIRA, 2016). De acordo com André (1983), esse tipo de pesquisa visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural e a captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do sujeito no seu contexto.

Esta pesquisa utilizou técnicas que visaram investigar e descrever de que forma a gestão do turismo e as atividades turísticas são conduzidas no município de Cachoeira, e a percepção dos gestores, comunidade e turistas para um novo formato de gestão guiado através do Turismo Responsável.

4.2- Método: Estudo de Caso baseado na construção de consenso

Baseia-se na construção de consenso, um método participativo e inclusivo de elaboração de consenso pautado no diálogo. É instrumento especialmente útil para diálogos que envolvem múltiplas partes e múltiplos interesses que necessitem ser articulados na propositura de normas, projetos, acordos ou ações que visem ao benefício e à satisfação mútuos, assim como à preservação das diferenças entre os envolvidos. (SUSSKIND, CRUIKSHANK,2006) ⁷

O princípio fundamental da construção de consenso é a possibilidade de manter-se em desacordo. Mesmo discordando, os participantes devem propor ajustes para o que difere do seu ponto de vista, de modo que possam conviver com uma maneira de *pensar* diferente da sua, expressa no projeto ou no acordo por outrem.

Construir consenso por meio de um diálogo participativo e inclusivo, tanto na escuta como na formulação de propostas é, portanto, outro princípio dessa prática.

⁷ SUSSKIND, Lawrence E., CRUIKSHANK, Jeffrey L. Breaking Robert's Rules: the new way to run your meeting build consensus, and get results. New York:Oxford, 2006.

Todos os envolvidos na questão devem ser ouvidos e devem ver contemplados seus interesses e valores no texto de acordo, no projeto construído, nas normas pensadas ou nas ações a serem implementadas. SUSSKIND, CRUIKSHANK,2006)

O consenso construído articula as ideias de todos de maneira cuidadosa e inclusiva – sem abrir mão de nenhuma delas – para que nele os diferentes atores reconheçam, além de seus interesses e valores, os aportes de outros participantes do grupo de diálogos, distintos do seu ponto de vista.

A construção de consenso é uma metodologia pautada na necessidade contemporânea de auto composição de diferenças por meio do diálogo. Essa necessidade apresenta-se nos contextos de convivência, dos mais simples aos mais complexos. Comunidades, organizações, redes de *stakeholders*, mercados comuns, assim como a política internacional são exemplos. O diálogo participativo e inclusivo – aquele que não exclui nenhum ator ou interesse – é instrumento de prestígio na atualidade e permeia os processos de convivência e de gestão (SUSSKIND, CRUIKSHANK,2006)

Considerando a Construção de Consenso, articulou-a ao método Estudo de caso. O Estudo de Caso associado ao método das narrativas foi escolhido por ser uma estratégia de pesquisa qualitativa que, por um lado, atende aos objetivos (geral e específico estabelecido), e por outro lado, por ser uma das técnicas que melhor responde às necessidades desta pesquisa, dado que a maior vantagem dessa estratégia centra-se na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos (SAMPIERI *et al*, 2013, p.181-183).

É de natureza descritiva vez que objetiva a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Ela mede, avalia ou coleta dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Seu enfoque é baseado no estudo de certas variáveis objetivando contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitam, em maior nível de profundidade, o entendimento do comportamento dos indivíduos. Assim faz-se necessário pesquisar alguns teóricos, e o que eles escrevem sobre o referido tema.

O Estudo de Caso pode se constituir numa contribuição importante para o desenvolvimento científico, dado que pode permitir uma visão em profundidade de uma comunidade, na sua complexidade contextual. Logo, o presente estudo de caso cerca-se de alguns cuidados, conforme orientam Sampieri, (2013):

- O estudo de caso não equivale a simplismo, antes exige enquadramento teórico adequado;
- Requer domínio de instrumentos e disponibilidade de tempo;
- Certos processos e situações correm risco de passar despercebidos em estudos de maior dimensão (e de maior prestígio nos meios acadêmico);
- A análise de casos, mesmo de casos pouco habituais, pode ser ilustrativa de circunstâncias cruciais para os sistemas e organizações.

Em suma, como coleta e análise de dados ocorrem concomitantemente, o investigador atua como um detetive que trabalha com evidências convergentes e inferências, o que exige dele a capacidade de interpretar as respostas obtidas. Isto quer dizer que “boas respostas” dependem de “boas perguntas”.

Portanto, alguns cuidados serão fundamentais para assegurar minimamente, ao investigador, a obtenção da eficiência e eficácia na coleta de dados, como, por exemplo:

- Antecipação de contatos com possíveis entrevistados ou com gestores das organizações que serão sujeitos/espacos da pesquisa;
- Organização do material necessário à pesquisa (equipamentos de gravação, material para notas etc.);
- Estabelecimento de cronograma da pesquisa de campo;
- Sempre que possível realização de estudos de casos-piloto, que podem antecipar algumas situações a serem enfrentadas, durante a pesquisa.

Segundo Yin (2005), os estudos de caso podem ser causais/exploratórios ou descritivos.

1. - Causais/exploratórios: trata-se de um modelo de estudo de caso que, embora não se resuma à exploração, permite ao investigador elencar elementos que lhe permitam diagnosticar um caso com perspectivas de generalização naturalística;
2. - Descritivos: possibilitam, ao investigador, a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real.

Essa classificação prévia não indica, necessariamente, uma hierarquia de estudos de caso, uma vez que esse tipo de investigação:

- - Enfrenta uma situação tecnicamente única, em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados;
- - Baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo;
- - Beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas, para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2005, p. 33).

Em outras palavras, o autor indica que o estudo de caso vai além de uma simples estratégia de coleta de dados, “[...], mas uma estratégia de pesquisa abrangente. A forma como a estratégia é definida e implementada constitui, na verdade, o tópico do livro inteiro” (YIN, 2005, p. 33).

O passo mais crítico é a escolha das pessoas, grupos ou lugares, que vão constituir o "caso", conforme Stake (1994, p. 243). Por sua vez tem-se que ter o cuidado com a falsa ideia de que um estudo de caso deve se enquadrar como se fora uma "amostra" de um universo. E, aquilo que o que está em causa não é uma generalização estatística, mas uma generalização aprofundada crítico analítica.

Importa salientar que, para Stake,(1999) o estudo de caso permite prestar atenção aos problemas concretos; procura captar a complexidade de um “sistema”, na sua atividade: “O caso é um sistema integrado. Não é necessário que as partes funcionem bem, os objetivos podem ser irracionais, mas é um sistema (STAKE, 2005, p.16).

Assim percebendo, as entrevistas devem ser realizadas de forma a capturar recortes de vida dos sujeitos razão porque as entrevistas se caracterizam por ser longas e passíveis de oferecer uma imagem do cotidiano dos deficientes visuais em questão.

Por se tratarem de entrevistas serem dirigidas, estas questões tomaram uma amplitude bem maior e “induz uma preocupação foi intensa por explorar as *falas* dos entrevistados naquilo que são *suas experiências de vida* e no que podem nos fazer visualizar suas formas de inserção no social” (BALESTRIN, 2001, p.82).

4.3-Sujeitos

Aplicou-se a pesquisa em campo junto aos gestores públicos da área turística, moradores e turistas presentes na cidade de Cachoeira-BA. Entrevistou-se o Ex-Secretário Estadual de Turismo da Bahia e o Ex-Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira. Vale ressaltar que foram solicitadas entrevista com o Ex-Prefeito Municipal de Cachoeira, mas após as tentativas e a constatação da impossibilidade de atendimento, não foi possível entrevistá-lo. As duas entrevistas realizadas foram gravadas, com roteiro pré-definido (Apêndice A e B), cujo tema norteador foi a Gestão do Turismo, com a finalidade de conhecer a percepção deles sobre o turismo convencional e o Turismo Responsável.

4.4-Procedimento

Dos procedimentos técnicos, além da observação da comunidade receptora, se utilizou pesquisas bibliográfica e documental, revisão da literatura acerca do tema já existente, das Leis, Decretos e demais documentos, como também a análise de dados de outras pesquisas como, por exemplo, a monografia da autora. A coleta de dados atualizados relacionados ao turismo, se deu pelo acesso aos sites oficiais do Ministério do Turismo, Secretaria Estadual de Turismo da Bahia, entre outros. A pesquisa apresenta alguns registros fotográficos da estrutura da cidade e das festas mais populares.

Em 2015, durante a etapa inicial de coleta de dados, se realizou duas reuniões na Secretaria Estadual de Turismo da Bahia, em Salvador, no Gabinete do Secretário Estadual de Turismo, com a finalidade de conhecer melhor as ações realizadas pela SETUR e a forma como o turismo na região de Cachoeira vinha sendo tratada. Na oportunidade, apresentou-se ao Secretário uma proposta de estudo para o turismo responsável no município de Cachoeira e entorno.

A escolha pela entrevista se deu por favorecer aos envolvidos um pertencimento maior à pesquisa, com mais interação entre os sujeitos. A entrevista é o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 94).

Estudos metodológicos vêm afirmando que o formato da entrevista, bem como o tipo de registro observacional, determinam de maneira muito estreita a análise de dados que é possível e adequado fazer (Newson & Newson, 1976; Biasoli Alves e Marturano, 1987). Portanto, ao pretender realizar uma análise qualitativa seria fundamental verificar como deveria ocorrer a coleta de dados, mais especificamente, que formato de entrevista seria o mais pertinente (Biasoli Alves, Dias da Silva, Sigolo e Caldana,

1987). E, os estudos encaminham preferentemente para propostas de entrevistas definidas por Cannel e Kahn (1974) como semi-estruturadas, que pedem uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados. (ALVES e SILVA, 1992)

Para os moradores e turistas, se aplicou questionários com a finalidade de caracterizar a relação dessas pessoas com o turismo na cidade de Cachoeira e a percepção dos mesmos para a gestão do turismo e o Turismo Responsável. Para os membros da comunidade, chamados nesta dissertação de grupo M, foram 27 questões. Os turistas, denominados de grupo T, responderam 23 questões. Nos questionários aplicados no grupo M, foi possível dividi-los em subgrupos, como por exemplo, de empresários do ramo de alimentação e/ou hospedagem, guia de turismo, artesãos, prestadores de serviço e moradores.

A região do porto da cidade e a rua 25 de Junho foram os locais escolhidos para aplicação dos questionários, por serem as áreas estratégicas que contemplam pontos turísticos e com maior concentração de serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento. Os turistas foram escolhidos de forma aleatória, mas alguns indivíduos do grupo M foram escolhidos pela representatividade na cadeia do turismo, sem distinção de idade ou qualquer outra característica. O anonimato das pessoas que responderam aos questionários foi garantido, bem como, a segurança de que os dados informados seriam utilizados apenas para finalidade científica.

O critério utilizado para definir quantos questionários aplicar correspondeu a uma amostragem do tipo não probabilística, ou seja, os resultados não são generalizados, pois foi feita apenas uma amostra por julgamento, na qual, o pesquisador seleciona os membros da população que julga serem boas fontes de informação (SCHIFFMAN e KANUK, 2000). Quer dizer que "a característica chave da amostragem por julgamento é que os elementos da população são selecionados intencionalmente. Esta seleção é feita considerando que a amostra poderá oferecer as contribuições solicitadas." (CHURCHILL, p. 301).

5- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa buscou verificar a forma como a gestão do turismo é conduzida no município de Cachoeira e como o Turismo Responsável é percebido pelos sujeitos envolvidos com a cadeia turística, a fim de contribuir para um novo formato de gestão das atividades turísticas, baseadas no Turismo Responsável. Conforme explicitado na metodologia, além da observação, foram realizadas entrevistas e questionários, com finalidade de buscar informações mais precisas sobre o assunto.

Como no TR as pessoas das comunidades receptoras são a base central para a realização do turismo responsável, a participação deles na pesquisa foi de suma importância. Coletar informações e percepções de “lados opostos” nos faz refletir como é nebulosa, e até mesmo desalinhada a relação entre o governo e população.

5.1- Resultados das entrevistas

Conforme apresentado na metodologia, se entrevistou os responsáveis pela gestão do turismo em Cachoeira e no Estado da Bahia. Apesar das inúmeras tentativas, não foi possível entrevistar o Ex-Prefeito de Cachoeira. Contudo, a ausência dessa entrevista não prejudica o conteúdo final da pesquisa.

Aconteceram duas reuniões na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), com a participação do então Secretário Estadual de Turismo, no intuito de buscar informações sobre a relação entre a SETUR com o turismo da região do Recôncavo da Bahia, em especial na cidade de Cachoeira. Não se seguiu um roteiro de perguntas na pauta das reuniões.

Durante a reunião o então Secretário de Turismo, apresentou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que visa o planejamento do turismo de maneira sustentável, a curto, médio e longo prazos. De acordo com o Secretário, as bases e as definições das ações do PDITS emergiram de uma construção coletiva, por meio de debates e oficinas públicas. O plano propõe ações de infraestrutura turística, a criação de novos atrativos, ações para a melhoria do produto turístico, infraestrutura para avanços na urbanização e tratamento de resíduos sólidos, capacitação de mão de obra, preservação ambiental e estratégias de marketing. No PDITS, Cachoeira faz parte da macrorregião da Baía de Todos os Santos.

Nos últimos anos, o patrimônio histórico dessa macrorregião foi contemplado com recursos da ordem de R\$ 10 milhões, através do Programa BID / Monumenta, como o município de Cachoeira, onde se recuperou 5 monumentos e se financiou 32 imóveis privados (BAHIA, 2015). De acordo com o Secretário, outro plano que contempla a cidade de Cachoeira é o Plano Estratégico de Turismo Náutico na Baía de Todos os Santos, que tem como objetivo a identificação, o dimensionamento e a análise das potencialidades dos recursos naturais, ambientais, culturais e sociais da região (SETUR, 2015). Ainda segundo o Secretário, o segmento do turismo através da via náutica é uma das apostas do Governo do Estado.

Para o Secretário, pela localização estratégica de Cachoeira, a cidade servirá como base para os roteiros náuticos na região, fortalecendo o turismo local, trazendo novos investimentos. Mas que, para isso, será necessário rever questões básicas de infraestrutura, construir novas estruturas no porto da cidade, reavaliar número de leitos, como também, inserir a população nesse processo, através de oficinas, capacitações e realização de estudos socioambientais.

5.1.1- Entrevista com o Ex-Secretário Estadual de Turismo da Bahia.

Além das duas reuniões, se realizou uma entrevista com roteiro pré-definido (Apêndice A), no ano de 2017, quando o entrevistado já não estava mais atuando como Secretário Estadual de Turismo.

Inicialmente, o Ex-Secretário falou sobre a importância do turismo na Bahia, através das diversas características que o estado possui e que favorecem a prática do turismo. Citou os 1.100 quilômetros de praias, além dos tipos de biomas, como a Mata Atlântica, a Caatinga, o Cerrado e a Restinga. Destacou o Turismo Histórico e o riquíssimo patrimônio, não só em Salvador como também no Recôncavo; o Turismo Ecológico e o de Aventura; o Turismo de Sol e Praia, que é o campeão na Bahia; o Turismo Gastronômico; o Turismo de Eventos. Falou também sobre a importância do Turismo Cultural, ressaltando que a Bahia é considerada o celeiro cultural do Brasil, com intensa produção.

O Ex-Secretário informou que a Bahia é o terceiro destino do Brasil e a terceira infraestrutura turística-hoteleira do país. Para ele, o setor turístico é

muito importante para economia, representando quase 7,5% do PIB, sendo o segundo setor que mais emprega no Estado.

Sobre o relacionamento da SETUR com municípios baianos, o Secretário afirmou ter relação direta com entidades que representam o *trade turístico*⁸ e com os prefeitos e secretários municipais, como também, com os gestores municipais de Turismo. Ainda de acordo com o entrevistado, a SETUR fez dois cursos de qualificação, empreendedorismo e inovação para esse público estratégico, qualificando mais de 200 gestores, profissionalizando a estrutura do Turismo.

Quando questionado sobre os principais entraves da relação entre a Secretaria e os municípios, o Ex-Secretário identificou a falta de planejamento dos municípios como principal problema. Para contribuir, a SETUR elaborou um calendário anual de eventos turísticos para que pudesse servir de referência para os patrocínios e para o planejamento estratégico das demais secretarias municipais. Para ele, é preciso levar adiante a confecção desse calendário, como também, é importante executar o planejamento efetuado pela SETUR e o Conselho Baiano de Turismo, para dinamizar as relações, tanto com o Conselho como com o Fórum Estadual de Turismo.

Sobre a relação da SETUR com os empresários, o Ex-Secretário citou os Fóruns e entidades que representam o setor turístico, como o Conselho Baiano de Turismo (CBTUR), que tem representação do *trade*. Ainda na gestão dele, a SETUR participou das reuniões do CBTUR, sendo elaborado, em conjunto, o Planejamento Estratégico para o Turismo Baiano, para executar ações ligadas ao turismo tanto na área de infraestrutura como em promoção, fomento do destino, segurança e qualificação profissional e empresarial. Além disso, informou que a SETUR se reúne periodicamente com o Conselho, para ouvir as principais reivindicações coletivas e as de cada segmento do *trade*.

De acordo com o entrevistado, a SETUR também se relaciona com as entidades que representam as diversas áreas de atuação do *trade*, como operadoras e agências de viagem, setores de Eventos, de Bares e Restaurantes.

⁸ A definição de *trade turístico* que aqui se adota, inspira-se na definição oficial da EMBRATUR: são organizações governamentais e privadas atuantes no setor de turismo como, por exemplo, os hotéis, restaurantes e agências de viagem.

Também se relaciona com outras empresas ligadas ao setor do Turismo, e com as comunidades em que há impacto das políticas voltadas para o desenvolvimento do setor.

O Ex-Secretário pontuou os principais fatores que dificultam a gestão do Turismo. Entre eles estão: a falta de planejamento; a prioridade orçamentária, pela necessidade de se ter mais recursos para ações do Turismo no Estado; e a Integração, pois ainda existe um problema de integração entre a SETUR, a Bahiatursa e o *trade* turístico. Para ele, é preciso atualizar o Plano Estratégico do Turismo para a Bahia, pois venceu em 2016, e fazer um processo de integração ainda maior entre a SETUR, a Bahiatursa e o *trade* turístico.

Sobre a diferença entre Turismo Responsável e Turismo Sustentável, o ex-Secretário afirmou reconhecer a diferença entre eles, justificando que o Turismo responsável é mais amplo do que o Turismo Sustentável, pois reconhece o papel central da comunidade local receptora e o seu direito de ser protagonista no desenvolvimento do turismo sustentável e socialmente responsável em seu próprio território. Para ele, o TR se realiza segundo os princípios da justiça social e econômica, com pleno respeito ao meio ambiente e às culturas, enquanto o Turismo Sustentável exige do Turismo um desenvolvimento ecologicamente sadio, preservando o meio ambiente e a própria comunidade, criando as condições para que o turismo retroalimente a atividade turística.

Quando questionado sobre quais as principais ações que a SETUR tem desenvolvido em prol do turismo responsável, ele citou a Superintendência de Qualificação e Formação Profissional, que tem desenvolvido ações com comunidades de potencial turístico, como quilombolas e indígenas, ressaltando que todos os projetos que a SETUR desenvolve em comunidades têm essa preocupação, com a dimensão da responsabilidade no turismo. Informou que esse ano, a Secretaria, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vem executando o Prodetur II - Baía de Todos os Santos, no qual um componente importante é justamente o Turismo Responsável. De acordo com o entrevistado, o objetivo é desenvolver o Turismo Náutico, Histórico e Cultural na região da Baía de Todos os Santos, com o elemento da sustentabilidade, que faz parte do Turismo Responsável, integrando

as comunidades locais nas cadeias produtivas, na cadeia de sustentabilidade, da produção de alimentos por meio da agricultura e produção de insumos, desenvolvendo o respeito fundamental às comunidades locais.

Para o ex-secretário, a preocupação com a Responsabilidade na dimensão do Turismo tem sido uma constante por parte da SETUR, enfatizando que é um dos elementos da estratégia turística da Bahia. O Planejamento Estratégico de quatro anos, com foco na sustentabilidade no Turismo, e maior dimensão para a Responsabilidade, integrando as comunidades às cadeias produtivas associadas ao Turismo.

5.1.2- Entrevista com o Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira.

A entrevista com o Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira orientou-se por um roteiro pré-definido (Apêndice B). O contato dele com a área da gestão pública do turismo iniciou em 1998, quando começou a trabalhar na Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. De lá até 2016 atuou em cinco municípios baianos como Secretário Municipal de Cultura e de Turismo. Primeiro em Maragogipe, depois em Serrinha, através do órgão chamado EVENTUR que tinha um status de Secretaria, logo após na Ilha de Vera Cruz, em Itacaré e por fim em Cachoeira.

A primeira parte da entrevista direcionou-se sobre a importância do turismo para Cachoeira, seus principais produtos turísticos e o estado de conservação desses. O secretário iniciou falando sobre a importância histórica da cidade, através das participações nas lutas pela independência do Brasil. Enfatizou o patrimônio histórico, citando a lei de 13 de janeiro de 1971, que designa Cachoeira como patrimônio nacional. Falou também sobre a relação da cidade com a imaterialidade mantida com a quantidade de terreiros de candomblé, os sambas de roda, as festas tradicionais - como a festa da Boa Morte e São João, a arquitetura colonial, e por fim, a relação da cidade com o Rio Paraguaçu e os monumentos em seu entorno. Para ele, esse potencial possibilitou ao município usufruir de políticas públicas de preservação do patrimônio, contribuindo para que se tornasse indutor para o turismo na região do Recôncavo.

Em relação ao estado de conservação, as condições de acessibilidade e a infraestrutura dos atrativos, o Secretário afirmou que mesmo Cachoeira sendo um

importante destino, sofre com muitas dificuldades, principalmente em relação às questões de acessibilidade, monumentos que não são abertos nos finais de semana e o patrimônio histórico, que ainda é muito danificado. Além desses problemas, afirma que a área de serviços precisa ser mais qualificada.

A segunda etapa da entrevista se relacionou à forma de atuação da Secretaria e a gestão do turismo. O Secretário apontou dois motivos que permitem a junção entre as duas pastas (Cultura e Turismo): o primeiro envolve as questões de orçamento, por considerar menos dispendioso para o município manter apenas uma secretária. E o segundo, por ser uma cidade rica em cultura os produtos culturais podem ser comercializados e assim trabalhar diretamente com o turismo. Entretanto, o Secretário acredita que o isolamento da pasta facilitaria a busca de ações mais específicas e melhoraria do planejamento do turismo.

Sobre o relacionamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com outras Secretarias, o entrevistado afirma que o diálogo com as demais secretarias é muito importante. A Secretaria Municipal de Educação era a que mais dialogava com a da cultura e turismo, trabalhavam na busca da qualificação profissional e a capacitação empresarial. Com a Secretaria de Ação Social, se tratava dos trabalhos relacionados aos arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento social, a partir do artesanato. Enquanto com a Secretaria de Saúde, o trabalho voltava-se para as doenças sexualmente transmissíveis e epidemias.

Para o entrevistado, o relacionamento entre a Secretaria Municipal com outras esferas de governo depende muito de cada Secretário e cada Prefeito. No caso dele, pela vivência na área, tinha relação direta com o Governo do Estado da Bahia, o que facilitava as “portas abertas” para visitas e, principalmente, captar oportunidades e recursos, sem nenhum tipo de dificuldade de marcar qualquer tipo de reunião de Secretário para Secretário. Para o Secretário isso era possível por dois motivos: primeiro, pela autonomia que o Prefeito conferia a ele, e segundo, pela sua rede de relacionamento que permitia oportunizar os momentos.

Sobre a relação da Secretaria com a classe empresarial e a população do município, afirma que o primeiro passo foi o fortalecimento do diálogo, resultando na consolidação do Conselho Municipal de Turismo. De acordo com o Secretário, existia a intenção de estabelecer o *trade turístico* de Cachoeira. Mas se encontrou

muitas dificuldades, pela falta de conscientização e sensibilização dos empresários sobre a importância do turismo na cidade. Enfatizou a dificuldade de entendimento da importância do investimento empresarial para o desenvolvimento do turismo local. Como exemplo, o entrevistado citou a experiência em Itacaré, de uma rede chamada Rede Viva, composta pelos principais hotéis da cidade, onde os participantes viajam para feiras, congressos e encontros de turismo com o objetivo de comercializar o destino Itacaré a partir dos hotéis e restaurantes.

O Secretário falou sobre outros fatores que dificultam a gestão do turismo em Cachoeira, como a falta de entendimento da comunidade para importância do turismo e a indisponibilidade de visitação dos templos religiosos, museus e espaços de exposição nos finais de semana. Afirmou que teve muita dificuldade de convencer as instituições religiosas e empresariais que nunca tiveram interesse em resolver essa situação. Para o Secretário isso atrapalha a gestão, pois acredita no fortalecimento do turismo pedagógico e do turismo cultural, que precisam desses espaços abertos para se tornarem mais atrativos. Esse problema é ainda mais evidente quando ocorrem eventos na cidade, pois mesmo com o aumento no número de turistas, os pontos turísticos ficam fechados, gerando reclamação de quem chega em Cachoeira e tem a sensação de não ter nada para fazer.

A terceira etapa da entrevista se direcionou para o turismo responsável. O Secretário afirmou reconhecer a diferença entre turismo responsável e turismo sustentável. Para ele, os dois tipos de turismo andam juntos, porém, são distintos pelo fato de que o turismo sustentável está envolvido com muitos outros setores, enquanto que o turismo responsável trabalha no planejamento e organização de um direcionamento.

De acordo com o Secretário, a população participa da gestão através do Conselho Municipal de Turismo, dos cursos de qualificação e reuniões com os atores ligados diretamente ao turismo. Quando questionado sobre quais as ações que a Secretaria desenvolveu em prol do turismo responsável, ele citou a Lei nº 1.150/2016, que instituiu a Política Municipal de Turismo Responsável; a participação do município no PDITS; a busca pela conservação do patrimônio histórico-cultural; e criação do planejamento para a gestão do turismo. Ao final da

entrevista o Secretário fez as considerações referentes aos assuntos abordados. Essa última parte foi transcrita na íntegra:

Na política, não necessariamente você precisa ter o conhecimento, a técnica e um bom relacionamento se você não tiver a vontade e a boa vontade política. Muitos gestores têm boa vontade política, mas é uma vontade limitada ao entendimento em relação ao que é a importância do turismo, e isso acaba prejudicando a gestão. É preciso sensibilizar os gestores para que eles percebam em números a importância do turismo.

Os dados numéricos precisam ser vistos, porém, isso é um entendimento de longo prazo, pois envolve PPA (Plano Plurianual), envolve a criação de fundos de outros mecanismos de atração de recursos, envolve prioridades e é muito difícil na realidade de hoje os Gestores Públicos entenderem isso.

A Bahia é deficiente com o turismo, já foi o terceiro polo de fluxo de turista, e hoje tem perdido várias oportunidades, inclusive para Recife, Fortaleza - comparando com o Nordeste. Exatamente porque não se entendeu que o turismo é a segunda economia do mundo e que pode alavancar uma proposta de atração de emprego, trabalho e renda. Hoje uma denominação mais forte do que a do turismo, porque está dentro do seguimento, é a economia criativa, que também ainda é algo muito novo e que pouca gente entende.

O Brasil engatinha na área do turismo. Hoje, o turismo estrangeiro em termos de indicadores o número de turistas internacionais que chegam ao Brasil por ano, equivale ao número contabilizado apenas nas visitas à Torre Eiffel, em Paris. Não é um comparativo, mas sim para mostrar como o planejamento e a estruturação do turismo pode ser o diferencial.

A Bahia tem perdido bastante fluxo de turista estrangeiro e o Brasil também por várias relações, entre elas estão as diplomáticas, de segurança, envolvendo as relações de promoção com menos ações, pouca estrutura nos destinos, as cidades não dispõem de boa mobilidade. Enfim, são agravantes que fazem com que o turismo do nosso país seja tão fraco. ” (REIS, depoimento em entrevista, 18 de fevereiro, 2017).

5.2- Resultados e Discussão dos questionários

Antes de mostrar os resultados dos questionários, torna-se necessário falar sobre as dificuldades encontradas para a aplicação dos mesmos. A primeira barreira foi a resistência por parte de alguns munícipes em responder às perguntas. Os principais argumentos para não participação eram relacionados às questões de cunho político, mesmo sendo uma pesquisa que não precisaria expor a identidade dos participantes, e ainda por não acreditarem nas pesquisas que são realizadas no local. Um morador chegou a dizer que eram muitas pesquisas feitas no município para poucos resultados.

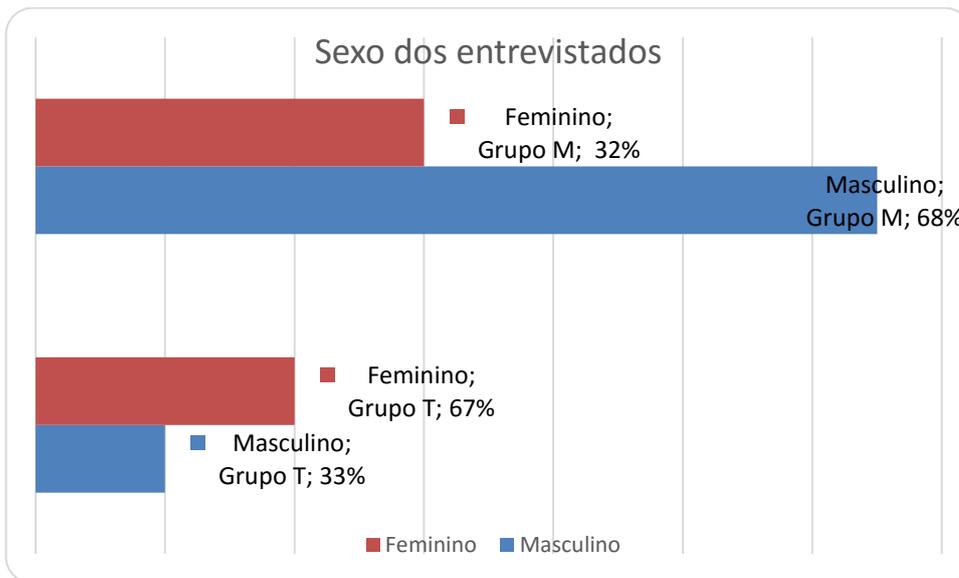
A segunda dificuldade foi encontrar turistas para participar da pesquisa. Aplicar os questionários tornou-se uma tarefa difícil: primeiro pelo pequeno número de turistas, segundo, pelo fato dos turistas terem apenas duas ou no máximo três horas para conhecer a cidade, pois o ônibus das empresas de turismo os levariam para almoçar em outro destino, deixando a cidade de Cachoeira apenas como uma passagem no roteiro de viagem das agências de turismo de Salvador-BA.

Apesar das dificuldades encontradas, os questionários respondidos trouxeram dados importantes que futuramente desdobram-se em novas pesquisas e análises, visando ao bem-estar social, maior participação popular na gestão do turismo, o aperfeiçoamento de políticas públicas, o aprimoramento das atividades turísticas e o fortalecimento do turismo responsável.

5.2.1- O perfil dos entrevistados

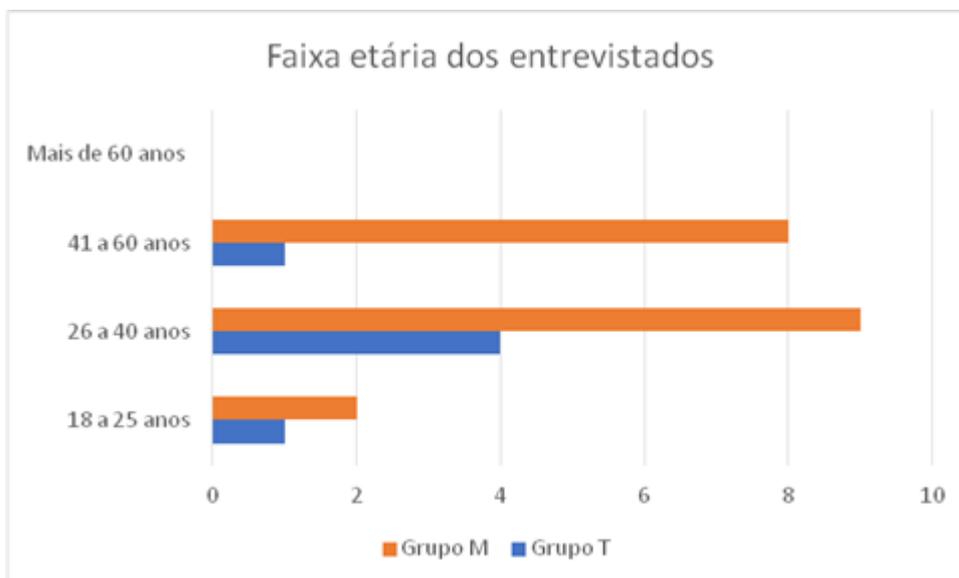
As quatro primeiras perguntas para os dois grupos – moradores e turistas- direcionaram-se ao perfil dos entrevistados. Consistiu em questões referentes ao sexo, a faixa etária, grau de escolaridade e renda dos entrevistados, conforme pode ser observado nas Figuras 9;10;11 e 12:

Figura 9- Sexo dos turistas (Grupo T) e moradores (Grupo M) entrevistados.



Como pode ser observado, 66,6% das pessoas que compõem o Grupo T são do sexo feminino, enquanto no Grupo M são apenas 31,5%. Os homens representam cerca de 68,5% do Grupo M e 33,4% do Grupo T. Nos dois grupos a maioria das pessoas têm entre 26 a 40 anos.

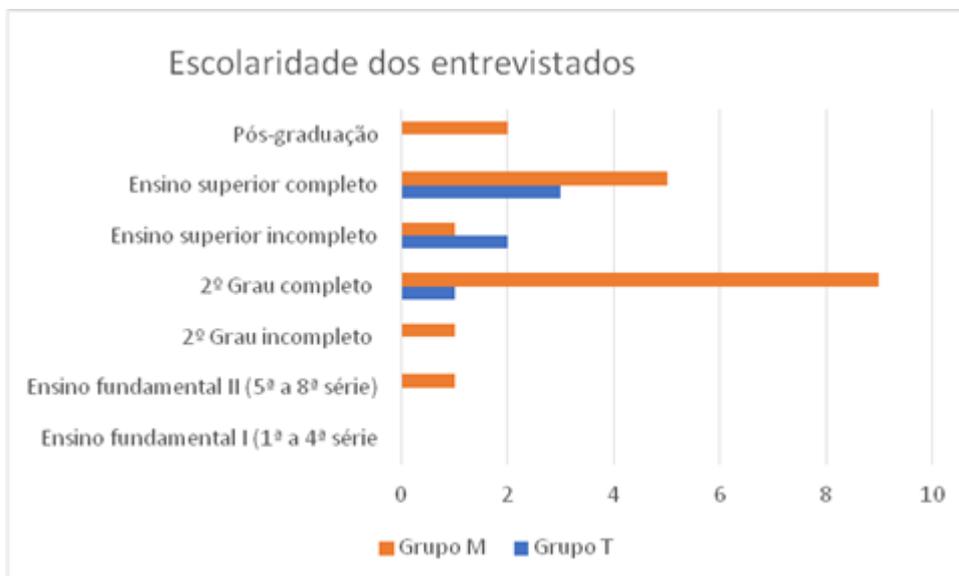
Figura 10- Faixa etária dos turistas (Grupo T) e moradores (Grupo M) entrevistados



Já em relação ao grau de escolaridade, 50% do Grupo T possuem o nível superior completo e apenas 16,6% tem apenas o 2º grau completo. Realidade

diferente do Grupo M, que tem a maioria, 47,4%, com apenas o 2º grau completo, 26,3% com o ensino superior completo e 10,5% com Pós-graduação.

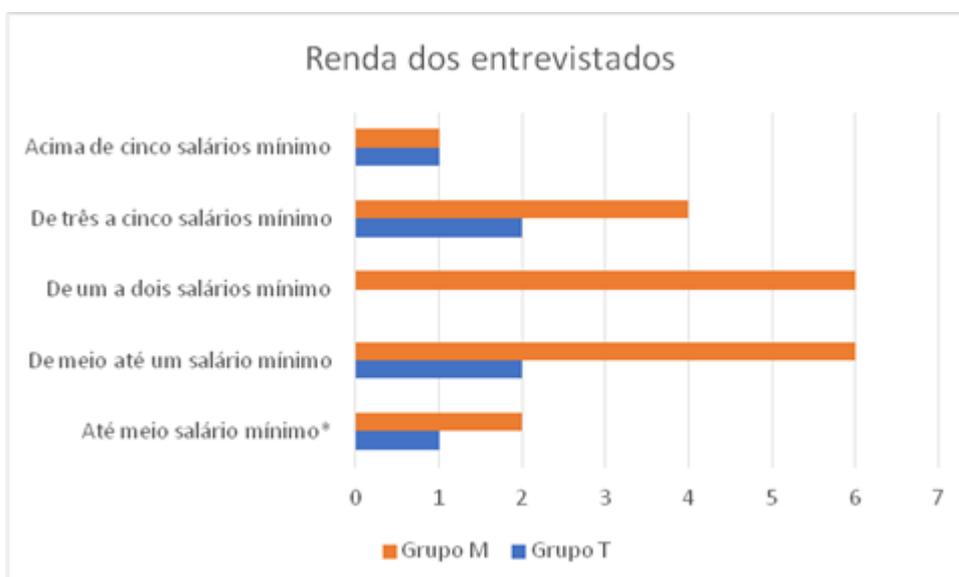
Figura 11- Grau de escolaridade dos turistas (Grupo T) e moradores (Grupo M) entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Em relação à renda, alguns pontos merecem mais atenção. No Grupo T, a quantidade dos entrevistados representou 33,3%, tanto para as pessoas com renda de meio até um salário mínimo, como para os que recebem de três a cinco salários mínimos. Para o Grupo M foi equivalente a 31,5% a quantidade de pessoas que recebem de meio até um salário mínimo e de um até dois salários.

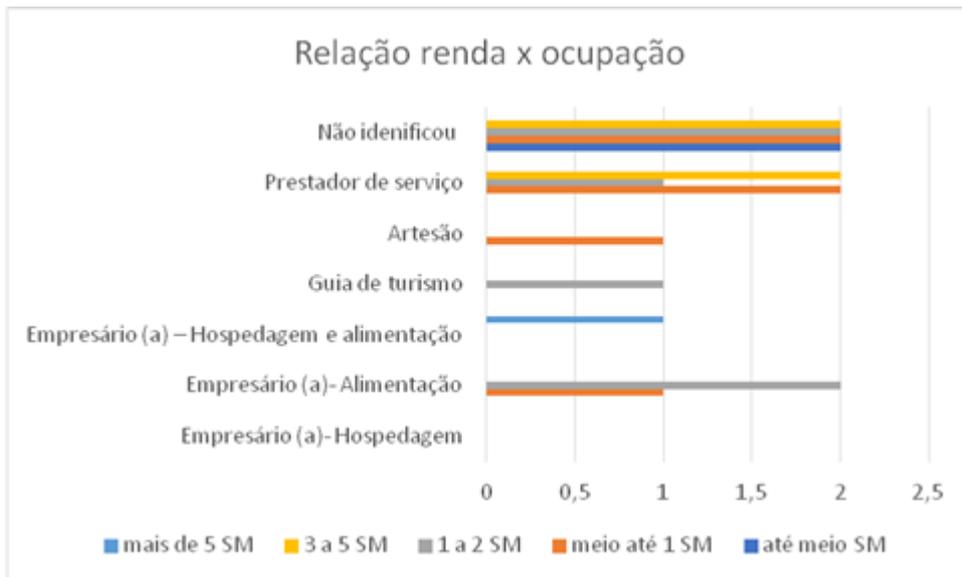
Gráfico 12- Renda dos turistas (Grupo T) e moradores (Grupo M) entrevistados - Valor referente ao salário mínimo R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

A única pessoa do Grupo M que recebe mais de cinco salários é empresário do ramo de hospedagem e alimentação, os outros 21% que recebem de três a cinco salários são prestadores de serviço. A diferença de renda por ocupação entre os representantes do grupo M pode ser observada na Figura 13:

Gráfico 13 - Relação renda X ocupação – Grupo M



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Outra questão relevante relacionada ao perfil do entrevistado foi a pergunta sobre religião, feita apenas para o Grupo T. Declararam-se católicos 50,2% dos entrevistados, sendo equivalente a 16,6% o número de evangélicos, espíritas e sem religião. Apesar da quantidade de terreiros ligados às religiões de matrizes africanas, instalados em Cachoeira, nenhum dos turistas entrevistados era praticante dessas religiões. Este fato requer ainda maior cuidado nas atividades turísticas de cunho religioso, especialmente as que incluem visitação aos terreiros de candomblé, como uma forma de evitar que o desconhecimento sobre os rituais afete a cultura dessas comunidades. Por outro lado, deve-se considerar que esses questionários foram respondidos em um período que não contemplou nenhuma festividade ou evento de cunho religioso.

5.2.2- Resultados dos questionários do Grupo T

Como a partir da quinta pergunta, os questionários foram específicos para cada grupo, se inicia a análise a partir dos resultados do grupo T. Dos turistas

entrevistados 66,6% nunca tinham visitado Cachoeira, e todos sinalizaram o desejo de retornar à cidade, o que pode ser considerado um ponto positivo, pois se o turista afirma que tem desejo de retornar ao destino visitado, significa que além dele retornar, poderá influenciar para que outros residentes do seu meio social também possam visitar Cachoeira. Quando questionados sobre o objetivo da viagem, as respostas se configuram como mostra a Figura 14:

Figura 14- Objetivo da viagem dos turistas entrevistados.

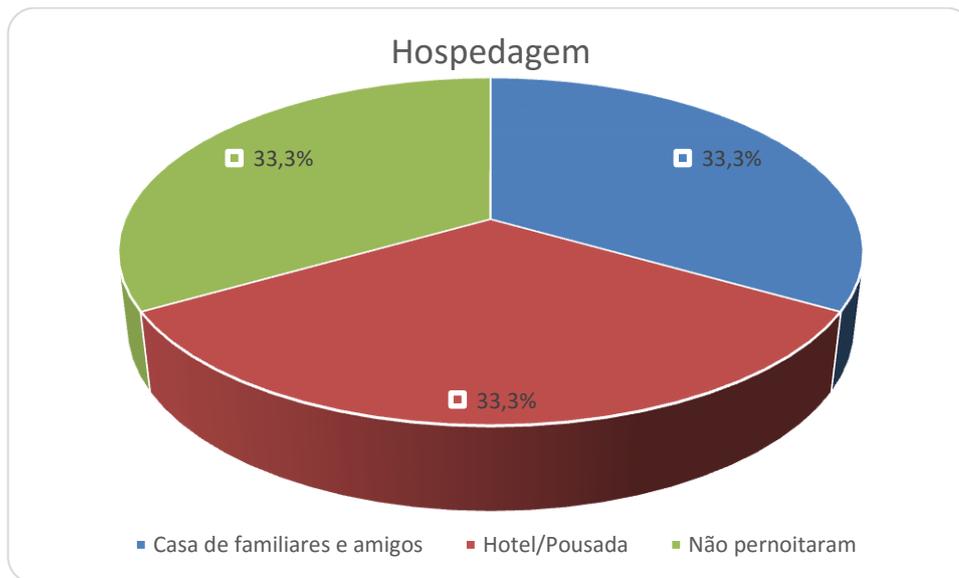


Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Apesar da cultura ter sido um dos atrativos que motivaram a viagem da maioria dos turistas, não foram os festejos ou muito menos a cultura e história que despertaram mais a atenção dos entrevistados, pois, 83,3% apontaram a arquitetura como principal produto turístico do município. Essa contradição não pode ser considerada estranha, pois apesar do potencial cultural que a cidade carrega, quando o turista chega em Cachoeira fora dos períodos festivos, é difícil encontrar algum outro tipo de manifestação cultural. Dessa forma, o conjunto arquitetônico da cidade sobressai, tornando-se mais atrativo do que a própria cultura local e suas manifestações.

Em relação à hospedagem, 33,3% utilizam casa de familiares e amigos, 33% ficam em hotel/pousada e 33% dos visitantes não pernoitaram, conforme ilustrado na Figura 15. Em Cachoeira, a taxa de permanência ainda é muito baixa, de um modo geral a maioria dos turistas não pernoitam na cidade, exceto nos períodos de festejos como São João, Boa Morte e eventos como a FLICA.

Figura 15- Local de hospedagem dos turistas entrevistados.



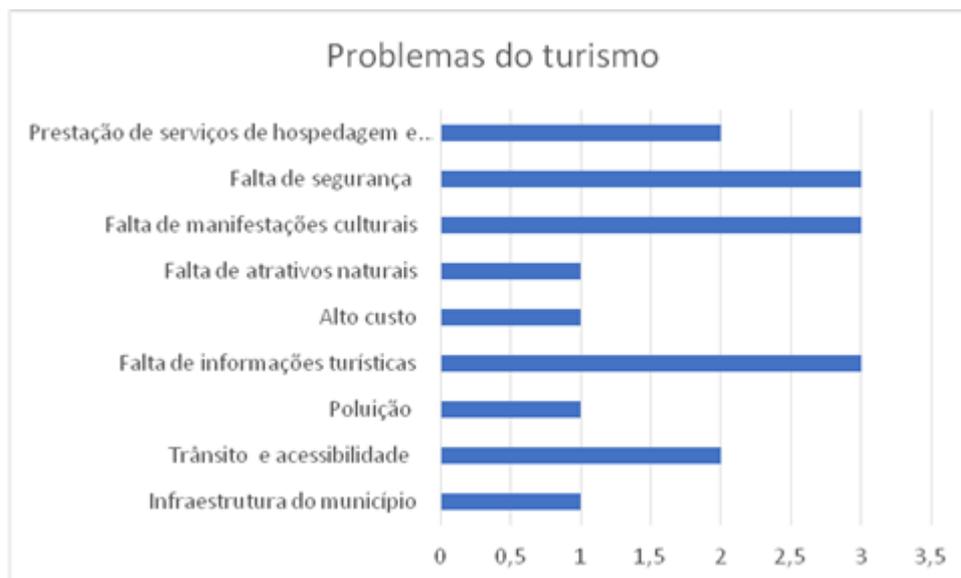
Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Quando questionados se antes de viajar os turistas fizeram alguma pesquisa sobre o turismo local, 83,3% afirmaram não terem feito nenhuma pesquisa. Em relação à comunidade receptora, 100% dos entrevistados afirmaram terem sido bem recebidos pelos moradores e 66,6% não participaram de nenhuma atividade turística em conjunto com a comunidade. O que se observou durante a pesquisa de campo, pode ser ilustrado com o percentual de 66,6% de turistas que não receberam nenhum informativo, mapa ou cartilha sobre o turismo local. Esse resultado já era esperado, pois o posto de informações turísticas não abre nos finais de semana.

De 0 a 10 a nota média para prestação de serviços locais (hospedagem, alimentação e lazer) ficou em torno de 4,1. Essa média baixa pode ser justificada por uma das principais reclamações relacionadas a esses tipos de serviços na cidade: o atendimento. As insatisfações se agravam durante os períodos de festejos e eventos, pois a maioria dos estabelecimentos não comportam o número de turistas, muitos atendentes não falam uma segunda língua, além de não estarem capacitados para trabalhar com atendimento ao público. Durante a pesquisa, se percebeu a falta de profissionalismo em alguns dos estabelecimentos visitados. Esse assunto levanta uma discussão que pode direcionar a “culpa” desse problema para os donos dos estabelecimentos. Como já visto em pesquisa anterior e observado nesta, alguns empresários preferem contratar pessoas sem qualificação para poder reduzir o custo com mão-de-obra.

Sobre os possíveis problemas relacionados à acessibilidade, no sentido da mobilidade dentro do município de Cachoeira, 50% acharam que a cidade não tem acessibilidade e a outra metade acredita que tem. Em outra questão, conforme pode se ver na Figura 16, os principais problemas pertinentes ao turismo em Cachoeira foram apontados e entre os mais lembrados foram: a falta de segurança; falta de manifestações culturais e a falta de informações turísticas.

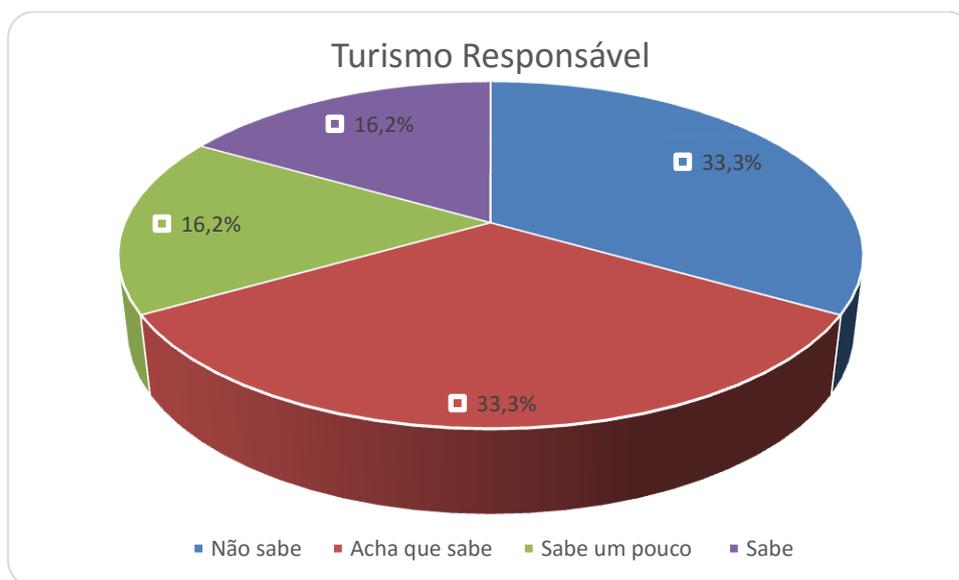
Figura 16 - Principais problemas relacionados ao turismo em Cachoeira- Grupo T.



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

No questionário respondido pelo Grupo T, algumas questões envolveram princípios do Turismo Responsável. Para isso, os entrevistados responderam perguntas que envolviam o comportamento e a percepção deles diante da comunidade receptora e do meio ambiente. Apenas 16,2% afirmaram saber o que é o TR (Figura 17), e mesmo com a maioria não sabendo dizer o que é, 66,6% acreditam que Turismo Responsável e Turismo Sustentável não são a mesma coisa.

Figura 17 - Nível de conhecimento dos entrevistados do Grupo T sobre Turismo Responsável.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Todos os entrevistados afirmaram que se preocupam com o meio ambiente quando viajam a turismo, dando média 9, na escala de 0 a 10. A mesma pergunta se fez com referência à preocupação em relação a comunidade receptora, e 83,3% afirmaram que se preocupam com a comunidade receptora, porém, a média das notas ficou em 7, para o grau de preocupação com a comunidade. Ainda sobre a percepção do TR, o Grupo T ficou dividido quando questionado se os turistas teriam preferência pelos estabelecimentos e serviços que utilizassem recursos sustentáveis.

Antes de finalizar o questionário, os entrevistados deveriam apontar as opções que os representavam como bons turistas, conforme ilustrado na Figura 18. A maioria se considera bom turista pelo fato de aproveitar todos os atrativos, ficando por último a opção por dar preferência aos destinos que preservam o meio ambiente.

Figura 18 - Opções que representam os “bons turistas” no Grupo T.



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

A maioria vai para um destino com intenção de aproveitar todos os atrativos, sem a preocupação com a vivência que terá com a comunidade e a construção de possíveis impactos negativos para a sociedade e meio ambiente, seja através das interferências culturais ou pela degradação ambiental. Esse resultado mostra que ainda é preciso orientar os turistas para as questões que envolvem respeito às comunidades receptoras e ao meio ambiente.

A última questão foi aberta e envolveu os dois grupos. Por essa razão, se demonstrará os resultados ao final da apresentação dos resultados do Grupo M.

5.3- Resultados dos questionários do Grupo M

No Grupo M foi possível definir o ramo de atividades dos participantes, a percepção deles em relação ao turismo, à comunidade e à gestão do turismo em Cachoeira. A figura 19 demonstra como ficou a classificação dos entrevistados neste grupo, por ramo de atividade.

Figura 19 - Classificação por ramo de atividade dos entrevistados no Grupo M.

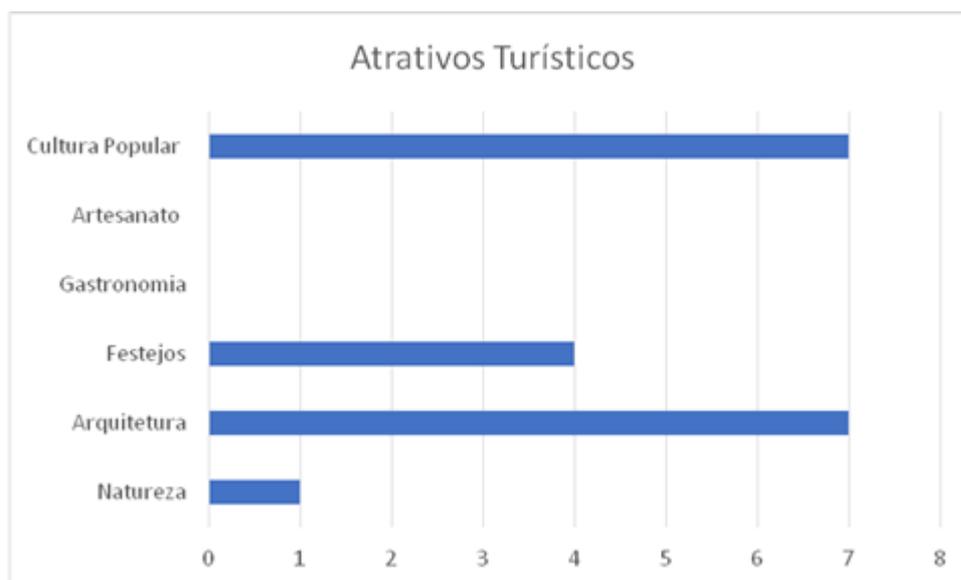


Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Vale ressaltar, na figura acima, que os indicados na legenda como moradores são os entrevistados que não tinham a profissão ou atividade entre as alternativas propostas na questão, ou seja, sem relação direta com as atividades turísticas. Considerou-se como prestadores de serviços as pessoas que exercem atividades como garçom, gerente, recepcionista e atendente dentro dos estabelecimentos comerciais visitados, ramo de atividades que predominam, com 27% dos entrevistados.

Os principais atrativos turísticos apontados pelos entrevistados foram a arquitetura e a cultura popular (com 41% cada), conforme pode ser observado na Figura 20. De 0 a 10 a nota média dada para o quanto eles consideram o turismo importante no município ficou em 9,5. Uma média alta que demonstra um ponto positivo para a relação do turismo com a comunidade, pois eles ainda enxergam e consideram o turismo como algo importante para o município.

Figura 20- Principais atrativos turísticos para os entrevistados do Grupo M.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

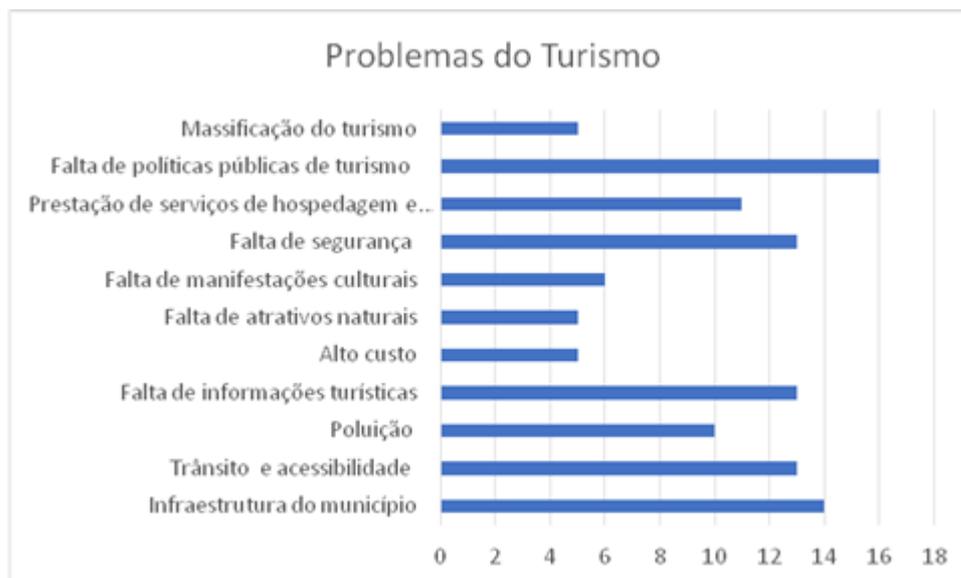
A maioria, 89,4% dos entrevistados, já participou de alguma atividade turística em conjunto com a comunidade. Todos afirmaram ter preocupação com as pessoas da comunidade em relação ao turismo, com a média de preocupação, de 0 a 10, ficando em torno de 8,4. Dado que demonstra a preocupação que a comunidade tem em relação às interferências que o turismo pode causar para sociedade.

Dois questionamentos foram direcionados apenas para as pessoas que têm o ramo de atividade ligado ao turismo. Questionou-se a comunidade e turistas reconhecem a importância da atividade que exerce. Mais de 90% afirmaram que os turistas reconhecem a atividade exercida pelo entrevistado como importante, e 69% acreditam que a comunidade também reconhece. Entre os entrevistados que não creem que a comunidade valorize seu trabalho estão dois prestadores de serviço, um artesão e um empresário do ramo de alimentação.

Diferente do Grupo T, a maioria do Grupo M, 68,4%, afirmou que Cachoeira não possui acessibilidade para moradores e turistas. Essa diferença de opiniões pode ser respondida pelo fato de que em outras áreas da cidade, normalmente locais pouco visitados por turistas, o acesso é muito difícil não só pela estrutura geográfica, mas também pela ausência de políticas públicas voltadas para esse tema. Na Figura 21, os entrevistados listaram outros problemas relacionados ao turismo em Cachoeira. A falta de políticas públicas liderou os problemas, sendo seguida pelas condições de infraestrutura do município e de segurança pública.

Esse resultado demonstra a insatisfação dos moradores com três segmentos que são de responsabilidade da gestão pública: políticas públicas, infraestrutura e segurança. Por outro lado, também evidencia como a população acredita no papel das políticas públicas, e na forma como elas podem interferir de maneira positiva na construção de melhorias para cidade e o bem-estar social.

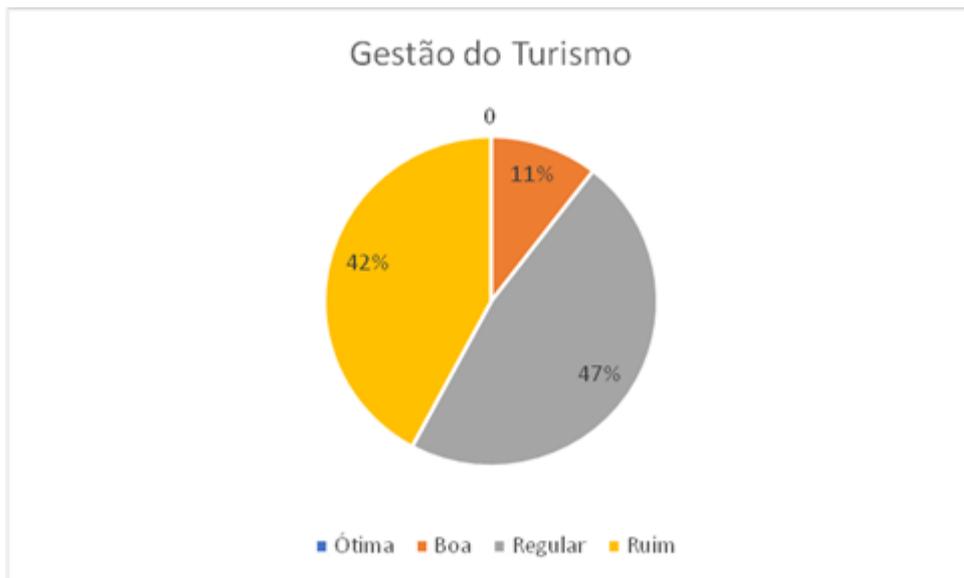
Gráfico 21 - Principais problemas relacionados ao turismo em Cachoeira – Grupo M.



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Em relação a atuação da Gestão Pública Municipal do turismo em Cachoeira, apenas 11% avaliaram como boa, os demais a consideraram como regular e ruim, conforme ilustrado na Figura 22:

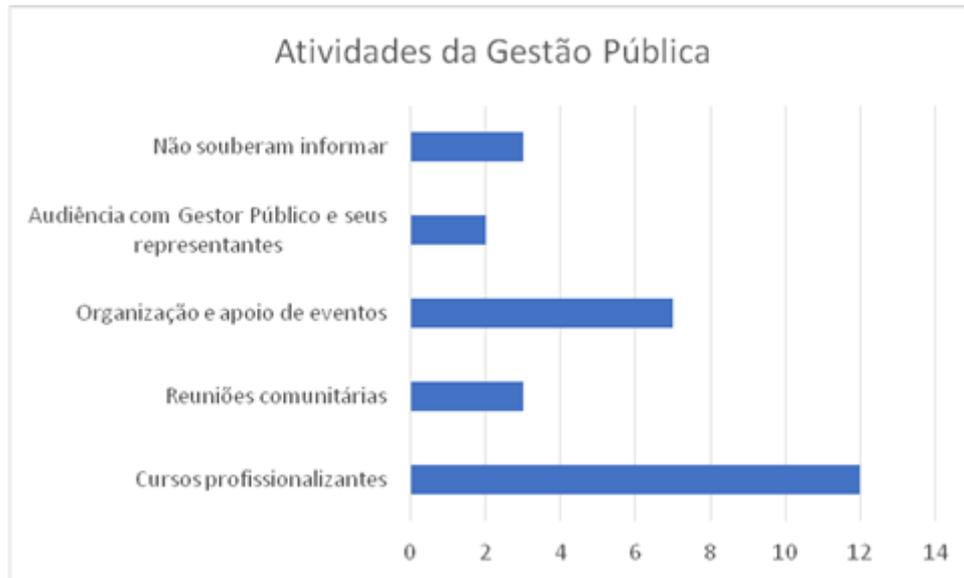
Figura 22 - Atuação da Gestão Pública Municipal do Turismo em Cachoeira.



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Os entrevistados apontaram os tipos de atividades e ações desenvolvidas pela Gestão Pública Municipal de Cachoeira. Os cursos profissionalizantes foram os mais citados. Entre os cursos mais ofertados encontram-se os de auxiliar de cozinha, barman, garçom e confeitaria. A Prefeitura Municipal realiza esse trabalho em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (Figura 23). Apesar do reconhecimento da maioria do grupo M em relação aos cursos, a Gestão Municipal evidencia a falta de pessoas interessadas em participar, como a evasão durante os cursos que são mais longos.

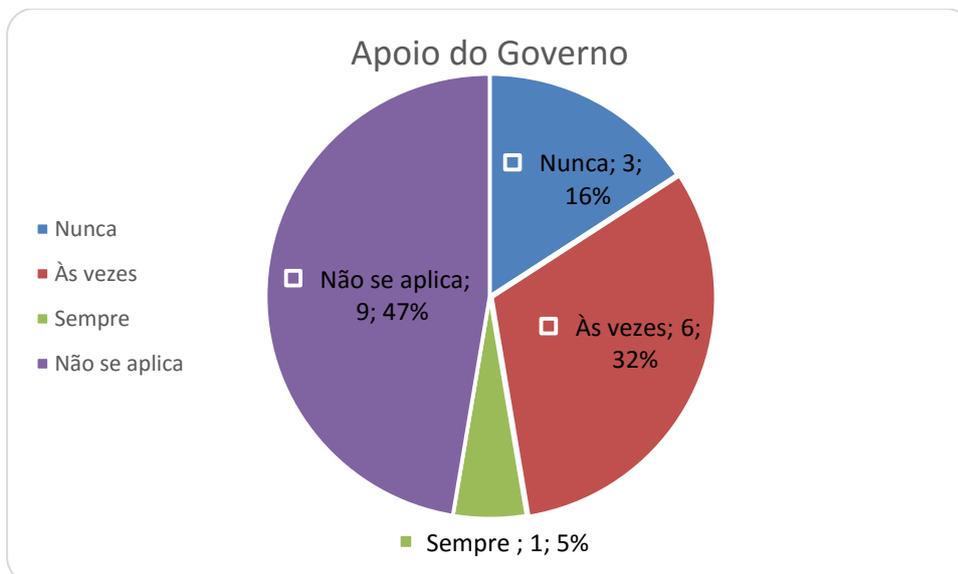
Figura 23 - Tipos de atividades desenvolvidas pela Gestão Pública junto à comunidade de Cachoeira.



Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Outro questionamento consistiu em saber se os sujeitos do grupo M já receberam algum tipo de apoio do governo local e estadual. Os que afirmaram terem recebido, relacionaram o apoio aos cursos profissionalizantes, liberação de alvará e patrocínios para realizações de eventos locais.

Gráfico 24 - Referente ao apoio recebido pelo governo local e estadual.

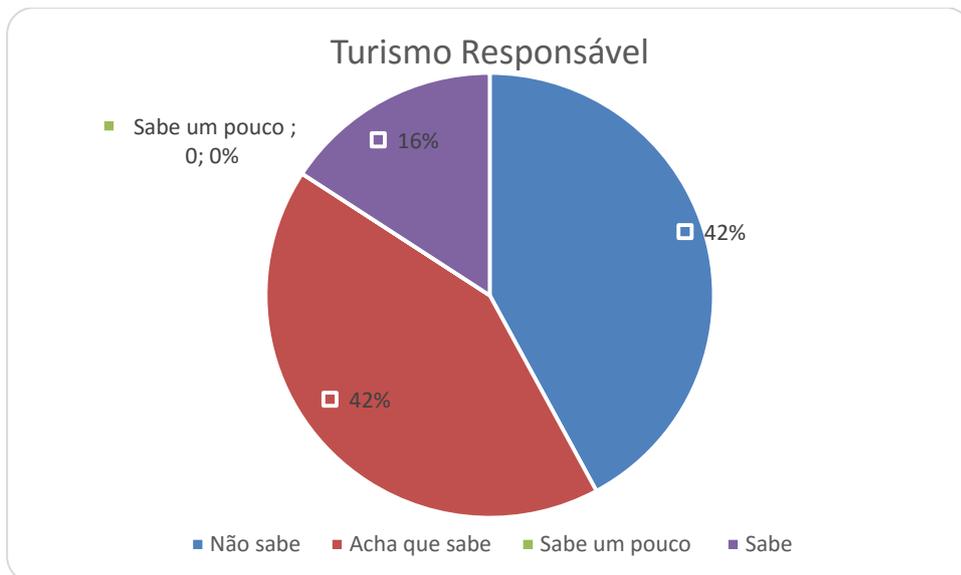


Fonte: Elaborado pela autora,2017.

Sobre a relação do Grupo M com o Turismo responsável (Figura 25), foram equivalentes os resultados entre as pessoas que afirmaram não saber o que é o

Turismo Responsável e os que achavam que sabiam o que era (42%) cada. Apesar da maioria não saber dizer o que é o TR, 89,5% acreditam que Turismo Responsável e Turismo Sustentável não são a mesma coisa.

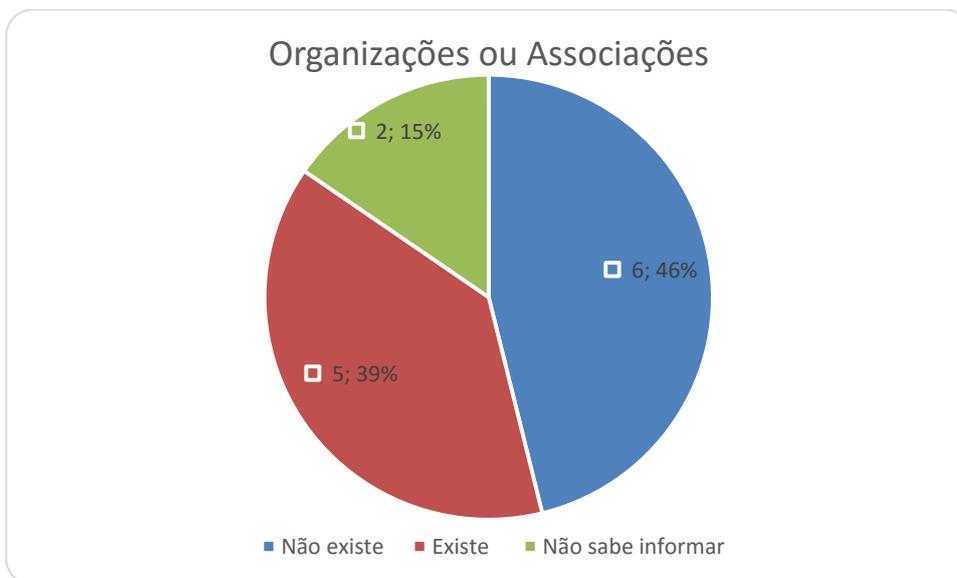
Figura 25 - Nível de conhecimento dos entrevistados do Grupo T sobre Turismo Responsável



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O questionário do Grupo M trouxe algumas perguntas direcionadas para o associativismo. Os entrevistados que se identificaram apenas como moradores (sem identificação com os ramos de atividade) não responderam essas questões. Quando questionados se existia algum tipo de organização ou associação na cidade ligadas aos respectivos ramos de atividade, 46% disseram não existir nenhuma associação, 39% afirmaram a existência de uma associação e 15% não sabiam informar (Figura 26).

Figura 26 - Sobre a existência de organizações ou associações ligadas ao ramo de atividade dos entrevistados do Grupo M.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dos 39% que marcaram a opção que existe, apenas a metade faz parte de associações na cidade. Da outra metade dos que não participam de associações, uma parte afirmou não ter interesse em participar e os demais ainda pensam na possibilidade. As atuações dessas associações foram avaliadas como regular pela maioria dos entrevistados. Todos afirmaram que as associações foram fundadas através de iniciativa de membros da comunidade. Em relação aos fatores que favorecem ou não o funcionamento dessas organizações, apresentou-se a situação retratada pelo Quadro 12:

Quadro 10- Fatores que favorecem ou não o funcionamento as associações na comunidade.

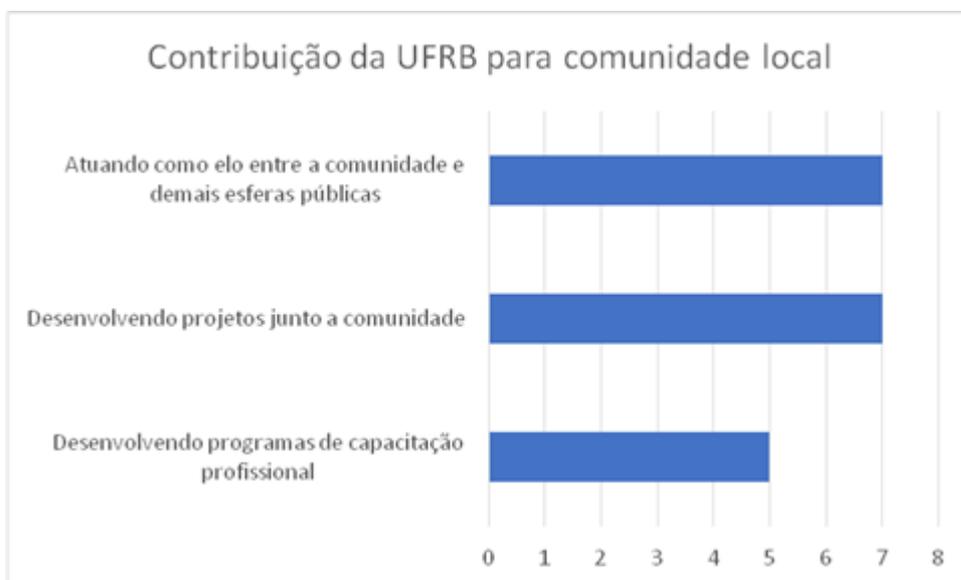
Fator/motivo	Favorecem o funcionamento	Não favorecem para o funcionamento
Falta de participação das pessoas		X
Administração	X	
Falta de incentivos do governo		X
Relações interpessoais ruins		X
Carência de recursos		X
Problemas legais	X	
Falta de contribuição dos associados		X
Dificuldades de representação		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Apesar da aparente dificuldade e fragilidade dessas associações, a maioria dos entrevistados acredita no poder que essas organizações representam e, por essa razão, sinalizaram o interesse em se associarem a uma organização.

Após essas questões sobre associativismo, os moradores apontaram de que forma a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), enquanto instituição pública, poderia colaborar com a comunidade local. Atuar como elo entre comunidade e demais esferas públicas, assim como desenvolver projetos junto à comunidade foram as opções mais escolhidas entre todos os participantes do grupo M (Figura 27). Dados que demonstram a importância da Universidade no contexto político e social da cidade.

Figura 27 - Como a UFRB pode contribuir para comunidade local.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Ao final dos questionários dos Grupos T e M, os entrevistados disseram as três primeiras palavras que eles lembram quando pensam em turismo, depois essas palavras foram colocadas em ordem a partir do grau de importância que elas representam para os entrevistados.

As palavras mais lembradas pelos turistas foram: Lazer; Passeio; Cultura; Aconchego; Infraestrutura; Belo; Maravilhoso; Natureza; Descanso; Bem-Estar; Segurança; Conhecimento; e Pesquisa. Com referência ao grau de importância, lazer, passeio e cultura de um modo geral foram apontadas como as mais importantes.

As palavras mais lembradas pelos integrantes do Grupo M foram: Organização; Investimento; Qualificação; Viagem; Lazer; Gastronomia; Passeio; Cultura; Renda; Trabalho; Passeio; Diversão; Ecologia; Festejos Populares; Conhecimento; Turistas; Natureza; Antiguidade; Dinheiro; Satisfação; Oportunidades; Empoderamento comunitário; Desenvolvimento sustentável; Produção; Infraestrutura; Preservação; Economia; Futuro; Emprego; e Visibilidade.

De fato, as representações de turismo para os grupos foram em sua maioria distintas, no Grupo T as palavras mais lembradas remetem a ideia de lazer, diversão e descanso, ou seja, elementos de satisfação pessoal, relacionados apenas à ideia de aproveitar o destino em benefício próprio. Já no Grupo M, as palavras foram mais direcionadas ao coletivo e muito específicas para cada ramo de atividade exercida pelos entrevistados. Para ilustrar esses resultados, que evidenciam a relação entre as palavras mais lembradas e o ramo de atividade foram selecionadas algumas respostas e seus respectivos “representantes” (Quadro 13).

Quadro 11- As três primeiras palavras mais lembradas pelos representantes do Grupo M, relacionadas ao ramo de atividade do entrevistado.

Ramo de Atividade	1ª palavra	2ª palavra	3ª palavra
Guia de Turismo	Organização	Investimento	Qualificação
Prestador de serviço – I	Economia	Emprego	Visibilidade
Prestador de serviço – II	Renda	Trabalho	Cultura
Empresário I – Hospedagem	Economia	Futuro	Conservação
Empresário II- Alimentação	Passeio	Culinária	Cultura
Empresário III- Alimentação	Renda	Trabalho	Passeio
Artesão	Produção	Cultura	Governo
Morador I-	Oportunidade	Desenvolvimento	Empoderamento
Morador II-	Turistas	Trabalho	Satisfação

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

De modo geral, as palavras do grupo M demonstram como a percepção de turismo é diferente entre os grupos, assim como também é diferente para os gestores públicos. O Secretário Municipal de Turismo citou as palavras vocação, planejamento e estruturação, respectivamente na ordem do grau de importância, enquanto o Ex-Secretário Estadual do Turismo acabou citando quatro palavras que para ele não podem ficar desassociadas: infraestrutura, segurança, qualificação e

promoção. Esses resultados evidenciam a abrangência do turismo, como ele é plural e oferta para as pessoas sensações e expectativas diferentes, embora, ainda tenha o viés econômico como muito forte para a maioria dos entrevistados.

Mesmo que todos os participantes da pesquisa tenham concordado que Cachoeira tem potencial turístico e que o turismo é importante para a cidade, deve-se pontuar algumas divergências entre gestão pública e comunidade receptora. A questão principal está na percepção que eles têm em relação ao “insucesso” do turismo na cidade. Os moradores, empresários, artesãos e demais membros da comunidade acreditam que independente do grupo político que esteja à frente da Prefeitura, a gestão pública do turismo não é eficiente, não promove intervenções que de fato caracterizem mudanças, como também não apoia os grupos e associações culturais. No entanto, a gestão, além de afirmar que oferecem apoio aos grupos culturais, aos eventos e promovem os cursos de capacitação, acreditam que os problemas relacionados ao turismo na cidade são provenientes da falta de recursos, da pouca ou nenhuma colaboração da comunidade e, principalmente, da falta de conscientização do empresariado.

O turismo responsável seguindo os princípios estabelecidos, tem muito o que contribuir para abrandar alguns dos conflitos expostos acima. O diálogo e a participação da comunidade antes, durante e depois do planejamento do turismo tende a diminuir divergências e as possíveis falhas de comunicação. Em relação à oferta de cursos profissionalizantes, por exemplo, será que tem sido realizado em horários compatíveis com a disponibilidade do público alvo? Foi realizada uma consulta junto à comunidade para verificar se as modalidades dos cursos oferecidos são realmente o que a maioria deseja fazer? Por outro lado, a comunidade tem se articulado, através de associações e representação, para dialogar com a gestão pública?

A maioria dos entrevistados reconhece que existe diferença entre o TR e o turismo sustentável, mas não sabem definir ou exemplificar o que é esse tipo de turismo. Por essa razão, se faz cada vez mais necessário trazer essa temática para a realidade do município, seja através de projetos da UFRB ou da Gestão Pública Municipal, estimulando o conhecimento das pessoas em relação ao Turismo

Responsável, como forma de incentivar a introdução do TR como novo formato para condução do turismo.

Além da carência de oferta dos atrativos culturais fora dos períodos festivos, fica vidente o descuido com os atrativos de recursos naturais. O rio Paraguaçu, por exemplo, apesar de encantar visualmente por sua paisagem, não oferece condições para as pessoas se banharem por ter a água imprópria para banho, devido ao descarte da rede de esgoto de parte da cidade, além da poluição de resíduos de lixo e demais materiais.

O turismo não é visto como um dos elementos prioritários para gestão pública municipal, pois além do descuido com os atrativos, não há controle do número de pessoas que visitam a cidade, não existe um receptivo ou outras ferramentas para cadastrar a chegada de turistas. Os controles observados não são de iniciativa da Prefeitura, como por exemplo, o cadastro preenchido pelos turistas que ficam hospedados nos principais hotéis e pousadas ou os livros de assinaturas que ficam expostos em alguns pontos de visitação como no prédio do Hansen Bahia.

Apesar da fragilidade e carência que o turismo em Cachoeira enfrenta, os resultados obtidos na pesquisa de campo, embora não sejam probabilísticos, demonstram que as pessoas (de um modo geral) acreditam no turismo da cidade, que reconhecem os atrativos e o potencial dessa atividade. Esse reconhecimento tenciona a construção de novas experiências e fortalecimento no processo de colaboração entre comunidade e gestão pública, através de participação mais efetiva nos Conselhos Municipais, nas Políticas Públicas e no processo de planejamento. Com a formação do Conselho Municipal de Turismo, a gestão pública de Cachoeira tende a tornar mais participativa a condução das atividades turísticas no município, fazendo valer o dispositivo na Lei 1.150/2016, que instituiu a Política Municipal de Turismo Responsável.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente dissertação se propôs a responder se a gestão do turismo no município de Cachoeira observa os princípios do turismo responsável relacionados aos fatores sociais, culturais e ambientais. Para responder a esta pergunta, analisou-se a gestão do turismo em Cachoeira, sob a ótica do turismo responsável, a partir da leitura entrelaçada das percepções dos diferentes agentes intervenientes no espaço turístico do município.

Sabia-se que compreender a gestão do turismo em Cachoeira sob a ótica do turismo responsável era um objetivo audacioso pelo fato de que, aparentemente, no caso selecionado, a intervenção da gestão municipal no turismo pode ser considerada incipiente. Além disso, o processo de constituição do lugar turístico envolve diferentes agentes, relações e interesses e, por isso, entendeu-se que se tratava de um objeto complexo. Deste modo, realizou-se o estudo, que embora não tenha o objetivo de ser conclusivo, permitiu tecer algumas considerações relevantes sobre o turismo e a gestão do turismo na cidade.

Ao primeiro contato, é perceptível a fragilidade da infraestrutura no município de Cachoeira. Entre os principais problemas estão a desorganização do trânsito, o difícil acesso a alguns pontos de visitação, a degradação de parte do patrimônio e a poluição visual e sonora. As placas de sinalização turística, por exemplo, foram colocadas em alguns pontos da cidade no final de 2016, entretanto os principais pontos turísticos continuam fechados aos finais de semana, sem oferecer nenhum suporte para os turistas. A cidade banhada pelo Rio Paraguaçu não tem um píer em condições seguras de uso, sem contar a poluição do rio através dos descartes de esgotos, deixando-o impróprio para banho.

Cachoeira sofre, também, pela falta de qualidade nos serviços oferecidos pela maioria dos estabelecimentos comerciais, principalmente os ligados ao ramo de alimentação e hospedagem. A maior queixa relaciona-se à má qualidade do atendimento oferecido aos clientes.

Em relação à sociedade e, principalmente, aos atores sociais ligados diretamente ao turismo, é notório a insatisfação com o trabalho realizado pela gestão do turismo no município. Entre as principais reclamações estão a falta de diálogo entre a gestão pública e a comunidade e a falta de incentivos e investimentos

direcionados aos diversos grupos culturais. Porém, os problemas do turismo em Cachoeira não são de inteira responsabilidade da gestão pública do município, a sociedade e, principalmente, os atores sociais ligados ao turismo contribuem de modo direto para algumas falhas no sistema turístico local.

Durante a pesquisa, foi possível se averiguar que um dos maiores problemas relacionados à população e aos demais atores sociais é a falta de interesse em participar dos debates; ao lado do comodismo em não cobrar mais eficiência por parte da Prefeitura na prestação de serviços básicos (sinalização, limpeza pública, etc.); a falta de união entre os próprios grupos e categorias; a inexistência de articulação entre os grupos sociais de diferentes atividades econômicas; e a falta de zelo pelo patrimônio, valorização do turismo e da cultura local. Além disso, existe resistência dos empresários locais em contratar e capacitar mão de obra qualificada, desestimulando as pessoas que se qualificaram em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Como consequência, contratam pessoas sem qualificação e oferecem um atendimento de péssima qualidade aos turistas.

Em relação à condução da gestão do turismo local, percebe-se que o turismo em Cachoeira, mesmo com tamanho potencial, ainda não é visto como um dos elementos prioritários para a gestão pública. A Secretaria de Cultura e Turismo aparentemente não tem autonomia para atuar. As tomadas de decisões são paliativas de acordo com a demanda do momento, sem formar ou manter padrão de qualidade dos atrativos dentro do município. As relações com os municípios da região são superficiais ou inexistentes.

Grupos culturais ficam à mercê dos festejos populares, por exemplo, as apresentações com os grupos de samba de roda só acontecem nos períodos de festas do município. Dessa forma, turistas que visitam Cachoeira em um período que não seja festivo, não terão a oportunidade de ver a apresentação de um autêntico samba de roda. A cidade é carente de um espaço para reunir a arte local e, principalmente, ter apresentações de grupos culturais, sejam de capoeira, dança ou música, para movimentar a cidade semanalmente.

Apesar de alguns avanços, não há participação de associações nos processos de tomada de decisão. O número de associações pode ser considerado baixo diante de tamanha diversidade cultural.

Cachoeira preocupa não somente pelos problemas relacionados à forma como a gestão do turismo é conduzida, mas também pela maneira como as atividades turísticas são focadas, apenas no retorno imediato, causando efeitos negativos na saúde sociocultural, econômica e no equilíbrio de ecossistemas que compõem a diversidade turística do município. Por essa razão, torna-se necessário repensar a gestão e o desenvolvimento do turismo de modo mais responsável.

Apesar de tantos pontos que se contrapõem ao Turismo Responsável em Cachoeira, vale ressaltar elementos que são próximos aos princípios do TR, como: a criação do Conselho Municipal de Turismo; a Criação da Coordenação de Política da Reparação e Igualdade Social; a realização de conferências municipais; a criação do Plano Municipal de Cultura e a Lei 1.150/2016 que institui a Política Municipal de Turismo Responsável.

Diante dos resultados das entrevistas e do que se observou, pode-se dizer que os aspectos mais agudos que se distanciam dos princípios do turismo responsável aqui apresentados, podem ser assim resumidos:

- O município de Cachoeira sofre de um mal nacional que afeta seu desenvolvimento turístico: falta de uma visão sistêmica para a política turística no território;
- A infraestrutura e os serviços básicos ofertados para a comunidade precisam ser melhorados, tendo em vista que no turismo responsável o destino primeiro deve ser bom para os moradores para assim poder ser melhor para os turistas;
- De nada servirão os programas de capacitação de recursos humanos se não houver um claro empoderamento da atividade turística por parte da população e dos agentes econômicos, como mola propulsora de desenvolvimento estável e respeitosa quanto ao ambiente e ao ser humano;
- No caso de Cachoeira, cujo atrativo principal é o turismo cultural, se requer o reforço na construção de uma identidade igual e consistentemente cultural, com o compromisso de preservar a herança que o faz atrativo;

- Os benefícios provenientes do turismo não podem ser obrigatoriamente de curto prazo, o que requer um planejamento consciente e programas governamentais para subsidiar esses prazos, com técnica e idoneidade;
- Deve reconhecer-se que Cachoeira foi cenário de várias tentativas recentes de consolidação de produtos e atrativos, mas requer articulação holística com todos os elementos defendidos pelos princípios do TR;
- Finalmente, o processo de envolvimento da comunidade nas atividades participativas ainda é tímido e pouco eficiente. Ação importante para dar novo rumo ao turismo na cidade.

Diante dos fatores que se apresenta há a necessidade de se fazer uma análise mais aprofundada da real situação do turismo no município; trabalhar de forma mais articulada com as demais secretarias municipais, como a de educação e assistência social, através da implementação de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento educacional e profissional da população, estimulando a manutenção da cultura local, trazendo para as pessoas a responsabilidade e a ideia de pertencimento, valorizando o potencial turístico que existe no município.

Também é importante se criar uma relação mais próxima com os outros órgãos responsáveis pelo desenvolvimento turístico na Bahia e no Brasil, além de buscar parcerias com investidores que acreditem no potencial da cidade e que valorizem a comunidade local.

Enquanto alguns governos aproveitam o turismo, outros aproveitam-se do turismo. Cabe ao gestor público definir de que forma vai compreender o turismo: seja como uma atividade econômica prioritária, planejada em conjunto com a sociedade e com estrutura definida, ou como atividade não prioritária e, portanto, subutilizada para fins apenas econômicos.

Urge a construção de um novo formato para condução da gestão do turismo, que veja essa atividade como prioritária, respeitando as pessoas, a cultura, o patrimônio e a natureza, sendo importante resgatar valores socioculturais e de certa forma frear as perdas que são adquiridas pelo turismo convencional. É sobre esse

novo formato e perspectiva, que esta pesquisa apresentou o Turismo Responsável como possível diretriz para planejamento e ferramenta de gestão do turismo no Município de Cachoeira.

As seguintes recomendações e diretrizes formam a base fundamental para o estabelecimento de futuras políticas públicas que considerem o turismo responsável em Cachoeira como tema central da sustentabilidade econômica desse município. Mais ambiciosamente, pretende-se estimular os demais municípios da Baía de Todos os Santos.

Entre as possíveis ações, no caso de Cachoeira, cuja localização é favorável à interação com outras cidades da região, se requer o fortalecimento de ações que envolvam os municípios vizinhos, em especial São Félix. A criação de um roteiro turístico que incentive passeios prolongados pela região, transformando Cachoeira como base para hospedagem e alimentação. Existem vários roteiros possíveis, sejam por via terrestre ou fluvial, entretanto melhorias na infraestrutura desses municípios são de fundamental importância.

Além da articulação com os municípios da região, é preciso que a gestão municipal esteja melhor relacionada com as demais esferas do governo, visando a captação de recursos. O que traz mais movimento para o município atualmente são os eventos nele sediados, provenientes, principalmente, de recursos obtidos através de editais de cultura.

A implementação de políticas públicas que proporcione, além de cursos profissionalizantes, educação para os moradores. Informando sobre a importância do turismo, não só para aqueles que sobrevivem dessa atividade diretamente, mas também para os que não acreditam em seu potencial turístico.

É preciso profissionalizar a atividade turística em Cachoeira, articulando os diversos agentes, para que o turista perceba a quantidade e qualidade dos serviços que o destino tem para oferecer, seja da venda de uma água mineral, passando pela venda de um artesanato, aluguel de um barco, até chegar na hospedagem.

A criação de um curso superior em turismo na UFRB poderia contribuir para melhoria das atividades, injetando no mercado local pessoas capacitadas para atuar, com uma nova visão que poderia gerar novos empreendimentos e produtos. A Universidade também pode colaborar através de orientação para criação ou

fortalecimento das associações que envolvam as diversas categorias, principalmente as dos grupos culturais.

Repensar sobre a realização do São João, dentro dos atuais moldes, pois o município parece não comportar a quantidade de pessoas que atualmente participa da festa. Nesse sentido, pode ser desvantajoso todo o investimento que é feito para realizar uma festa desse porte, ao analisar os efeitos negativos que esse excesso de carga pode causar no ambiente do destino turístico.

Pequenas intervenções, como manter a cidade mais limpa, sinalizada, a criação de um local para venda do artesanato local; a identificação dos Guias de turismo; a articulação com as agências de Salvador para aumentar o tempo de permanência dos turistas na cidade; e deixar funcionando os pontos turísticos e o posto de informações turísticas da prefeitura durante o final de semana, são elementos que podem ser encaminhados a curto prazo, mas que já trariam um novo aspecto para o turismo.

Apesar da quantidade de intervenções que ainda precisa se realizar em Cachoeira, o município demonstra que tem potencial para fortalecer o turismo local.

REFERÊNCIAS

ALVES e SILVA. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** Paidéia (Ribeirão Preto), n. 2 Ribeirão Preto Feb./July 1992.

ALVES, Hildengard da Silva. **O Planejamento Estratégico do Turismo como Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística de Base Local.** 2015.

ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE TURISMO RESPONSÁVEL. Disponível em: <<http://www.aitr.org/turismo-responsabile/cose-il-turismo-responsabile/>>. Acesso em 8 ago. 2016.

BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - Polo Baía de Todos -os-Santos–Prodetur Nacional/BA,** Salvador: 2012.

_____. Observatório do Turismo da Bahia. **Sistema de Informações e Estatísticas do Estado da Bahia.** Ano iii - boletim nº 3 Janeiro a Dezembro de 2014. SETUR- 2015.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação aos estudos do turismo.** 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. – (Coleção Turismo).

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo.** 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003. – (Coleção Turismo).

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a **Política Nacional de Turismo**, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília: 2008.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010.** Brasília, 2007.

_____. **Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011/2014.** Brasília, 2011. 153 p.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>, Acesso em 30 de mar. 2015.

_____. Lei Nº 12.933 de 09 de janeiro de 2014 Institui a **Política Estadual de Turismo**, o Sistema Estadual de Turismo. Salvador, Bahia. Ano · XCVIII · 21.32. Brasília, 2014. A

_____. Ministério do Turismo. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> >. Acesso em 15/11/2015.B

_____. Ministério do turismo. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>> Acesso em: 25 nov 2015.C

_____. Ministério do Turismo. **Documento Referencial do Turismo no Brasil 2007/2010.** Brasília, 2007. 128 p.

_____. **Plano Nacional do Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil** (2013-2016). Brasília: 2013.

_____. **Programa de Regionalização: diretrizes**. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília: 2003.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Programa Roteiros do Brasil: 2010**.

CACHOEIRA. Prefeitura Municipal. Lei 1.150/2016. Dispõe sobre a **Política Municipal de Turismo Responsável**. Cachoeira: 2016.

DELGADO-MENDEZ, Jesus Manuel. *Turismo Responsable: una visión homeostática*. Sociedade Educativa Gaia – SEG. Bauru, SP. Joinville: 2000.

FERREIRA, Victor Henrique Moreira. **Teoria geral do turismo**. 2. ed. rev. – Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

FIPE– FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Disponível em www.fipe.org.br. Acesso em 19/10/2016.

GOODWIN, Harold. 6ª Conferência Internacional sobre Turismo Responsável nos Destinos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 2012. Disponível em: <<https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/561/581>>. Acesso em 8 ago. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: Outubro de 2016.

LAGE, B. H. Gelas; MILONE, P. César. **Economia do Turismo**. 2ª ed. São Paulo. Papirus, 1996. – (Coleção Turismo).

LUBISCO, N. M. Lienert; VIEIRA, S. Chagas; SANTANA, I. Veiga. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 4ª ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NOBREGA, Zumira. A festa do maior São João do mundo: animação para turistas e residentes. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 2, n. 1, p. 75-92, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>> Acesso em 23 out.2016.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. **Turismo na Bahia: Estratégias para o desenvolvimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. **Turismo urbano, gestão pública e competitividade: a experiência da cidade de Salvador**. Salvador: P555, 2007.

RESPONSIBLETRAVEL. Disponível em: <<http://www.responsibletravel.com/holidays/responsible-tourism/travel-guide/responsible-tourism-awards>> Acesso em 10 ago. 2016

REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO. Publicação do centro de Pós-Graduação e Extensão da União das Faculdades da Organização Paulistana

Educacional e Cultural. Ano 1, n1, jan.-jun., 2001. Campinas-SP: UNIOPEC. Editora Átomo, 2001.

RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Org). **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 8ª ed. – Campinas -SP: Papyrus, 2001. – (Coleção Turismo).

SALVATI, Sergio Salazer (Org). **Turismo Responsável- Manual para Políticas Públicas**. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo- SP, 2013.

SARTI, Antônio Carlos; MUNDET I CERDAN, Luís (Org). **Turismo e Arqueologia: múltiplos olhares**. Piracicaba, SP. Editora Equilíbrio, 2009.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. Tese Doutorado - Escola de Comunicação e Artes-USP, 2004.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. **Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros históricos-culturais para o Recôncavo baiano**. Salvador: UNIFACS. 2009. 304p.

STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. Handbook of Qualitative Research. London: Sage, 2005, p. 108-132.

TURISMO – **Visão e ação**. Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria – ano 2, n. 5. Itajaí. Editora da UNIVALE, 2000.

TURISMO – **Visão e ação**. Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria – ano 2, n. 6. Itajaí. Editora da UNIVALE, 2000.

WEF- World Economic Forum. Disponível em: < <https://www.weforum.org/>>

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista para ser aplicado ao Secretário Estadual de Turismo da Bahia.

1. Qual a importância do turismo para a Bahia?
2. Como é o relacionamento da Secretaria Estadual de Turismo com os municípios? Quais os principais entraves provenientes dessas relações?
3. Como é a relação do Governo Federal com a Secretaria Estadual de Turismo? Quais os principais entraves provenientes dessa relação?
4. Como é a relação da Secretaria Estadual de Turismo com a classe empresarial e comunidades receptoras (que vivem da atividade turística)?
5. Quais são os principais fatores que dificultam a gestão do turismo?
6. Reconhece alguma diferença entre o turismo sustentável e o turismo responsável?
7. De que maneira a população, principalmente os moradores das comunidades receptoras, participam da gestão do turismo?
8. Quais as ações que a Secretaria tem desenvolvido em prol do turismo responsável? E quais os projetos previstos?
9. Para finalizar, diga as 3 primeiras palavras que aparecem em sua mente quando falamos sobre turismo: -

Agora, numere essas palavras, de acordo com o grau de importância que elas representam para você.

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista para ser aplicado ao Secretário Municipal de Turismo de Cachoeira- Bahia.

1. Qual a importância do turismo para Cachoeira? O Sr. considera Cachoeira como um destino de potencial turístico? Quais as razões?
 2. Quais os principais produtos turísticos existentes no município?
 3. De um modo geral, qual o estado de conservação desses atrativos? Quais são as condições de acessibilidade e a infraestrutura?
 4. Possui experiência na área da gestão pública? E na área de turismo?
 5. A Secretaria Municipal de Turismo está vinculada a outra secretária? Se sim, por quê?
 6. A Secretaria Municipal de Turismo se relaciona com outras Secretarias? De que forma?
 7. Como é o relacionamento da Secretaria Municipal de Turismo com as outras esferas de governo? Quem intermedia essas relações? Quais os principais entraves?
 8. Como é a relação da Secretaria Municipal de Turismo com a classe empresarial e a comunidade receptora – principalmente os que sobrevivem da atividade turística?
 9. Quais são os principais fatores que dificultam a gestão do turismo em Cachoeira?
 10. Reconhece alguma diferença entre o turismo sustentável e o turismo responsável?
 11. De que maneira a população, principalmente os moradores das comunidades receptoras, participam da gestão do turismo?
 12. Quais as ações que a Secretaria tem desenvolvido em prol do turismo responsável? E quais os projetos previstos?
 13. Como avalia a atual gestão do turismo em Cachoeira?
 14. Para finalizar, diga as 3 primeiras palavras que aparecem em sua mente quando falamos sobre turismo:
-

Agora numere essas palavras, de acordo com o grau de importância que elas representam para você.

APÊNDICE C

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Mestrado em Políticas Públicas e Segurança Social
Orientanda Pamela Moura
Orientador Jesus Delgado

Localidade: _____ Data: ____/____/____

PERFIL DO ENTREVISTADO:

01- Sexo: a) () Masculino b) () Feminino e) () De 3 a 5 SM g) () Acima de 5 SM

02-Faixa Etária:

a) () 18 a 25anos b) () 26 a 40 anos
c) () 41 a 60 anos d) () 61 a 65 anos
e) () + de 65 anos

03-Grau de escolaridade:

a) () Alfabetizado
b) () Não alfabetizado
c) () 1ª a 4ª série do ensino fundamental I (antigo primário).
d) () 5ª a 8ª série do ensino fundamental II (antigo ginásio)
e) () 2º grau incompleto
f) () 2º grau completo
g) () Ensino superior incompleto
h) () Ensino superior completo
i) () Pós-graduação

04-Pertence a qual religião?

a) () Católica b) () Católica ã praticante
c) () Candomblé d) () Espírita
e) () Protestante f) () Maçom
g) () Ateu h) () Agnóstico
i) ()
Outras, _____

05- De quanto é a sua renda?

a) () Até 1/2 S M
b) () De ½ a 1 SM c) () De 1 a 2 SM

06- Já visitou Cacheira antes?

() Sim () Não
Quantas vezes?:

06.1- Pretende retornar em outra oportunidade? () Sim () Não

07-Qual objetivo da viagem?

a) () Lazer b) () Cultura c) () Religião
d) () Aventura e) () Rever familiares f) () Negócios
g) () outros

08- Em que local está hospedado?

a) () Casa de familiares ou amigos b) () Hotel
C) () Pousada d) () Outros

09- Qual produto turístico do município despertou mais a sua atenção?

a) () Natureza b) () Arquitetura
c) () O modo de vida da comunidade
d) () Festejo. Qual? _____
e) () Gastronomia
f) () Artesanato
g) () Cultura/História.
Especifique: _____

10- Antes de viajar, faz alguma pesquisa sobre o turismo local (costumes, comidas, passeios)?

- Nenhuma pesquisa
 Pouca pesquisa
 Muitas pesquisas

10.1- Se sim, onde obteve ou buscou as informações?

- Internet- sites governamentais
 Facebook
 Amigos ou familiares
 Programas de TV
 Sites e blogs de viagem
 Outros

11- Quando viaja à turismo, se preocupa com o meio ambiente?

- Sim Não

Se sim, quanto de 0 a 10? _____

12- Quando viaja à turismo, se preocupa com a comunidade receptora?

- Sim Não

Se sim, quanto de 0 a 10? _____

13- Saberria dizer o que é Turismo Responsável (TR)?

- Não sei o que é TR Acho que sei o que é TR Sei um pouco o que é TR Sei o que é TR

14- Para você Turismo Sustentável e Turismo Responsável são a mesma coisa?

- Sim Não

15 - Me considero um bom turista pelo fato de...

- Aproveitar todos os atrativos que o destino possui.
 Contribuir para economia local.
 Respeitar a comunidade receptora.
 Não jogar lixo nas ruas.
 Dar preferência aos destinos que preservam o meio ambiente.

19-Tem preferência em usar estabelecimentos e serviços que usam recursos sustentáveis? Sim Não

20- Participou de alguma atividade turística em conjunto com a comunidade?

- Sim Não

21- Cachoeira tem acessibilidade para moradores e turistas?

- Sim Não

16- De um modo geral, que nota daria de 0 a 10 para a prestação de serviços locais (hospedagem, alimentação e lazer)?

17- Foi bem recebido pela comunidade local?

- Sim Não

18- Recebeu algum tipo de cartilha, mapa ou outro informativo turístico na cidade?

- Sim Não

22- Indique na ordem decrescente os principais problemas relacionados ao turismo em Cachoeira.

- Infraestrutura do município
 Trânsito e acessibilidade
 Poluição
 Falta de informações turísticas
 Alto custo
 Falta de atrativos naturais
 Falta de manifestações culturais
 Falta de segurança
 Prestação de serviços de hospedagem e alimentação

23- Para finalizar, diga as 3 primeiras palavras que aparecem em sua mente quando falamos sobre turismo, de acordo com o grau de importância.

APÊNDICE D

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Mestrado em Políticas Públicas e Segurança Social
Orientanda Pamela Moura
Orientador Jesus Delgado

Data: ____/____/____

PERFIL DO ENTREVISTADO:

01- Sexo: a) () Masculino b) ()
Feminino

02-Faixa Etária:

a) () 18 a 25anos b) ()26 a 40 anos
c) () 41 a 60 anos d) () 61 a 65
anos
e) () + de 65 anos

03-Grau de escolaridade:

a) () Alfabetizado
b) () Não alfabetizado
c) () 1ª a 4ª série do ensino fundamental I
(antigo primário).
d) ()5ª a 8ª série do ensino fundamental II
(antigo ginásio)
e) () 2º grau incompleto
f) () 2º grau completo
g) () Ensino superior incompleto
h) () Ensino superior completo
i) () Pós-graduação

04- Ramo de atividade (para identificação dos grupos na pesquisa):

a) () Empresário (Serviços de
hospedagem)
b) () Empresário (Serviços de
alimentação)

c) () Guia de Turismo
d) () Artesão
e) () Prestador de serviço
f) () Morador

05- De quanto é a sua renda?

a) () Até 1/2 S M
b) () De ½ a 1 SM c) () De 1 a 2
SM
e) () De 3 a 5 SM g) () Acima de
5 SM

06- Para você qual é o principal atrativo turístico de Cachoeira?

a) () Natureza e) () Gastronomia
b) () Arquitetura f) () Artesanato
d) () Festejos g) () Cultura popular

07- Em relação ao turismo, você se preocupa com as pessoas da comunidade?

() Sim () Não

Se sim, quanto de 0 a 10? _____

08- Saberá dizer o que é Turismo Responsável (TR)?

() Não sei o que é TR () Acho que sei o que é TR () Sei um pouco o que é TR () Sei o que é TR

09- Para você Turismo Sustentável e Turismo Responsável são a mesma coisa?

() Sim () Não

10- De 0 à 10 quanto você considera importante o turismo em Cachoeira?

11-Como o você avalia a atuação da gestão pública do Turismo em Cachoeira?

a) () Ótima b) () Boa c) () Regular d) () Ruim.

12- Em relação ao turismo, recebe algum tipo de apoio do governo local-estadual?

() nunca () às vezes () sempre

() não se aplica

13- Qual (ais) o (s) tipo(s) de trabalho desenvolvido pela gestão pública junto à comunidade?

- a) () cursos profissionalizantes
- b) () reuniões comunitárias
- d) () organização e apoio de eventos
- e) () audiência com gestor público ou seus representantes.
- f) () _____ outros

14-Existe algum tipo de participação do poder público para fomentar a produção do turismo local?

a) () não b) () Sim

14.1 Quais?

- a) () Divulgação
- b) () Qualificação
- c) () Eventos
- e) () _____ Outros

15- A comunidade reconhece sua atividade como importante?

() Sim () Não

15.1- Os turistas reconhecem sua atividade como importante?

() Sim () Não

16- Participou de alguma atividade turística em conjunto com a comunidade?

() Sim () Não

17- Cachoeira tem acessibilidade para moradores e turistas?

() Sim () Não

18- Indique na ordem decrescente os principais problemas relacionados ao turismo em Cachoeira.

- () Infraestrutura do município
- () Trânsito e acessibilidade
- () Poluição
- () Falta de informações turísticas
- () Alto custo

ANEXO 1

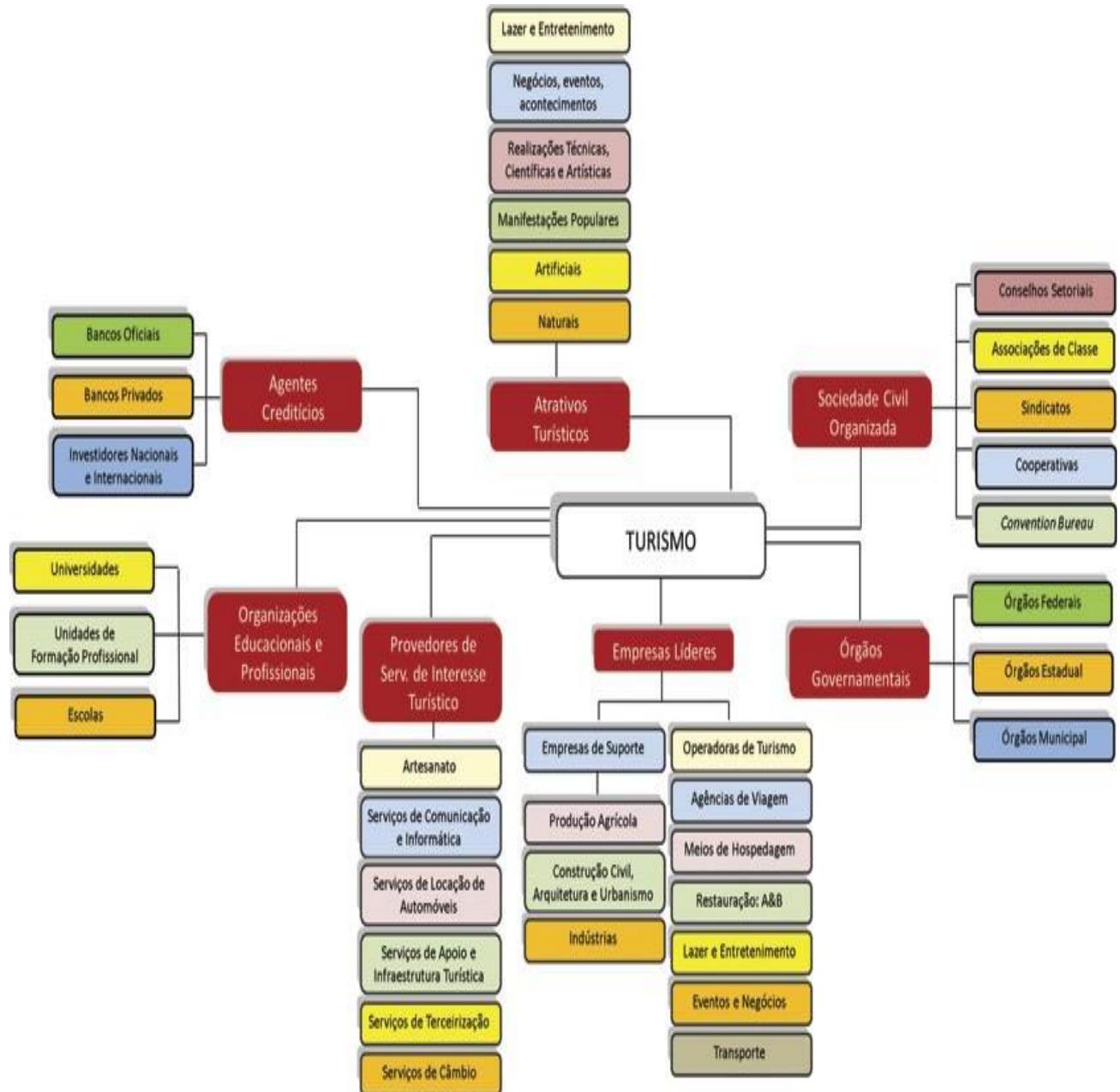


Figura 4 - Cadeia produtiva do Turismo

Fonte: SESC /Senac